

José Míguez Bonino

AMA E FAZE O QUE QUISERES

**uma ética para
o novo homem**

 **imprensa metodista**

Apresentação

"Nada se pode aceitar por definitivo". Esta frase, da obra ora apresentada, reflete a preocupação que tem o autor de caracterizar sua visão da atuação ética do novo homem.

José Míguez Bonino, metodista argentino, e um nome muito conhecido nos meios protestantes latino-americanos bem como entre católicos. Foi, inclusive, um dos poucos observadores protestantes convidados a participar do Concílio Vaticano II.

Seu interesse com esta obra e justamente tentar apresentar ao homem de hoje que, atônito com os rumos da sociedade e suas conseqüências, não sabe como atuar e mudar esses rumos sem apelar para outra atitude que não aquela tão profundamente e anunciada pelo Cristo - ama e faz e então tudo que quiseres.

Ao editar esta obra, a Imprensa Metodista, através de sua política editorial voltada para a Igreja, se alegra em trazer ao público cristão evangélico, mais uma obra que certamente ajudará na reflexão de nossas atitudes éticas como cristãos conscientes de uma nova ordem, um mundo novo, em Cristo e com o seu Reino.

Jorge Candido Pereira Mesquita
Editor

Prólogo

ESTA pequena obra surge como parte de uma série, preparada por diversos autores, destinada a explorar os problemas éticos que se apresentam ao homem de nossos dias. É de esperar que este volume traga, por si mesmo, alguma orientação. Contudo, limita-se principalmente a formular as questões éticas gerais que as outras obras, cad a uma a seu modo, analisarão com respeito a aspectos particulares: a política, o sexo, a vida na cidade e outros. Esses temas entram apenas como ilustração neste volume.

A série está enfocada partindo da perspectiva da fé crista. Pressupõe, portanto, o ponto de vista, as convicções básicas e o horizonte último dessa fé. Quem não se considere crente encontrara a intenção de interpretar - que sempre se constitui, também, em convite para participar - a problemática humana à luz da mensagem de Jesus Cristo. Não achará, porém, uma defesa, nem propaganda da superioridade desta interpretação.

Tivemos em conta a tradição que tem dado forma à maioria dos cristãos deste Continente - católicos romanos ou protestantes. A inquietação em torno dos problemas éticos aumenta de intensidade em nossos dias. Notícias, debates, cinema, trazem-na constantemente a nossas portas. Muitos cristãos se acham perplexos; outros, alarmados; alguns se aferram às tradições recebidas - o que também pode ser um sinal de medo. Mas não podemos permanecer neutros. E não podemos esquivar-nos ao fato de que

toda a ética tradicional a posta em duvida, tanto nos aspectos individuais como nos sociais. Parece que só uma coisa é certa: que nada se pode aceitar por definitivo.

Esta série de obras que ora apresentamos parte da convicção de que a mensagem da Bíblia oferece uma perspectiva pertinente e criadora para responder a este questionário. Não se trata, cremos, de respostas feitas, uma espécie de receitas culinárias que poupem a imaginação, o esforço e a criação do individuo e da comunidade cristãos. Trata-se, porem, de uma visão do Mundo, da Historia, da Vida, do Homem, das coisas, das relações, visão essa que permite ao cristão encontrar seu caminho.

A consideração da problemática ética poderia partir dos problemas da sociedade. Alguns considerarão que, especialmente nesta hora e em nosso Continente, esse é o único ponto de partida admissível. Compartilha o sentido de urgência dos problemas sociais. Concordo, inclusive, em que o horizonte bíblico tem seu centro em um projeto humano total, o Reino de Deus, antes que na vida ética individual. Não creio, porem, que por isso devemos submeter-nos a uma ordem rígida de temas. De fato, tampouco a Bíblia o faz assim. Podemos escolher qualquer ponto de partida dentro do universo ético, desde que não percamos de vista a totalidade. Preferi, nesta pequena obra, começar do ponto onde nos, cristãos latino-americanos católicos e protestantes igualmente - temos sido iniciados, a saber, na pergunta: que devo fazer? Dai cuidaremos de avançar, guiados pelo próprio desenvolver do pensamento bíblico, para outra pergunta mais ampla e

significativa: que significa ser, aqui e agora, testemunha do Reino, do governo justo e generoso de Deus? Creio que este itinerário, que é o que a maioria dos que compartilhamos uma dominante preocupação social temos feito, pode ser mais útil a maior parte de nossos leitores. E isso nos parece perfeitamente legítimo.

Não nos dirigimos ao especialista. Por isso, quando estas páginas caírem em mãos do teólogo, do psicólogo, do sociólogo, eles não de perceber generalizações e imprecisões. Queremos falar com singeleza com o homem que indaga a si próprio, com seriedade, de que forma há ele de viver como homem no mundo hodierno. Queremos conversar com o crente deveras interessado em responder fielmente, em sua vida, ao chamado de Jesus Cristo. Os problemas com os quais essas pessoas se defrontam não são diferentes daqueles que tomam o tempo do especialista - se se trata de um especialista situado na realidade e não de um mero malabarista de abstrações. Todavia, o enfoque de um e de outro é necessariamente distinto. Para quem queira adentrar-se na consideração de alguns destes problemas oferecemos umas ligeiras notas de esclarecimento e indicações bibliográficas no final do livro. Estas notas também não são estritamente especializadas; são notas introdutórias, destinadas a abrir o primeiro panorama ao leitor interessado num estudo mais profundo.

Não poderíamos concluir, não obstante, como se nosso tema fosse questão de simples "entendimento" - vulgar ou especializado - de certas idéias ou noções. Há uma "comprovação" mais congruente do que o

profundamente intelectual, por mais que este seja indispensável. A esse nível mais profundo apontam as palavras de Jesus quando diz que aquele que fizesse o que ele manda conheceria sua doutrina e saberia se vem de Deus. Nem os problemas éticos nem a fé cristã podem ser compreendidos em uma reflexão neutra, para só depois tomar uma decisão. Em ambas as coisas temos primeiro uma ação, um compromisso concreto, cujo conteúdo analisamos criticamente - como cristãos, a luz da Palavra de Deus - com a finalidade de integrar essa análise em uma nova ação e um renovado e mais eficaz compromisso. Por esse motivo, embora a Teologia possa lançar luz sobre as decisões éticas do crente - como esta série pressupõe - também, e talvez em primeiro lugar, e a obediência do cristão fiel, que se compromete cada dia com todo o seu ser na ação que percebe como a vontade de Deus, o que convoca, corrige e ilumina ao teólogo. Porque a Palavra de Deus é para ser "executada", não meramente ouvida.

Buenos Aires, Domingo da Ressurreição de 1971.

José Míguez Bonino

1. Que Fazer?

O TEATRO e a novela nos têm apresentado uma visão do homem construída em torno dessa pergunta. Esboçam-se os caracteres, articulam-se as situações, urde-se a trama até que os personagens enfrentam a hora de decisão e a partir de sua circunstância e suas possibilidades, de seu passado e de seu propósito, devem assumir ou atraiçoar sua própria história - em suma, decidir o que fazer. O "suspense" gira em torno dos conflitos de lealdades, de interesses ou de valores. No simples relato provinciano argentino "La barranca del lorero" ("O barranco dos papagaios"), a protagonista vê o filhinho engatinhar-se para a borda do despenhadeiro, enquanto sustem a corda da qual pende seu marido que recolhe ninhos sobre a encosta: só lhe é dado preservar uma vida, qual? A clássica história de Dâmon e Pítias estabelece o conflito entre a amizade - um homem se oferece como refém enquanto o amigo, condenado a morte, se despede dos seus - e o legítimo apego à vida, - tanto do que espera, que pode salvar sua vida renunciando a sua amizade, como do condenado, que pode aproveitar a ocasião para fugir. Mentir ou trair a quem confiou em mim? Arriscar ou sacrificar a vida de urna pela de muitos? Comprometer a honra pela felicidade? Dar o primeiro lugar à pátria ou à família? As variantes destes dilemas são quase infinitas; a angústia da decisão é a mesma. Os psicólogos utilizam-se com frequência destas situações para provocar respostas que revelam a orientação, os valores ou, mais profundamente, as atitudes das pessoas.

Não são raras as ocasiões em que o homem enfrenta decisões dramáticas nas quais um ato determina evidentemente todo o curso da vida. Tratar-se-á, as vezes, de uma emergência que exige uma resposta instantânea, quase automática: o motorista esta a ponto de cruzar-se, em alta velocidade, com um veículo que vem em direção contraria; de repente, surge uma criança correndo diante dele na estrada: atropelá-la? enfrentar o choque com o outro carro? precipitar-se contra as árvores ao lado do caminho? Poderíamos passar horas debatendo argumentos favoráveis ou contrários a cada uma das opções. Antes, porem, de tomar consciência sequer das alternativas, a decisão já estará irrevogavelmente consumada. Decisão arbitrária? casual? O psicólogo nos dirá que não é, de maneira alguma, arbitrária ou casual. É a resultante do que esse homem é: do que tem sofrido, do que tem aprendido, do que tem pensado, daquilo que herdou, da totalidade de seu passado, que numa fração de segundo move a mão que segura o volante, desloca o pé do acelerador para o freio ou fecha os olhos e atira o veículo para sua esquerda. Outras vezes é a longa decisão, uma prolongada agonia de marchas e contramarchas, angústia e arrependimento, frustração e culpa. É o caso do casal com um filho mongolóide: Interná-lo numa casa de atendimento deficiente - a única ao alcance de seus recursos - para vê-lo afundar-se em um pântano de animalidade, e finalmente apagá-lo da memória por vergonha, lástima, impotência? mantê-lo no seio da família e deformar toda a vida familiar, a relação com os outros filhos, a saúde emocional de todos, quem sabe por quantos anos, sem a certeza de, finalmente, poder fazer qualquer coisa por ele?

Na maior parte das vezes trata-se, não obstante, de decisões menos dramáticas e mais rotineiras: Onde viver? Que devo comprar primeiro? A qual escola enviar meu filho? Como resolver a alteração com minha esposa? Onde ficará melhor minha velha mãe, dada minha situação familiar e de moradia? Às vezes temos consciência de decidir; outras, talvez em maior número, fazemo-lo sem pensar. Nossas atitudes em face do matrimônio, da amizade, do dinheiro, da política, da diversão, vão-se sedimentando sem que o percebamos. E talvez num bom dia, quando alguém - um filho, um amigo, um livro que lemos ou um filme que vemos - nos pergunta por quê, e sentimos a necessidade de explicar (ou de explicar a nós mesmos) por que cremos que isto é bom e aquilo é mau, então nos damos conta de que, afinal, **temos uma ética.**

Por que fazer isto e não aquilo? Que é o bom? Como reconhecê-lo? Como decidir e como julgar nossos atos e os dos outros? Nenhuma pessoa sensível pode deixar de formular-se estas perguntas. São inquietações que vem acompanhando a Humanidade desde quando a conhecemos. Que é mais importante: a intenção que me move ou o resultado de minha ação? Devo obedecer aos impulsos do coração ou ao calculo da razão? Existem princípios morais absolutos, aos quais devo submeter-me, ou todas as decisões são circunstanciais? Devo aceitar uma autoridade moral, à qual obedecer, ou determinar independentemente meus atos? É legítimo buscar a felicidade? E nesse caso, que felicidade - individual, coletiva, espiritual, material, presente, futura? As respostas se enraízam em posições

filosóficas, políticas, religiosas, ideológicas. E por seu turno, muitas vezes buscamos argumentos para defender nossas decisões e construímos ou adotamos posições que justifiquem nosso comportamento. E assim tem surgido diversas éticas e diversos sistemas éticos. Diversas formas de responder a pergunta, tão simples e tão cotidiana: que fazer? E a outra, indissolúvelmente ligada a condição humana: por que fazê-lo?¹

A bancarrota das respostas

O ponto grave da situação que atravessamos consiste em que, em sua maioria, as respostas clássicas a estas perguntas se mostram inadequadas, carentes de sentido ou inoperantes. Tudo parece mais difícil e mais complexo. Bastará mencionar alguns exemplos e analisar superficialmente seu significado para dar-nos conta da situação que enfrentamos.

- Faz algum tempo, diversas pessoas e instituições cristãs nos Estados Unidos da América decidiram retirar suas economias e inversões e deixar de operar com o "First National City Bank" porque este financiava operações do governo da África do Sul, as quais permitiam consolidar a política de discriminação racial e repressão que este governo executa.
- Um jovem casal pensa em sua futura família. Que deve o casal levar em conta? Seu desejo de ter uma família numerosa? Os recursos econômicos de que necessitará para manter, educar e assegurar uma vida decente dos filhos? A necessidade de população - ou o excesso de população - de seu país? As condições de população do mundo cuja capacidade não é ilimitada? {Pense

também no governante que parte do extremo oposto na linha de perguntas, mas que também tem de chegar à pessoal: que direito tenho de influir nas decisões pessoais de um casal com respeito à sua família? mas, se não o faço, como posso levar em conta as necessidades totais de meu país?)

Chegou o momento de trocar meu automóvel! Não que meu carro já não me serve mais; é que eu gostaria de outro maior e mais novo, e viria a calhar, pois tenho os recursos para comprá-lo. Tenho, porém, o direito de fazê-lo sem considerar o problema de congestionamento de trânsito, a progressiva contaminação do ar, a destruição de materiais de que a Humanidade necessita - todo esse equilíbrio da vida e da Natureza da qual me falam todos os dias os cientistas?

Os exemplos poderiam multiplicar-se. Alguns são mais claros, outros mais distantes e difíceis de notar. Mas alguns fatos saltam à vista:

- 1) As relações cada vez mais estreitas que se enlaçam entre os diferentes grupos humanos por todo o mundo. Minhas decisões e ações, que antes afetavam o círculo reduzido de minha família, minha cidade, ou, quando muito, minha nação, passam a fazer parte de uma urdidura na qual milhões de homens sofrem - ou desfrutam - as conseqüências. As colheitas ou o plantel de gado na Argentina, o Mercado Comum Europeu, os excedentes da produção norte-americana, a fome da Índia, tudo isso forma uma só trama. Um rádio transistorizado de fabricação japonesa, que adquiro por ser mais barato, envolve os baixos salários do operário japonês, os capitais norte-americanos, os conflitos políticos internos do Japão e os internacionais do Extremo

Oriente, a política econômica de meu país e os conflitos nos quais se verão envolvidos meus filhos. Uma manhã bem cedo, ao parar o ônibus em um pequeno povoado serrano na Argentina, ouvi dois camponeses comentando com grande interesse a recente desvalorização da libra esterlina. Há poucos anos, mal teriam sabido que existia a libra!

2) Esta simples historieta já nos conduz a outro aspecto. Hoje "sabemos" muito mais: temos os meios para "acompanhar" nossas ações em seu percurso pelo mundo, e ver como afetam a vida de outros homens. Por conseguinte, o âmbito de responsabilidade se ampliou; não posso alegar ignorância. O seqüestro do embaixador britânico no Uruguai alerta a gente na Grã-Bretanha (lembremos da reportagem da BBC aos tupamaros!) de que há setores uruguaios que consideram aquela nação como culpada de sua opressão econômica e social. **Inevitavelmente, o limite de minha responsabilidade fica determinado por meu conhecimento das conseqüências de minhas ações.** Hoje, ao estender-se enormemente esse conhecimento, amplia-se a responsabilidade.

3) Esta relação entre conhecimento e responsabilidade não se estabeleceria tão claramente se não tivéssemos ao mesmo tempo consciência da **possibilidade de modificar as coisas**. Se assim não fosse, poderíamos ocultar-nos atrás de uma impotência para evitar certas conseqüências de nossos atos. Na realidade, muitos o fazem. Mas tanto os revolucionários que propõem uma mudança total das estruturas sociais e econômicas existentes, como

os conservadores que se desejam realizar as adaptações mínimas, afirmam que as condições de vida prejudiciais ou insuficientes que existem podem ser mudadas. Ambos acreditam na possibilidade de uma "engenharia social" (revolucionária ou evolutiva). É possível arbitrar os meios para corrigir os efeitos de nossas ações, a curto, médio, ou longo prazo.² É claro que aqui acrescentamos uma nova complexidade, já que essas mudanças demandam a ação concertada de grupos humanos em diferentes níveis da sociedade. Não posso modificar, por uma decisão pessoal independente, as conseqüências de minha ação ao comprar o rádio de fabricação japonesa. Se posso fazê-lo mediante certas formas de ação política e econômica, na ordem nacional e internacional. O problema que surge é duplo: devo continuar complicando-me em ações que têm - sei bem claramente - conseqüências negativas para meu próximo? e como exercer minha responsabilidade para mudar algumas dessas condições?

Talvez estes exemplos pareçam exagerados. Não é absurdo pretender que me ponha a pensar em todas essas coisas cada vez que faço algo? Finalmente, teria que retirar-me do mundo, porque toda ação teria alguma conseqüência negativa. E retirar-me do mundo também teria conseqüências negativas. Por conseguinte, o problema deveria simplificar-se. Fazer o melhor possível. .. e deixar nas mãos de Deus as conseqüências! Em certo sentido, esta tem de ser nossa última resposta. Mas essa resposta não elimina o problema. Porque "fazer o melhor possível" significa tomar consciência das conseqüências de meus atos até onde me seja possível. Deus deixou certas

conseqüências em minhas mãos. Quanto mais sei e mais posso, tanto maior é a responsabilidade. Não posso fugir a ela devolvendo-a, pelo assim dizer, a Deus.

Se deixo uma arma de fogo ao alcance de uma criança, sou responsável pelo que aconteça. Não o serei, acaso, se permito que sua mente, desde a infância, se nutra de uma televisão que oferece doses maciças de violência todos os dias? Se vendo conservas de cujo estado não estou seguro, sou culpado de uma possível intoxicação. Sê-lo-ei se não percebo que meu filho adolescente freqüenta um ambiente de viciados em drogas ou delinqüentes? Mas se responde afirmativamente, como fazer? Porque não é tão simples afastar um menino ou um jovem (e em qualquer caso se trata também dos demais) de um ambiente criado e mantido por urna propaganda maciça, apoiada em interesses econômicos que se impõem por seu próprio peso a todas as esferas da vida. Não posso fugir à responsabilidade, mas seu exercício desborda minhas ações individuais. Eis aí um dilema.

Examinando o assunto de outro ângulo, poderíamos dizer que hoje temos tomado consciência, mais clara do que nunca antes, do caráter **social** de nossas decisões e nos damos conta de que não podemos circunscrever nossa responsabilidade moral ao individual. A contradição entre uma moralidade individual e a imoralidade social é intolerável, precisamente porque compreendemos que não se trata de duas coisas isoláveis, mas tão inseparáveis como as faces de uma moeda, como um objeto e sua

sombra. Ou talvez, mais precisamente, conviria dizer que são como o relâmpago e o trovão, que podem ser percebidos de maneira diferente e em momentos sucessivos, todavia formam um e o mesmo fenômeno.

O entendimento desta relação constitui um dos fatos mais importantes de nossa atual problemática moral. Faz alguns anos, o teólogo norte-americano Reinhold Niebuhr deu a um de seus livros o título "O homem moral e a sociedade imoral".³ Seu propósito era mostrar, em face de uma ética puramente individualista, que os problemas da sociedade não se resolvem simplesmente pela omissão da moralidade dos indivíduos, ou dos dirigentes ou governantes. A dinâmica de um grupo social leva indivíduos perfeitamente honestos, sinceros e altruístas em sua vida pessoal, a defender interesses (de classe, grupo social, raça, nacionalidade) em prejuízo de outros e a adotar para tanto procedimentos que jamais admitiriam em sua vida privada. A importância deste fato se nos impõe só quando compreendemos que na vida moderna boa parte da exigência do homem esta em mãos de grupos sociais. No parágrafo abaixo um autor o ilustra muito bem:

Hoje, meu poço é a água encanada; o ônibus é meu carro; e a caixa-forte do banco é o colchão ou pé de meia; o cassetete do policial substitui meus punhos. Minha vista e meu olfato delegaram seu juízo ao inspetor de alimentos, de medicamentos, ou a companhia de gás ou de seguros. Outros se ocupam do lixo e das águas servidas, de fazer produzirem minhas economias, de cuidar de meus enfermos e ensinar a meus filhos. O frigorífico se encarrega

de meu gado, a companhia de eletricidade
fabrica e acende minhas velas e corta minha
lenha...⁴

Todas estas coisas, porém, agora feitas coletivamente, e portanto de maneira impessoal, criam novas estruturas e problemas éticos, nos quais a moralidade individual freqüentemente naufraga. E o que é mais grave, logo se fabricam escusas, para encobrir com motivações aparentemente generosas aquilo que constitui interesses de grupos. No livro mencionado, Niebuhr documenta até à saciedade como as conquistas coloniais, a exploração de grupos sociais, a escravidão de uma raça, a injustiça ou mesmo a destruição de grupos humanos se justificam apelando para o patriotismo, a obrigação de estender a civilização, a defesa da liberdade, e, inclusive, a defesa ou a propagação da fé cristã. Não diminui a gravidade do problema o fato que as pessoas que se servem de tais argumentos sejam totalmente sinceras.

O homem de nossos dias, particularmente os jovens, não toleram mais este estado de coisas. A hipocrisia, a irresponsabilidade, o egoísmo e a falsidade de uma situação que se recobre com belas palavras e com declarações de honestidade e decência pessoais, atrás das quais se ocultam as fontes das mais flagrantes injustiças repugnantes ao senso de dignidade e integridade do homem. Sou responsável, bem o sei, não só pelos atos isolados e individuais, mas também pela totalidade do que sou, do que faço, de minhas relações e das estruturas as quais pertenço.

Somos responsáveis?

O próprio conhecimento do homem e da sociedade - a Psicologia, a Sociologia e as demais ciências do homem - que me permite compreender as relações e conseqüências de meus atos, mostra, por outro lado, como sou afetado, e talvez condicionado, por influências e fatores que não se acham sob meu controle. Se um alcoólatra arruína sua vida e afunda sua família na abjeção e na miséria, é ele um viciado ou um enfermo? Se um jovem de quatorze, quinze ou dezesseis anos trilha, desde a choça de lata de sua favela,* um caminho semeado de vício, de roubo e de sangue, é ele um delinqüente ou um desorientado que teve a alma deformada pelo choque com a selva sem coração de uma cidade que lhe exige o êxito sem dar-lhe os recursos para alcançá-lo? Um casal desavindo que termina separando-se e deixando um casal de filhos sem raízes nem afeto, é culpado do egoísmo, da intolerância, da ambição ou da inconstância que destruíram seu lar, ou ,os dois são, por sua vez, vítimas de outro lar, de professores sem amor, de uma propaganda que os faz sentir-se infelizes e frustrados quando não conseguem tudo quanto se lhes anuncia?

Até onde é preciso retroceder na cadeia de

* No original, "Villa miséria": bairro de moradias precárias construídas por seus próprios ocupantes com materiais de refugo em terrenos baldios, nas cercanias das grandes cidades. Argentinismo equivalente a "bidoquille" (francês), "slum" (Inglês), "favela" (português). - Nota do Autor

efeitos e causas? O que ocorre com as idéias de responsabilidade, virtude e vício quando o psicólogo retrocede a experiências da infância as tendências homossexuais de um jovem, ou mostra que a decisão de um homem de suicidar-se responde a uma psicose depressiva, tão independente da vontade como um defeito físico? Que dizer quando o sociólogo nos assinala a relação inegável entre a delinqüência e o estado de desorientação moral das populações marginais da cidade, repentinamente arrancadas da sociedade rural, suas normas e valores, e trasladadas a um mundo de leis, regulamentos, horários e relações impessoais que não entendem? Que têm a ver com o bem e o mal as deficiências hormonais ou as condições sociais que parecem desencadear atos e comportamentos?

Finalmente, as perguntas "o que é o bem?", "o que é o bom?" tampouco se apresentam simples ou claras. Os mesmos fatos históricos que nos aproximam e vinculam aos homens no mundo hodierno puseram em estreito contacto as diferentes culturas e tradições, mostrando a diversidade de critérios e normas morais, de concepções éticas com respeito à propriedade, à família, ao sexo e a outros aspectos da vida humana. É certo que todos os povos distinguem entre atos bons e maus, aceitáveis ou rejeitáveis, mas longe de coincidir em quais são uns e quais outros, quase não há delito em um povo ou período histórico que não seja virtude - ou pelo menos aceitável - em outro, e vice-versa.

Torna-se, desse modo, inevitável a pergunta: por que não poderiam também nossas normas morais

mudar, inverter-se, caducar? Que há de sagrado, de permanente, na monogamia, na fidelidade conjugal ou na indissolubilidade do matrimônio sobre as quais pelo menos teoricamente - temos fundado a família em nossa sociedade? Que razões "absolutas" há para proibir a homossexualidade, o uso de drogas ou outras formas de comportamento que algumas sociedades têm praticado até com caráter religioso? Parece que o terreno cedeu totalmente sob nossas convicções éticas. Quando o alcance da ação ética se mostra mais complexo, exigente e amplo, quando mais seguros deveríamos estar do que fazer, e quando nos sentimos mais impotentes e dominados por forças que nos desbordam, quando mais inseguros estamos acerca do que realmente seria bom. Este é o grave dilema ético do qual a novela, o teatro, o cinema e até a canção moderna se fazem contentemente eco.

Perplexidade e clareza

A situação que aí esboçamos provoca reações mui diversas e até opostas. Alguns têm caído num relativismo total. Simplesmente renunciam a qualquer valorização moral. Tudo pode explicar-se em termos de cultura, circunstâncias, condições imperantes em um determinado tempo e lugar. Em realidade, é muito difícil ser inteiramente conseqüente nessa posição. Para formar uma família, educar filhos, exercer uma profissão, a pessoa tem que manter certa coerência em suas decisões, por mais claudicante que seja seu comportamento. A vida a coloca diante de mil encruzilhadas e aí não pode evitar a escolha de um

caminho - e, por conseguinte, o abandono do outro.

Amiúde o relativista se deixara levar, mais ou menos conscientemente, pelas circunstâncias, pelos usos e costumes da sociedade. Enviara os filhos aos colégios aonde vão os filhos da gente de sua classe, seguirá as normas morais aceitas por seus companheiros de escritório, adotara o partido político tradicional de sua família ou de seu grupo social. Para que fazer-se raro se tudo a igual! O melhor é fazer "o que toda gente faz", isto é, vestir os costumes da sociedade, suas normas e valores, como quem se acomoda a uma forma já feita. Tal pessoa não se preocupará por defender tais costumes; inclusive é possível que os veja com indiferença e até com certo cinismo. Mas, de fato, ao amoldar-se a elas, prolonga-as e lhes dá mais força. O relativista acomodaticio opera, em realidade, como uma força conservadora, como um defensor - talvez involuntário, porem não menos eficaz - das "coisas como são".

A reação do relativista pode, também, dirigir-se em direção contrária: consciente de que as normas e valores que regem a sociedade atual são ambíguos e precários, assume diante deles uma posição crítica. Dedicar-se à defenestração dos heróis e modelos, mostrando que eles foram, também, filhos de seu tempo, com suas deficiências, servos dos interesses e preconceitos de seus grupos sociais. Não será nada difícil mostrar que algumas das virtudes ou costumes que hoje reverenciamos respondem a condições econômicas e sociais da época que as exalçou. Assim a frugalidade, a dedicação ao trabalho, a pontualidade e o senso de responsabilidade de que tanto nos orgulhamos, nós os protestantes, se explicam muito

bem como as formas de comportamento necessárias ao período de poupança e acumulação de riqueza exigidas pelos começos do sistema capitalista, coincidentes com a origem dessa ética protestante. Estão de tal modo relacionados com esse processo econômico qual a redução de povos inteiros a condirão colonial, a exploração dos escravos e a pilhagem dos recursos naturais, nos quais também se estribou o capitalismo.⁵ Atrás dos ideais de emancipação e liberdade da façanha da independência dos países latino-americanos é fácil apontar a presença dos interesses econômicos da nascente oligarquia crioula e a conseqüente indiferença ante a condição do camponesado provinciano e dos índios. Esta ação iconoclasta de heróis e tradições opera como elemento de transformado, destruindo os controles que os modelos tradicionais e as normas estabelecidas exercem sobre o comportamento. Mas o exercício desta crítica envolve, por sua vez, a aceitação de algumas normas e alguns valores, de juízos éticos que permitam, por exemplo, criticar a escravidão, do colonialismo, a eliminação sistemática da população índia ou qualquer outra medida. Com pleno conhecimento ou não, mais; ou menos claramente, o relativista crítico adota uma posição que por seu turno terá que justificar.

A complexidade e amplitude do problema ético tem trazido consigo uma confusão que fomenta o relativismo. Hoje é muito difícil dizer com precisão o que é bom e o que é mau. Mas é igualmente impossível permanecer nessa incerteza, porque a própria aceleração da vida moderna nos obriga a decidir, força-nos a levar em conta o significado de

nossas ações, exige de nós um compromisso e requer coerência em nosso comportamento. O relativismo não é uma resposta satisfatória, uma vez que o próprio relativismo se vê obrigado a adotar - por mais provisoriamente que seja - alguma posição. A pergunta, "O que fazer?" não basta responder, "quem sabe!"

A juventude, em particular, vem manifestando cada vez com maior vigor seu protesto contra a hipocrisia, a artificialidade e a desumanidade de nossa sociedade. Indigna aos jovens, sobretudo, a incoerência entre os valores que ela professa e os que verdadeiramente a governam. Entoamos louvores a paz, mas dedicamos a preparação ou ação militar as maiores somas dos orçamentos nacionais. Declaramo-nos defensores da liberdade, mas criamos brutais sistemas de repressão, de intromissão na intimidade do homem e, sobretudo, de uma maciça propaganda e doutrinação que viola a consciência e "lava" o cérebro do homem desde sua infância. Falamos de cristianismo, de amor e de repúdio à violência, contudo são o êxito e o poder econômico que mais realmente governam nossas ações, e estamos dispostos a perdoar e até mesmo defender qualquer violência repressiva para defendê-los. Atrás da fachada do "homem respeitável" se ocultam ambições, falsidades, paixões mil vezes mais torpes do que os "crimes" ante os quais nos mostramos horrorizados. Sob a superfície de nossa "civilização ocidental e cristã" esconde-se mal a exploração de grupos, classes e povos inteiros, o uso do homem como instrumento. Ajudados por intelectuais - escritores, filósofos, artistas em geral- os jovens se têm dedicado a mostrar a verdadeira face de

nossa sociedade. E como contrapartida, reclamam uma total "autenticidade" de comportamento, linguagem e ações.

É fácil assinalar o ingênuo otimismo que freqüentemente acompanha estas propostas da juventude. Pareceriam pensar que basta libertar o homem das coerções e tabus, das inibições e das leis que o travam, para que encontre seu verdadeiro ser. A ilusão é dupla. Por um lado, consiste em crer que é possível eliminar da vida humana a coerção, a lei, a censura moral que o grupo exerce. Por outro lado, baseia-se em uma injustificada confiança em que o homem é natural e espontaneamente bom. Parece crer-se que, eliminada a deformação de um puritanismo repressivo, por exemplo, a vida sexual se manifestara como comunicação e amor totais. Supõe-se que a única coisa que impede a generosa e espontânea mutualidade entre os homens é a propriedade privada. Tenta-se criar uma abertura total ao outro manifestando-se absolutamente "autênticos" - isto é, falando e atuando totalmente "segundo o sentir". Todas estas idéias já mostraram, na prática, sua ambigüidade nas amargas experiências de algumas comunidades "hippies". A liberdade, o amor, a receptividade que procuraram criar se envenenaram imediatamente, de dentro e de fora, mostrando persistentes fatores humanos recalcitrantes a soluções aparentemente tão simples e promissoras.

É demasiado fácil, não obstante, desembaraçar-nos desta incomoda acusação juvenil assinalando sua ingenuidade ou documentando alguns de seus fracassos. Há, no protesto dos jovens e dos

intelectuais de nossa época, um conteúdo ético muito preciso. No que respeita ao comportamento, o que eles pedem pode resumir-se nas palavras **autenticidade, coerência e compromisso** - isto é, que o homem se coloque realmente atrás de sua palavra, que a sustente com tudo o que é e tem, que não utilize a palavra como disfarce mas como articulação clara de quem é e do que quer. Quanto ao significado da vida humana, sua demanda se concentra em **comunicação, comunidade, amor** - a ruptura do mito da "privatividade" atrás do qual a burguesia tem camuflado seu monstruoso egoísmo, seu desejo de gozar das coisas, das pessoas, e até de Deus em forma exclusiva e excludente. Na realização destas novas condições de existência, o protesto juvenil e intelectual propõe a **experimentação**, a **espontaneidade** e a **imaginação** - isto é, a libertação da criatividade humana da rigidez das estruturas, das convenções, do enquadramento e da onipotência do precedente. Trata-se, em verdade, de um projeto de renovação do homem e da sociedade, seguindo um caminho que parte da comprovação da caducidade de todo o vigente, a falência total da sociedade e da moral que temos recebido, e que avança na busca de algo totalmente novo.⁶

Clareza dos cristãos?

Que diz o cristão a tudo isto? Convencido de que no Evangelho tem a resposta última - dada pelo próprio Deus - as interrogações da vida humana, o cristão resistira a entregar-se ao relativismo. Sabe que o bem,

a verdade, não constituem simples convenções ou caprichos humanos, mas a vontade do Deus criador, manifestada em Jesus Cristo. Não obstante, a partir deste ponto costuma produzir-se uma lamentável confusão, historicamente compreensível, mas plena de graves conseqüências negativas tanto para os cristãos como para o restante da comunidade humana. A confusão consiste, muito simplesmente, em identificar esse firme fundamento, que é o Evangelho, com as normas e valores, ou pior ainda, com as convenções e costumes de nossa sociedade.

- Um exemplo banal: a identificação da pompa e da aparência pessoais desenvolvidas pela cultura burguesa com a "decência", a "limpeza" e até a "honestidade"; identificação que tem levado muitas congregações cristãs, e inclusive autoridades civis, a exigir o cabelo curto, a barba feita, a gravata e o paletó como passaporte de honorabilidade;
- O caráter determinante das normas culturais: a freqüência com que as Igrejas evangélicas julgam a moral de seus membros mediante restrições surgidas nas condições morais de um determinado tempo e lugar - baile, teatro, cinema, bebidas alcoólicas, inclusive "assobiar" música, em um caso. A simples variedade e incoerência destas normas mostra claramente seu condicionamento cultural;
- Menos evidente, mas sem dúvida não menos certo e mais importante: a convicção com a qual muitos cristãos defendem a idéia capitalista da propriedade privada dos meios de produção como se fosse um postulado da fé, quando é evidente que está ausente por completo do panorama rural do pensamento bíblico, e que surge em condições econômicas e sociais mui posteriores e é fortemente resistida por toda uma importante tradição teológica.

Trata-se, dizíamos, de um equívoco compreensível, porque as Igrejas cristãs têm exercido,

de fato, acentuada influência na formação de nossa sociedade e de suas leis, particularmente nos países ocidentais. Instituições, leis, usos culturais, normas e valores plasmados na cultura ocidental resultaram do encontro do mundo mediterrâneo com a tradição cristã e da evolução que o seguiu. Nós, cristãos, nos sentimos, por isso, naturalmente dispostos a defendê-los e inclusive a considerá-los a única e legítima encarnação das demandas da fé. E os que os repudiam por achá-los inadequados, falsos ou desumanos, renegam com eles as Igrejas que os tem defendido e defendem e renegam o Deus que se supõe havê-los inspirado. Assim os cristãos nos vemos envolvidos com freqüência nas filas dos defensores da tradição, da ordem estabelecida, das instituições vigentes e - quase sem percebê-lo - da repressão, da censura e da coerção com que se tenta defendê-las. Da defesa da fé passamos, quase insensivelmente, para a defesa do estado de coisas vigente.

É essa a batalha que nos cabe sustentar? É essa nossa vocação como cristãos? É necessário encarar o problema. Há, pelo menos, duas importantes verdades na posição do cristão conservador. Uma é a convicção de que, como cristão, tem uma responsabilidade muito especial em face da exigência e da confusão ética de nosso tempo. A forma de viver dos cristãos foi, com efeito, uma das mais significativas contribuições que a Igreja fez ao mundo antigo e uma das causas fundamentais de haver a fé cristã triunfado nos primeiros séculos. A perplexidade ética e a angustiada busca de sentido para a vida que caracterizavam a sociedade na qual pregaram os primeiros apóstolos e

missionários cristãos encontraram no Evangelho de Jesus Cristo uma resposta para a crise; a mensagem crista emergiu, assim, muito naturalmente, como a pedra de toque de toda ética que tem valor. O que é cristão e o que é moralmente bom vieram a ser sinônimos. Por conseguinte, tudo quanto pretendia ser aceito como bom devia, de algum modo, "fazer-se passar" por cristão.

Também está com razão o cristão conservador em repudiar o relativismo total ou o fácil otimismo naturalista. A medida, a meta e a origem de nosso comportamento como cristãos nos foram dadas em Jesus Cristo e por maior que seja a imprecisão, a fragilidade ou falibilidade que devemos admitir em nossos julgamentos éticos, não podemos deixar-nos arrastar por "qualquer sorte de ensino", quer no campo doutrinal, quer no ético. Em seus melhores momentos, a fé crista soube definir, sob a direção do Espírito Santo, um projeto de vida humana, com respeito ao qual era possível dizer que "assim procedem" os cristãos ou que "tais coisas não fazem" os que são de Cristo. O cristão conservador tem razão ao insistir em que tanto a seriedade como o compromisso ético pertencem à essência do ser cristão.

Onde o cristão conservador erra é em crer - dando-se ou não conta desse fato que esse Evangelho de Jesus Cristo coincide com as instituições, as leis e a ordem moral imperantes em nossa sociedade. É certo que a instituição da família, as normas tradicionalmente aceitas - em teoria, pelo menos sobre as relações sexuais, os códigos de direito civil, certas normas e certos regimes políticos (a democracia

representativa, por exemplo) e outros muitos elementos de nossa sociedade que poderíamos mencionar, tem desfrutado a influencia do Evangelho. Mas também é certo que são produto de circunstâncias históricas que tem variado através dos séculos, que representam condições econômicas e sociais distintas, que são feitos por homens e que pertencem, portanto, a "este mundo" que passa e que esta em constante mudança. Não fazem parte do "reino eterno". Ao confundir ambas as coisas, comete-se o grave e duplo erro de rebaixar Jesus Cristo ao nível das instituições, leis ou costumes imperfeitos, caducos e transitórios, e de elevar estes a um lugar privilegiado que a ele cabe. Jesus Cristo é o mesmo ontem, hoje e sempre. Mas precisamente por isso, nenhuma outra coisa é eterna ou merece ser defendida como tal.

Este erro provém, em realidade, de outro mais profundo e mais arraigado: o de conceber a moral cristã principalmente como um conjunto de normas imutáveis e rígidas que regulam cada ato do comportamento. Teremos oportunidade de voltar de novo a este assunto com maior detenção. Vale a pena, contudo, recordar que **quem** é eterno (quem, não 'o que') e Jesus Cristo, o Senhor vivo que nos prometeu seu Espirito para guiar-nos a toda verdade.

Se assim é, em que consiste a resposta que, a partir do Evangelho, deve o cristão oferecer a crise ética atual - supondo-se que sua contribuição não deva ser a defesa da tradição? Para responder a essa pergunta, temos de examinar a mensagem das Escrituras, e a isso nos dedicaremos nos próximos

capítulos. Mas talvez seja útil concluir estas observações preliminares com uma afirmação que devemos analisar e provar mais adiante: a contribuição ética do Evangelho para a crise moral - a do primeiro século e a nossa não consiste tanto, nem fundamentalmente, em princípios, instituições ou leis novas como em um **novo homem**. O que Jesus Cristo coloca neste mundo é uma nova Humanidade, uma nova forma de ser homem. E essa nova Humanidade em Jesus Cristo não se prolonga, não entra na História humana primordialmente por meio de leis ou instituições (as quais sem dúvida existem e tem seu valor), mas mediante uma mensagem que gera sem cessar vida nova e mediante uma comunidade de homens "renascidos", "ressuscitados" para uma nova vida, "redimidos" (isto é, liberados), renovados (com uma nova "mente" - uma orientação total radicalmente mudada).

Se isto é assim, a demanda da juventude que lembramos anteriormente nos mostra toda a sua pertinência ética. Pois sua busca se dirige, precisamente, a uma nova qualidade de vida humana, a uma forma renovada de ser homem-em-comunidade. Isto é, nos parece, o que deseja desesperadamente nossa época. Nessa perspectiva a confusão moral não nos é apresentada apenas sob um aspecto negativo, como uma "corrupção", mas também em seu significado positivo, como uma marcha, incerta sim, porém esperançosa e receptiva, como uma série de ensaios, frustrados muitas vezes, mas nem por isso menos significativos. A confusão é parte da busca. É bem possível interpretar nesta luz o indignado protesto da juventude, a revolução para

mudar as estruturas sociais, políticas e econômicas, a revolução cultural, as novas orientações da psicologia, e inclui certas formas de religiosidade e misticismo. Tal interpretação permite um diálogo fecundo da fé com a problemática atual, na busca comum do que significa concretamente ser humano – para o cristão, ser "nova criatura em Cristo" - concretamente nas condições de nossa situação atual. Sem dúvida, a pergunta ética - que fazer? - com seu inevitável corolário atual - que posição tomar? - nos conduz a uma formulação mais profunda de início: que significa ser homem?

2. O Novo homem

PAULO havia visitado a Galácia⁷ duas vezes; mesmo em meio de sofrimentos físicos e morais que circundaram sua estada na região, sua prédica havia gerado uma pequena comunidade cristã. Esta comunidade enfrentava, agora, sua primeira crise. A epistola aos Gálatas a reflete. E essa crise se relacionava com a pergunta que acabamos de formular: que fazer? Em sua vida anterior de pagãos, os gálatas haviam tido obrigações religiosas muito precisas: festas, estações e sacrifícios cuidadosamente determinados. O que lhes cabia fazer agora, como crentes em Jesus, O Cristo? Os ensinamentos de Paulo pareciam deixar um vazio sobre este assunto. Não tardaram em apresentar-se mestres com uma resposta. Provinham do judaísmo e sua solução era bem simples e atraente: posto que Jesus Cristo provinha do povo judeu, ao aceitá-lo entrava-se na órbita da lei judaica. Ali podiam encontrar-se todas as ordenanças cerimoniais e religiosas necessárias. Ali também se achavam leis morais e civis suficientes para ordenar a vida em sua totalidade. Bastava entrar pela porta de acesso assinalada ao mundo na lei de Moises: O rito da circuncisão. A fé seria adicionada a este sistema de ordenanças como uma peça final que coroa O edifício, como o acorde que completa a partitura. Pelo anúncio de Jesus Cristo haviam entrado em contato com a lei e nela encontrariam a resposta a suas inquietações éticas e religiosas.

A reação de Paulo a este programa estoura com uma violência quase descontrolada. Acusa, roga, conjura, maldiz. Nenhuma palavra lhe parece demasiado dura para denunciar a enormidade do erro, e mais ainda, da traição em que os gálatas correm o perigo de cair. Tudo está em jogo aqui: a fé, o Evangelho, a natureza mesma da comunidade cristã, a pessoa de Jesus Cristo. Perder esta batalha era o mesmo que perder tudo; seria reduzir a mensagem a uma paródia. Aqui está o âmago de todo o assunto. E Paulo entra no conflito a favor do Evangelho e da fé dos crentes da Galácia com todas as armas de que dispõe.

O programa que os judaizantes propõem, explica o Apóstolo, a exatamente o inverso do propósito e plano divinos. É tão absurdo como voltar da maturidade a infância, como haver sido alforriado e vender-se de novo como escravo, como abandonar a posição de filho na família e ligar-se a condição de servo. A lei, com efeito, rege a infância moral e religiosa do homem, como a governanta encarregada de acompanhar e vigiar a criança para que não se meta em perigos nem tome caminho errado. Como tal, cumpriu um propósito. Mas agora já alcançamos a maioridade e "já não necessitamos de ama seca" (3.25). Em que consiste, pois, a maturidade da fé? Em saber-nos filhos de Deus e, portanto, livres, herdeiros legítimos de tudo quanto Deus criou, em condições de dirigir-nos diretamente a Deus - chamá-lo 'Abba', 'meu pai', tal como o chamou Jesus - e em condições de sermos guiados direta e quotidianamente pelo propósito ativo e poderoso do Pai ("viver no Espírito").

Como, porém, isso se faz? Não há necessidade de novas leis para saber o que Deus quer? Toda a orientação de que necessitamos, responde Paulo, já está dada nessa nova revelação. Porque a única coisa que nos falta para guiar nosso comportamento com respeito a Deus e aos homens é o amor. O amor não é outra coisa senão essa nova familiaridade que nos é dada em Cristo. Quem nela vive, começa a perceber todas as coisas de uma maneira nova. As velhas distinções religiosas, sociais, raciais ou legais - judeu ou grego, escravo ou livre, homem ou mulher - perdem significado porque todos os homens vem a ser uma nova família, a dos filhos de Deus. Daí surgirão formas de comportamento, atitudes e disciplinas. Serão, porém, aquelas que o amor constitui para a plena maturidade de todos, para a edificação de uma nova comunidade de homens, não as prescrições nas quais o indivíduo se encerra e se protege para esconder-se do próximo e de Deus.

É por isso que Paulo se opõe a regressão judaizante, que pretende voltar de Cristo para a lei. Pelo contrario, conhecer a Cristo - ou melhor, ser conhecido por ele - é deixar para trás a infância ética e religiosa. Por Cristo se ingressa nessa nova maneira de ser homem, a dos filhos de Deus. Esta é a realidade que agora queremos investigar, a base do ensino do Novo Testamento.

Duas formas de existência humana

Paulo combateu encarniadamente uma forma caprichosa e descontrolada de viver, “a vida segundo

a carne", à qual nos referiremos mais adiante. Não obstante, o problema da Galácia se apresenta sob uma modalidade particular de corrupção da existência humana: a escravidão à lei. A defesa da vida autêntica se identifica, pois, com o ataque contra a vida sob a lei.

Que significado e valor tem a lei? O tema foi objeto de exacerbada polêmica entre teólogos. Em realidade, o Novo Testamento nos apresenta toda uma série de afirmações com respeito à lei, difíceis de coordenar em um sistema. Vejamos, entretanto, o que parecem elementos essenciais. É evidente que, para Paulo, a lei (e por lei ele entende principalmente o corpo de preceitos rituais e morais do Antigo Testamento, a lei mosaica, mas também às vezes prescrições e máximas do mundo gentio) não é a realidade original mais profunda da vida humana. Não corresponde a criação, a saber, ao propósito original de Deus para o homem. É algo que "interveio" depois (Romanos 5.20), uma medida circunstancial e provisória. É um longo rodeio, necessário para reincorporar o homem em seu verdadeiro ser depois de haver ficado fora de centro, deslocado de sua realidade original e autêntica.

Qual é a realidade original e autêntica do homem? Como se perdeu? Paulo faz referência ao ensino judeu corrente, ensino que o cristianismo adotou. A realidade original é dada na criação do homem a imagem e semelhança de Deus; o desvio e o pecado, que entrou "com o primeiro homem" e agora penetra toda a existência humana. Mas o Apóstolo não especula muito sobre a criação, ou o como ou o

quando do pecado. Não é necessário buscar em algum passado distante a imagem do homem verdadeiro e autêntico, porque Deus no-la mostrou com clareza meridiana em um homem: Jesus Cristo. Esta é a Humanidade original, a qualidade de existência para a qual fomos criados. Tampouco aqui existe abundância de minúcias. Mas quando Paulo se vê obrigado a chamar os cristãos a essa forma de vida, e a orientar-se segundo o "sentimento que houve em Cristo Jesus", ou "para o que vale no terreno de Cristo", como alguém traduziu, volta uma vez e outra sobre o conteúdo fundamental dessa vida: a obediência gozosa e espontânea do amor, que se identifica totalmente com o propósito libertador do Pai e, por conseguinte, com a condição necessitada do homem.

"A forma de ser" de Cristo é definida pelo caminho que o amor traça da glória para a humilhação; e a disposição de "despojar-se de si mesmo" (Filipenses 2), e "fazer-se pobre" (2 Coríntios 8), não como um ato de disciplina ascética mas como um ato de amor. Este caminho de Jesus Cristo às vezes nos é descrito com relação à vontade do Pai, como uma senda de obediência; outras vezes, com relação aos homens, como um caminho de serviço. Mas numa forma ou noutra - ambas são complementares - como um ato voluntário. Não é uma lei imposta, que força a vontade: é a forma de existir, o ser autêntico do Filho. Tanto o quarto evangelho como os três primeiros corroboram este quadro, ilustrando-o com as palavras e os atos de Jesus. No quarto evangelho, esta identidade espontânea e total do Filho com a vontade de amor do Pai aparece explicitamente

a cada instante: "Minha comida consiste em fazer a vontade daquele que me enviou, e realizar a sua obra" (João 4.34). Os demais evangelhos não o repetem nos mesmos termos, mas o deixam claro, mostrando como a vida de Jesus Cristo assume e leva a cabo o programa de libertação, saúde e reconciliação dos homens que Deus prometeu no Antigo Testamento. Esta é a existência humana: a confiada, voluntária, gozosa comunicação e identidade de propósito com o Pai, a plena comunicação com os semelhantes, abrir-se a eles em serviço de amor. Para quem vive dessa maneira, "não há lei": não há necessidade de uma instância intermediária que lhe diga o que e que Deus quer ou o de que o próximo necessita.

Em outras palavras, a verdadeira existência é aquela na qual um homem, livre e cheio de gozo, sobre barreiras e limitações convencionais, além do que demanda ou exige a lei, inclusive talvez muito além do que a lei permite, solidariza-se com a necessidade do próximo e responde a tal necessidade. A conhecidíssima história do Born Samaritano ilustra-o graficamente. Sacerdote e levita passam a um lado do ferido no caminho. Não é difícil imaginar os motivos legais ou rituais que justificam e enquadram seu comportamento. O samaritano não tem obrigações estipuladas; por ser judia, a vítima está fora de sua responsabilidade. Precisamente por isso, esta vítima se torna a pedra de toque de um verdadeiro comportamento humano. E a conclusão é surpreendente: "Próximo (do homem caído) e o que teve compaixão dele. Vai e faz tu o mesmo!" (Lucas 10.37). Surpreendente porque não aponta para o necessitado como oportunidade de exercer um

comportamento requerido (a pergunta com a qual o "doutor da lei" havia aberto o dialogo), mas para a ativa disposição de solidariedade, de aproximar-se, como a forma de existência humana - de "proximidade" - na qual verdadeiramente se expressa o amor a Deus e ao homem.

É precisamente esta comunicação, esta identidade com a vontade de Deus e a necessidade do outro, que foi quebrada. E com esta fratura apareceu uma forma falsa, desumana, de viver, a que o Apostolo chama "viver na carne". Não se trata tanto de uma serie de ações ou de vícios - embora tenha formas muito concretas, sobre as quais voltaremos no próximo capítulo - mas de uma classe de vida, essencialmente negativa; uma vida distante da fé e do amor. "Viver na carne" é ser governado por uma vontade que não se confia ao propósito de Deus - pois isso, e não um conjunto de práticas religiosas, é o que o Novo Testamento chama, principalmente, de fé - nem se abre ao próximo. O eu se constitui a parte de um e de outro, em isolamento; o ser se curva sobre si próprio, encerra-se em seu próprio mundo, busca uma satisfação própria e isolada, uma felicidade, uma segurança, uma plenitude que não dependam, de forma alguma, de Deus nem do próximo. As únicas relações que admitira são aquelas nas quais não se veja ameaçado em sua total autonomia, isto é, aquelas em que mantenha controle total. Procurara, portanto, fazer do próximo e de Deus objetos subordinados á sua vontade autônoma. Deixada a si mesma, se tiver rédeas soltas, esta existência "na carne" terminara. num isolamento total do homem, no ego-ísmo (eu-ismo) absoluto. E posto que nos achamos entre outros

homens, com suas próprias demandas e vontades, tal existência desencadearia uma guerra total, a desenfreada vontade de dominação. Este é o suicídio da Humanidade - literalmente o caminho para a morte total do homem. Deus, portanto, **interpôs** a lei. Sua vontade de preservar o gênero humano manifestou-se nesta instância reguladora da ilimitada auto-afirmação do egoísmo humano. Por isso, a lei deve ser considerada como um "dom" da misericórdia divina.

Este contraste entre "viver na carne" e "viver no amor" corresponde tão profundamente à realidade da existência humana que de imediato percebemos seu significado. A necessidade e urgência de **retornar** de uma existência falsa, alienada, submetida a demandas exteriores e artificiais e de **reencontrar-nos** com nosso próprio ser (não porque haja um momento na História ou em nossa vida que possamos recordar como autêntico, mas porque percebemos que essa é nossa verdadeira existência), a necessidade de romper nosso isolamento e achar uma comunicação espontânea e sem barreiras nem inibições com os demais, deixam-se ver facilmente em alguns dos movimentos mais significativos de nossos dias. São as demandas mais evidentes dos movimentos atuais da juventude, com insistência no amor e na espontaneidade. Equivocar-nos-íamos gravemente se os julgássemos apenas como uma tentativa de dar rédeas soltas a luxúria ou a sensualidade. Quem quer que tenha tido algum relacionamento com estes grupos de jovens, dificilmente haja deixado de perceber seu profundo e patético anelo de encontrar-se com o outro, de estar em total espontaneidade com os demais, de manter-se vitalmente ligado e

incorporado em uma vida comum, de compartilhar sem reservas e sem limitação. Dar-se as mãos, sentir-se fisicamente juntos, são tentativas de realizar essa identidade em amor para a qual fomos criados. Inclusive as formas que consideramos pervertidas de fazê-lo (drogas, promiscuidade) atestam a intensidade do desejo de superar a distância com o mundo, com os demais. Mas essa identidade em amor só se alcança, dir-nos-á Paulo, "em Cristo". Mais adiante teremos oportunidade de analisar mais profundamente esta expressão. Enquanto isso, é importante ressaltar que, em nossa existência "na carne" (falsa, incomunicada, encerrada em si mesma), da qual não podemos sair por nossos próprios esforços, estes intentos de alcançar uma plena autenticidade e comunicação costumam terminar em novas formas de conflito e dominação. Por isso deve "intervir" a lei. A respeito disto também devemos voltar mais adiante.

Tampouco é difícil perceber que estas duas formas de existência constituem realidades totais e não simplesmente individuais. O "amor" e a "carne" são, por exemplo, duas maneiras radicalmente distintas de situar-nos com relação ao mundo: às coisas, ao trabalho humano e seu produto, as diferentes formas de comunidade humana, em suma, a tudo quanto está criado. "O sentimento que houve em Cristo Jesus" é um projeto total da história humana, uma forma de ser e de relacionar-se de todos os homens e todas as coisas. "A carne" é igualmente uma realidade global. Na terminologia do Novo Testamento, esta organização total da existência e da história humanas sob o signo da "carne" costuma chamar-se "o mundo", ou "este século", em sentido

negativo; a outra, é o Reino, ou "o mundo vindouro", "a nova idade".

O mundo,⁸ o âmbito da "carne", é o modo de existência caracterizado pela mentira, pelo engano, pelas trevas, pela inimizade e pelos conflitos, pela injustiça e imoralidade. Em seu domínio o trabalho é escravidão e amargura, o próximo é inimigo, as coisas criadas são objeto de avariza e de abuso, o remorso é estéril, a alegria e a tristeza estão igualmente envenenadas - a desesperança e a morte reinam soberanas. O contraste com o âmbito do Espírito, com a ordenação das coisas que correspondem ao "sentimento que houve em Cristo", é total. Trata-se de um conflito de projeções universais. Teremos que estender estas considerações no último capítulo, mas é de fundamental importância que tenhamos presente ao longo de toda a nossa reflexão este caráter total de uma e outra formas de existência. Do contrário, facilmente poderíamos cair numa redução individualista ou espiritualista, tão alheia ao pensamento bíblico quanta a problemática do mundo atual.

Infância e escravidão

Devemos, entretanto, voltar agora à lei que "intervém" quando o pecado desvirtua a existência autêntica do homem. Que função desempenha? Os reformadores protestantes, sistematizando afirmações do Novo Testamento, usavam referir-se a três funções ou "usos" da lei. Sem segui-los exatamente, vamos retomar algumas de suas reflexões.

1) Tanto Jesus como Paulo e o restante do Novo Testamento reconhecem a lei como um dom de Deus a seu povo. É, portanto, boa; é um sinal da boa vontade de Deus para com os homens. Paulo indica, em mais de uma oportunidade (Romanos 2.14-16; 1.17 ss.), que inclusive os gentios, que não receberam a lei do pacto, não foram deixados sem manifestações da vontade divina, sem uma espécie de lei gravada em suas consciências. As demandas da lei nos fazem tomar consciência da falsidade de nossa vida, da contradição entre uma existência em que se obedece com gozo à vontade de Deus e há generosa entrega ao serviço do próximo e a vida de indivíduo ensimesmado e isolado que realmente vivemos. Com efeito, encerrados em nosso egoísmo, correríamos o mais grave dos riscos: prescindirmos de tal modo das relações para as quais fomos criados, que nem sequer nos perturbássemos ou inquietássemos em nossa falsa e desumana existência. O perigo de tomar por verdade a mentira da vida na carne. A consciência ficaria, assim, "cauterizada", insensibilizada. Para livrar-nos dessa derradeira renúncia a uma vida humana, Deus colocou perante nos exigências objetivas, precisas, que tornam concretas e exemplificam as demandas que Ele mesmo e nosso próximo têm direito a fazer-nos.

A ordem que diz "isto farás" e "isto não farás" nos acusa e nos perturba, pondo ao nu nossa falta de amor. Em sua maneira dura e intolerante nos dizem: "deves-te a Deus" - não farás para ti outros deuses, não inventaras imagens para dominar ao Senhor e sua vontade, não te farás dona dos teus dias, nem de tuas colheitas, nem de teus animais: oferecerás para que

saibas a quem deves amar espontaneamente em todos os teus dias, com tudo o que fazes e com tudo o que és e possuis, e desse tato te recordes. Em sua maneira dura e intolerante nos dizem: "deves-te ao próximo" - não matarás, não furtarás, não denegrirás nem falsearás a liberdade ou a honra de teu próximo; farás que aquele que assim o fizer sinta em si mesmo a gravidade de sua agressão, darás ouvidos aos reclamos dos que não tem forças para impor-se na luta pela dominação dos demais: os pobres, os estrangeiros, os órfãos, as viúvas; em suma, escutaras e responderas as demandas daqueles aos quais deverias estar aberto total e espontaneamente do centro mesmo de tua existência.

Somente aquele que não se tenha calejado de todo em sua sensibilidade será capaz de ouvir estas exigências da lei sem sentir-se acusado, sem perceber a distorção de seu comportamento e, finalmente, a distorção de seu sentido humano. Jesus aguça ainda mais o fio da lei desviando a atenção das demandas objetivas e formais – que alguém poderia pretender haver observado - para a intenção mais profunda da lei. "Não matar" representa, objetivamente e de forma extrema, a exigência de não interpor entre mim e meu próximo nada que nos distancie ("encolerizar-se insensatamente com o próximo"). "Não cometer adultério" é a prova externa da atitude que respeita cabalmente a relação única e total de amor entre um homem e uma mulher. "Não jurar em vão" é uma recordação formal de que a palavra só há de ser utilizada como sinal de comunicação genuína, respaldada por tudo quanto sou e tenho. Buscando, assim, sua intenção mais profunda, os mandamentos

nos tornam conscientes de nosso pecado e da impotência de nosso ser alienado para alcançar a forma de vida que realmente nos cabe. Assim, Lutero pôde falar com razão da lei como de uma maça que destroça a falsa segurança e suficiência que temos.

2) No Antigo Testamento, entretanto, a lei tem outra função, desta vez positiva, que não está desvinculada da anterior. Em hebraico a lei se chama torah, uma palavra que não se refere primeiramente a uma série de preceitos, mas a um corpo de instrução com respeito ao lugar que cabe ao homem no mundo de Deus, com relação a Deus e a seu próximo. Não se deve entender a **Torah** tanto como um código sancionado pela autoridade competente a fim de definir as figuras jurídicas - indicar em que consiste e como se configura um delito, ou um direito, ou uma obrigação - ou proferir julgamentos legais (ainda que também tenha essa função), mas como um livro de instruções, um guia para orientar-se no caminho. Tanto é assim que o termo hālākhāh, sob o qual se inclui a totalidade do corpo de leis e comentários, significa literalmente "andar" ou "caminhar". "Para o judeu devoto", comenta um autor, "a hālākhāh é um caminho real para andar sobre ele, a senda do rei, preparada e sinalizada." Deus não quis deixar seu povo entregue a suas próprias forças para a vida humana. Em sua misericórdia, proporciona-lhe ordenanças, orientações, sinais de sua vontade. Quem as seguir não perderá a boa rota. Assim a lei, longe de ser a exigência draconiana de um amo tirânico, é a direção bondosa de um pai de amor. Daí que o judeu piedoso cante agradecido a beleza da lei que Deus lhe deu (Salmos 19, 119 etc.).

3) Estes usos positivos da lei não devem, portanto, fazer-nos perder de vista seu caráter limitado e provisório. Paulo sublinha o fato apontando que correspondem a "infância" do homem em relação à maturidade para a qual Deus se propõe conduzi-lo. De varias perspectivas podemos ver este caráter provisório e imperfeito. Como método de ensino, e a forma em que certas dimensões básicas da vontade de Deus são gravadas na mente e no coração do povo. Com efeito, é dessa forma que incorporamos as noções morais que estruturam nossa consciência. O respeito pelos demais, o cuidado do próprio corpo, o uso dos objetos, tudo isso se grava na criança mediante simples hábitos e proibições: "não te sirvas antes que os outros, lava as mãos antes das refeições, aproveita a folha toda de papel antes de apanhar outra". Entretanto, o pai inteligente não se conformará com isso, e aproveitara toda oportunidade que tenha para oferecer as explicações que permitam a criança relacionar tal ou qual "ordenança" particular com um tipo mais geral de comportamento e, finalmente, com uma maneira de entender toda a vida. A lei, como método pedagógico, aponta, pois, para uma realidade mais profunda: há uma forma de vida, uma **Lei** mais fundamental, que todas estas ordenanças preparam e ilustram. Entender a lei e ir penetrando das ordenanças para sua raiz e descobrir essa forma de comportamento. Por isso diz Jesus que toda a lei e os profetas se resumem em um só preceito duplo: amar a Deus e ao próximo. Quando se percebe a relação entre essa intenção profunda da lei e seus enunciados particulares, então se alcança a capacidade de "criar" as leis, isto é, de estender a intenção da lei a áreas e situações novas. Por isso dizia Agostinho: "Ama e faze

o que quiseres."⁹ E Lutero dizia que se estivéssemos na órbita do Espírito, poderíamos ditar leis como Moisés. Mais adiante teremos de perguntar-nos de maneira mais concreta acerca desta relação e seu significado concreto e prático.

Há um aspecto mais da provisoriedade da lei. A relação que supõe com Deus e com o próximo é, em algum sentido, indireta: não percebemos diretamente à vontade de Deus para a situação em que nos encontramos; só vemos uma demanda, uma exigência fria, que "alguém" transmite da parte de Deus (Moisés, o sacerdote, o profeta) e que "abrange" "meu caso". Esta não é, não obstante, nem a primeira nem a última palavra. Que não é a primeira, já o vimos. Que não é a última, vislumbram-no os profetas quando anunciam o advento de uma nova era, na qual não mais serão necessários os mestres, porque todo o povo conheceria diretamente a Deus, uma era em que a lei "estará gravada no coração", em que o Espírito guiara todo o povo de Deus, inclusive crianças e jovens.

4) Enquanto educadora, indicadora da intenção divina ou preparo de uma relação mais imediata, a lei anuncia sua própria interinidade, reclama sua substituição, aponta para seu fim. Pretender perpetua-la é querer eternizar-se na infância, recusar a responsabilidade e liberdade da madureza. Quando tal ocorre, a lei deixou de ser um instrumento da graça de Deus, um guia no caminho da vida verdadeira, e se transformou em instrumento de escravidão, em uma das modalidades da "vida na carne", em síntese, é empregando a dura expressão paulina, em "maldição". Segundo os evangelhos, esta foi à luta que Jesus

sustentou com os fariseus. Poucos grupos religiosos mostraram jamais uma vontade mais plena de obediência à direção divina do que os fariseus; seu propósito era modelar inteiramente sua vida e a vida de seu povo segundo a vontade de Deus. Essa vontade se havia manifestado na lei; por conseguinte, a vida do fariseu era uma constante meditação - prática tanto quanto teórica, uma meditação verdadeiramente comprometida - sobre a lei. Haviam, de tal modo, identificado Deus com a lei que quando o Senhor levou esta a seu cumprimento, e com Jesus os colocou ante o reino que a lei preparava, foram incapazes de ver a realidade. Temiam arriscar a "segurança" que a lei lhes dava (a segurança de não correr o risco de interpretar mal à vontade de Deus) para lançar-se ao encontro do Reino que Jesus anunciava. Daí nascia sua desumanidade, seu egoísmo, seu formalismo e, sobretudo, o orgulho e a auto-suficiência de sentir-se a coberto da justiça divina porque cumpriam as demandas da lei.¹⁰

Em essência, é a mesma luta de Paulo. A lei chegou a ser uma maldição. Também esta afirmativa se pode ver de vários pontos de vista. Em primeiro lugar, a pessoa aferrada à lei perde a capacidade de relacionar-se de forma imediata e dinâmica com os demais. Não vê a relação com Deus ou com o próximo senão em termos de deveres e direitos, através das cláusulas de uma espécie de contrato, impessoalmente. A relação se transforma em um tipo de tabela de "cumprido" e "não cumprido", que faz tanto do sujeito como de Deus e do próximo meros objetos. Aos poucos a pessoa se desumaniza inteiramente. É isto, certamente, que Jesus mostra na

parábola do Born Samaritano – eis um homem que vê a seu próximo sem indagar-se se a lei o define como próximo ou não. Por contraste, e também o ensino da breve alusão sobre o irmão mais velho do filho pródigo - a relação pessoal que teve de superar o estranhamento cede seu lugar a um juízo baseado no merecimento (Lucas 15.25-32). É o mesmo fato que informa a polemica de Jesus sobre curar em dia de sábado.

A lei chega a ser uma maldição, em segundo lugar, porque leva a vida do homem a atomização. A pouco e pouco o homem deixa de ver seu comportamento como a realização de um propósito unificado, como uma missão, para dividi-la em atos isolados, cada um deles medido separadamente em face de uma prescrição ou lei. Esse mesmo fato obriga o legalista a buscar instruções precisas e pormenorizadas para cada ato, a multiplicar e interpretar as leis (todos temos ouvido falar das centenas de preceitos que um fariseu devia memorizar para não pecar). A casuística católica, cujo valor destacaremos em outro contexto, exemplifica a mesma tendência: é preciso ter uma prescrição até para o mais ínfimo pormenor (quebrei o jejum se traguei um mosquito com o copo de água que me é lícito beber?). Esta minuciosidade e a conseqüente escrupulosidade (tereí cumprido tudo? terei a prescrição precisa? qual será a autoridade mais competente para determinar a autêntica interpretação da lei?) alienam o homem. Por um lado, impedem-no de assumir a responsabilidade de sua própria vida moral: limita-se a cumprir, como o empregado que marca o ponto em um escritório, mas não toma

decisão alguma, e isso equivale a renunciar a ser homem. Por outro lado, perde de vista a intenção mais profunda e humana da lei. E, curiosamente, chega a negar e repudiar essa intenção no cumprimento da minúcia legal. "Dão o dízimo da hortelã, do endro e do cominho, mas se esquecem das coisas mais básicas da lei ". diz Jesus (Mateus 23.23).

O aspecto recentemente mencionado do legalismo conduz a um mal mais profundo. Uma vez que a demanda de Deus foi despersonalizada em leis e estas multiplicadas em prescrições minuciosas, ocorrem duas coisas muito graves com as ações do homem. Por um lado, ficam separadas do que as realiza: não o expressam, não respondem a sua intenção, sua vontade responsável, não constituem uma projeção de sua pessoa; são atos exteriores a ele, prescritos de fora, espécie de objetos que acumula sem nenhum desenho próprio. Sua vida moral é como metal derretido despejado em moldes para construir peças cuja forma, propósito e uso nada têm a ver com ele. Na forma extrema desta alienação do comportamento se acha a aberração condenada nos julgamentos de Nurembergue dos criminosos de guerra: "Eu não sou responsável; apenas cumpria ordens."

Por outro lado, o legalista pode pretender que, ao cumprir escrupulosamente as minúcias legais, alcançou um comportamento adequado, imaculado, que se justifica a si próprio. Reserva para si o centro de seu ser e apresenta diante de Deus e do próximo uma folha de deveres cumpridos. Em realidade, Deus e o próximo só lhe interessam como testemunhas de

sua retidão legal e como dispensadores das recompensas que essa retidão merece. O objeto de sua ação é ele próprio. Por isso, o fariseu da parábola de Jesus "orava consigo mesmo", simplesmente tomando a Deus por testemunha ("Tu sabes. . .") de um comportamento irrepreensível do qual já está seguro. Ocorreu o mais grave: a lei permaneceu a serviço de uma vida vivida "na carne", isto é, no ensimesmamento e na incomunicação, a expensas de Deus e do próximo. E o homem se acha satisfeito nela. É isto que Paulo combate como a falsa segurança ou a vanglória. Aqui o propósito benfeitor da lei foi totalmente desvirtuado: nem prepara a maturidade, nem abre o homem para Deus e o próximo, nem o inquieta em seu pecado. Pelo contrario, transformou-se na fortaleza dentro da qual o homem se protege de Deus e do próximo e prolonga sua falsa existência. A tal ponto chega, que quando confrontado pela mensagem de Jesus Cristo que o chama para a verdadeira vida, mais se entrincheira em sua fortaleza (falsa segurança, a ilusão de que se justifica pelo que faz) e assim "se perde", continua o caminho de sua total desintegração e decomposição como homem. Esta é a verdadeira maldição. Como livrar dela ao homem?

Os reformadores protestantes do século XVI retomaram a luta paulina em seu combate contra o sistema hierárquico-sacramental do catolicismo de sua época, que diluía a relação com Deus e com o próximo em uma série de obrigações religiosas ou prestações eclesiásticas que permitiam ao homem "justificar-se" em si e por si, sem um encontro real com Deus e com os demais. É mais importante, porém, para nossa

reflexão atual dar-nos conta de até que ponto as acusações de Jesus e de Paulo "aos que confiam na lei" se assemelham as que, de diferentes ângulos, se dirigem hoje aos cristãos em geral. O homem de nosso século vê na religião um sistema de crenças e práticas que permitem ao devoto afastar-se dos verdadeiros problemas de seu próximo para concentrar-se em "suas coisas". Com razão ou sem ela certamente sem razão para nós - vê em Deus uma lei a mais, uma fabricação humana que colocamos entre nós e os demais homens. Pretendemos com isso que nos temos "justificado" porque "cumprimos" com esse deus que fizemos para nós; nossa religião é a fortaleza na qual nos refugiamos para proteger-nos dos riscos do amor, da verdadeira identificação com os demais homens.¹¹

Nosso comportamento como cristãos se mostra, amiúde, ridículo, pequeno e sem alma. "E vocês, que é que proibem?" perguntaram ao pastor de uma denominação evangélica que se propunha iniciar um trabalho de evangelização em um pequeno povoado provinciano onde já existiam outros grupos evangélicos. Esse era o característico que mais havia chamado a atenção: um evangélico era alguém submetido a uma tabela de proibições.

Não se trata, entretanto, principalmente desta enfermidade que nos importuna, de maneira tão grave. Nem se trata, tampouco - o que já é bastante grave - da auto-suficiência, da pose de superioridade e julgamento que, amiúde, atrás de uma falsa humildade nós, os cristãos, adotamos. É que, em realidade, dominados pelo sistema de prescrições e

Interpretações que nos temos dado, somos incapazes de ver as coisas como são. Particularmente, só percebemos o homem em termos de um esquema. Desintegramo-lo em uma série de "condições", para controlar se as cumpre ou não; crê isto? faz aquilo? aceita aqueloutro? Assim, o que existe de mais profundo e real no homem, suas esperanças e suas angustias, seu verdadeiro desvalimento e seu verdadeiro projeto humano, escapa-nos inteiramente quando não se encaixa nos moldes preestabelecidos. E por isso somos incapazes de perceber concretamente a problemática atual, pois persistimos em reduzi-la a nossas categorias. Daí o incurável conservadorismo de muitos cristãos, sua reação negativa ante o novo, sua rigidez e sua inumanidade.

Não se trata, neste ponto, de aceitar ou de repudiar, nem sequer de aprofundar a análise destas críticas. Em momento oportuno teremos de examinar mais de perto alguns de seus aspectos. Agora só desejo chamar a atenção para a semelhança entre como "nos vêem os demais", a nós cristãos, e como se descreve no Novo Testamento "a vida na carne". Esta aparente coincidência nos obriga a tomar a sério, como se dirigida a nós outros, a grave pergunta de Paulo aos gálatas (3.3): "Começaram vocês no Espírito para pretender agora alcançar a perfeição mediante a carne?"

O verdadeiro homem

"Mas agora chegou o tempo da fé"¹², diz Paulo aos gálatas. A infância passou, a maldição é

eliminada; uma nova realidade se fez presente, "a fé em Cristo". Nossa familiaridade com a terminologia cristã e nossa prisão a certas interpretações dessa terminologia podem, facilmente, fazer-nos perder o sentido mais profundo e dinâmico da afirmação paulina. Para Paulo, com efeito, "a fé", segundo emprega o termo nesta e noutras passagens, não é principalmente uma atitude nova proposta aos homens, nem um novo jogo de crenças e menos ainda, por certo, uma nova série de instruções e observâncias religiosas. A fé é uma nova **realidade** que irrompeu em nosso mundo, uma nova **situação** na qual fomos colocados, um novo **poder** que deixa ver em sua atuação uma nova **forma de existência** que nos é acessível.

O Novo Testamento contém muito pouca especulação em torno desta nova realidade. Não é uma teoria ou um sistema de pensamento que se oferece a consideração e análise. Isto vem posteriormente. É uma realidade, e como tal, trata-se de assinalar sua presença, de um lado, e, de outro, reconhecê-la e adequar-se a ela. Para assinalar sua presença, o Novo Testamento utiliza uma série de analogias ou símiles que nos permitem identificar essa realidade: é "uma nova criação", "uma ressurreição", "um novo nascimento", a "adoção" (uma nova relação com Deus). Vejamos rapidamente alguns característicos desta realidade.

1) A nova vida que supera a infância da lei e o ensimesmamento da carne não consiste em algum outro princípio ou prática religiosos que o homem poderia adotar; em realidade, não é uma possibilidade ao alcance do homem, uma forma de viver que alguém

haja descoberto ou cultivado. Só esta presente "no poder do Espírito" isto é, como algo que é dado, que Deus criou. Como no nascimento, como em uma ressurreição, como em uma adoção, como na criação, o novo não é a mera continuação ou perfeição do existente: intervém um até independente, soberano, impossível para o que o recebe. Deste caráter da nova vida só podemos falar em imagens, dizendo que "vem do alto", que "irrompe" ou "invade" nosso mundo, que nos é "dado". É importante lembrar que são imagens, porque a nova vida não é uma **coisa** que seja transmitida, dada ou situada em determinado lugar. Tampouco significa que o homem aceda a esta nova forma de existência de maneira passiva; pelo contrario, a convidado a uma resposta ativa que o envolve inteiramente. O importante é lembrar que estas imagens, com todas as suas limitações, assinalam algo fundamental: a fé não a um novo recurso "da carne", um novo esforço, talvez o mais extraordinário, de nossa existência ensimesmada: a um ato de Deus.

2) Não obstante, neste até de Deus participa e é transformada toda a realidade, não como mero objeto, mas ao ser ativamente incorporada em uma nova relação, em uma situação nova. O Novo Testamento faz esta afirmativa, em primeiro lugar, em relação com a existência humana. Neste sentido, a fé constitui uma mudança total de orientação, de direção, como o indica a palavra "conversão", que não representa mera mudança interior, a aceitação de uma nova religião, mas uma reorientação total. O Novo Testamento a ela se refere como "uma transformação do entendimento", isto é, da compreensão, dos critérios de julgamento,

da razão pela qual nos situamos com respeito a nós mesmos e ao mundo. A mudança atinge, pois, o centro de nossa autodeterminação, que agora se identifica com "a vontade generosa, completa e positiva de Deus" (Romanos 12.1-2). Mas também se emprega toda uma série de termos e imagens: "um caminho", "uma nova conversação", que assinalam o âmbito de ação e das relações como radicalmente transformados na existência da fé. A vida, a enfermidade, o sexo, a riqueza, o trabalho, a vocação, a família, tudo é abrangido e re-situado nesta nova esfera, não só subjetivamente - porque penso e sinto de uma nova maneira - mas também objetivamente, porque entram no campo dinâmico da soberania de Cristo.

3) Todavia, a novidade não se refere ao homem como indivíduo isolado, nem sequer a Humanidade separada do restante do universo, mas a totalidade do que foi criado. Este fato, cujas conseqüências teremos de avaliar mais adiante, é da maior importância. Já vimos (pág. 57) que "a carne" como falsa forma de existência humana corresponde "este século" como totalidade de mundo e História arrancados de seu sentido original. Igualmente (Romanos 8.18-25), a vida na fé situa-se em um novo projeto total, a nova criação, que arranca de sua vacuidade, de sua escravidão, a tudo quanto foi criado e o coloca em harmonia com a nova vida humana, a dos filhos de Deus. Paulo o enuncia de modo geral no texto indicado. Ilustra-o, ademais, em relação com certas estruturas particulares da vida histórica: as relações humanas (pais e filhos, senhores e servos, homem e mulher), a relação do novo homem com as coisas (1

Coríntios 7.29-31; Romanos 14.6-9) e - por mais difícil que nos seja entendê-lo e interpretá-lo - a relação do homem com as forças que regulam o cosmos (Efésios 3.9-11; Filipenses 2.5-11 etc.). Todas estas relações mudaram de sinal; correspondem agora a liberdade do filho de Deus, ao livre exercício de sua nova humanidade. Assim se restitui aqui não só a imagem original do homem (o ser que Deus criou) mas também a figura original do mundo - a criação que Deus fez.¹³

4) "A fé" significa ao mesmo tempo um ato humano de reconhecimento e de abertura a essa nova realidade. Como tal, a o único acesso possível à Humanidade recriada, à nova criatura. Esta, com efeito, como se destaca em 1 Coríntios 1.18 ss., não é a ordem de coisas que possa provar-se racionalmente ("sabedoria") ou comprovar-se visivelmente ("sinais") antes há de ser **crido**; isto é, que se deve depositar confiança ("fé") no anúncio ("a palavra") dessa nova realidade.

Em termos dos assuntos que estamos considerando, é importante recordar três coisas com respeito a fé. Em primeiro lugar, que não é um ato individual isolado: a fé é a forma comum de vida de um grupo de homens, de uma comunhão ou comunidade (**koinonia** no original), que abrange todos os aspectos da vida (veja-se Atos 2.42-47). Ingressar pela fé na nova Humanidade que nos é dada é incorporar-nos a essa comunidade, vir a ser "um corpo", ao qual ousadamente o Novo Testamento chama "o corpo de Cristo".

Em segundo lugar, a fé é um acontecimento que

não pode ser descrito total e isoladamente como um ato de Deus, do qual o homem seria somente receptor ou objeto, ou como um ato humano, dirigido a Deus como objeto desse ato. Supera tal distinção porque é um ato comum, um ato de relação. Em realidade, inclusive na experiência humana conhecemos algo dessa classe de acontecimentos. Na relação entre um líder e seus seguidores ou no amor entre um homem e uma mulher, ou na amizade, não podemos dizer que um seja ativo e o outro passivo, mas, sim, que a relação se forma em um ato que cada um dos participantes reconhece como próprio, espontâneo, livre, cheio de gozo e ao mesmo tempo como um dom, imerecido, gratuito. Por isso é tão difícil explicar aqueles que não compartilham essa relação "por que" e "como" entramos nela. E, não obstante, são precisamente essas relações que mais profundamente constituem nossa vida. Em um sentido único, é a esta ordem de fatos que pertence a fé.

Por fim, e precisamente por causa desse caráter de relação comunitária, interpessoal, a fé quebra a ordem da lei. Quando, na comunidade dos crentes, o homem chega a dizer a Deus "meu pai" (**Abba**), constituiu-se uma realidade superior à lei, independente dela, um acesso direto a Deus, não condicionado por demandas gerais e impessoais. No mesmo ato, a incorporação à Humanidade da fé estabelece uma relação com o próximo direta e imediata - "meu irmão" - na qual sua presença não tem de ser imposta por alguma exigência formal. Por isso a fé é "o fim da lei" como forma de encontro com Deus e com os homens.

Quem é o novo homem?

Vimos falando da nova criação, da nova Humanidade, do homem ressuscitado e renascido, do novo homem. Inevitavelmente, em especial porque partimos da pergunta "que fazer?", não podemos deixar de interrogar-nos: quem é esse novo homem? Onde se encontra? Como vê-lo atuar concretamente? A resposta a tais perguntas é um dos problemas mais difíceis do pensamento cristão. De certo modo, será nosso tema até ao final desta obra. É necessário, porém, fazer desde já algumas observações.

O Novo Testamento nos dá, de forma unânime e categórica, a primeira e fundamental resposta a pergunta que acabamos de formular: o novo homem é Jesus Cristo. Quer assinalado como "o que havia de vir", "o Filho de Deus", "o Filho de Davi", "o primogênito da criação", "o 'novo' ou o 'segundo' Adão", ou de muitas outras maneiras, a referência é a mesma: aqui está o homem que Deus deu aos homens, a verdadeira Humanidade, a imagem de Deus, o homem que Deus criou. Como disse Unamuno:

Tú eres el Hombre, la Razón, la Norma,
tu cruz es nuestra vara, la medida del
dolor que sublima, y es la escuadra de
nuestra derecha... *

* Tu és o Homem, a Razão, a Norma, / lua cruz é nossa vara, a medida / da dor que sublima, e é o esquadro / de nossa direitura.. .

Difícilmente se poderia exagerar a importância desta afirmação bíblica. O que está em jogo aqui é o centro mesmo do Evangelho. Deus não "exigiu" da Humanidade que chegasse a ser autêntica, que se renovasse: tal coisa teria sido uma nova lei e nos teria envolto ainda mais no círculo do ensimesmamento. Deus "nos dá" a verdadeira Humanidade, o novo homem. Sobre este eixo gira toda a ética evangélica: a vida nova, a vida boa, a vida autêntica não é uma exigência - é um dom. Jesus Cristo é o novo homem. Este é o ponto de partida. Tampouco, porém, o Novo Testamento vacila em aplicar aos cristãos, e em alguma medida a toda a Humanidade, em relação com Jesus Cristo, estas qualificações de ressuscitado, nova criatura, filhos de Deus e outras semelhantes. É indispensável, portanto, que pensemos no novo homem que é Jesus Cristo em relação conosco e com todos os homens.

1) Jesus Cristo é o novo homem como modelo. Em breve teremos oportunidade de voltar à idéia da imitação de Jesus Cristo. Mas recordaremos que a afirmação de Jesus Cristo como "tipo", "modelo", "padrão" de verdadeira Humanidade é comum a todo o Novo Testamento. Jesus mesmo convida freqüentemente a "fazer como ele", a "ser como ele", a segui-lo. Além disso, quando nos lembramos de que o Antigo Testamento descreve a vontade de Deus para a vida do homem - inclusive sua lei - como um "caminho" que o homem e o povo de Deus devem "percorrer", dar-nos-emos conta da importância do fato que os evangelistas narrem toda a vida de Jesus como um caminho - o caminho para a cruz e a ressurreição. E o quarto evangelho recorda a expressão do próprio

Jesus: "Eu sou o caminho." Em Cristo se concretizou e se fez visível a vontade de Deus. Paulo convida os cristãos de Filipos a ter "o sentimento que houve em Cristo". Colossenses e Efésios apresentam Jesus Cristo como o "arquétipo", o original de toda a Humanidade, e Hebreus como o modelo da fé, da obediência e da paciência. Cada vez, que o Novo Testamento se defronta com uma situação que demanda uma resposta difícil, total, crítica, custosa, volve os olhos e a encontra em Jesus Cristo. Particularmente, e através de todas as circunstâncias, encontra-a na **filialidade obediente**, a coincidência voluntária, cheia de gozo, do Filho com a vontade do Pai, ainda - e precisamente - quando esta significa humilhação, sofrimento e morte.

2) Modelo não significa simplesmente um quadro que temos de contemplar e imitar, algo exterior a nós. Com referência a Jesus Cristo, significa alguém em quem podemos ver-nos tal como fomos criados, como Deus nos quer, como Ele prometeu e ofereceu fazer-nos. Jesus Cristo é o retrato de nossa origem e de nosso futuro. Na "fé", isto é, na prazerosa e confiada abertura ao que ele é, identificamo-nos com esse retrato, somos "nele". É nesse sentido que devemos falar da nova humanidade de Jesus como representativa e não somente exemplar. O termo possui várias acepções: meu representante é aquele a quem confio gestões que, por incapacidade, por inabilidade ou por imaturidade - no caso de menores - não posso realizar. O Novo Testamento conhece, por certo, este ofício de Jesus Cristo: há uma presença livre e espontânea diante de Deus que cabe ao homem; há uma abertura total ao próximo e

comunicação com ele, que é essencial ao humano. Estas são as coisas que não posso exemplificar: minha humanidade quebrada e ensimesmada não está à altura de tudo isto. Nosso representante o faz por nós, em nosso lugar. Em seus milagres, em suas curas de misericórdia, em seu ensino, em sua fidelidade inquebrantável aos pobres e desprezados, sobretudo em sua entrega na cruz e em seu triunfo sobre a morte, faz o que o verdadeiro homem deve fazer - fá-lo em representação dos homens, como seu defensor e advogado. Representados por ele, "estamos completos", fizemos o que era preciso fazer. Veremos que isto é de importância decisiva para a ética.

3) Mas a representação tampouco é externa ou arbitrária. Jesus ocupa nosso lugar, faz por nós o que nos cabe fazer aos homens a fim de que cheguemos a fazê-lo por nossa vez. Sua representação não nos elimina, antes preanuncia e prepara nossa própria humanidade nova. Em certo sentido também a figura do líder nos ajuda a compreender. O seguidor sente que a ação que seu líder realiza é sua própria, que o incorpora a ele. E por sua vez o convida e lhe faz possível somar-se, participar no que ele faz, atrever-se a fazer "com ele" e "por ele" o que por si mesmo jamais se haveria atrevido a fazer. Forma com ele um corpo, no qual é movido a uma ação que é sua própria, não, porém, isoladamente. Ou poderíamos pensar na indicação pedagógica com respeito a educação de crianças retardadas ou problemáticas: é necessário que se encontrem em um meio no qual sejam aceitas como são e que ao mesmo tempo lhes exija constantemente mais do que são. Aceitos,

desaparece a ansiedade e o temor; exigidos por aqueles com os quais se sentem "em si", identificam-se com a exigência, aceitam-na como uma descrição de si mesmos e vão assumindo-a em seu comportamento. Ou poderíamos ver o processo pelo qual um nenozinho, colocado com outras crianças de sua idade em um lar que não é o seu, vai "mimeticamente" somando-se a modalidade familiar, interiorizando a vida desse lar ata ser, realmente, espiritual e não só legalmente, "filho" e "irmão".

Todas estas imagens e comparações nos ajudam a entender a natureza de nossa relação comum (na comunidade de fé) com nosso "modelo" e "representante", uma relação de incorporação ativa ao que ele é, à sua humanidade nova e autêntica. Falham as comparações enquanto sugerem uma espécie de "paternalismo" divino: Jesus não é, com efeito, alguém que nos seja alheio - ele a nosso irmão e servo; sua genealogia esta entretecida com a nossa. Nenhuma comparação poderia servir-nos porque todas são criadas a partir de nossa situação isolada e falseada e não podem, por isso, fazer justiça à relação única e original que nos une a Jesus Cristo. O Novo Testamento o aponta quando nos ensina que o Espírito Santo, Deus operando pessoalmente em e desde o mais íntimo de nossa própria pessoa, na comunhão da Igreja, é que nos vai "conformando" - modelando-nos segundo a maneira de ser - a Jesus Cristo, reproduzindo em nós a índole de vida, a atitude determinante, o "sentimento" que houve em Jesus. Nesse processo aparece nossa verdadeira humanidade, o homem novo em nós.¹⁴

4) Mas, sou eu esse de quem vimos falando? Qualquer cristão que, com mediana sinceridade, julgue seu comportamento diário ou se mire em suas motivações e seus pensamentos, verificara que esta descrição do "novo homem" dificilmente se aplica a ele. Um dos cristãos mais autênticos e ao mesmo tempo mais profundos que viveram em nossa época, o alemão Dietrich Bonhoeffer, assassinado por sua oposição a Hitler, escreve no cárcere as seguintes linhas:

Quem sou? Amiúde me dizem
que saí do confinamento de minha cela tranquilo,
alegre, firmemente,
como um senhor sai de sua casa de campo.

Quem sou? Amiúde me dizem
que costumava falar a meus guardiães confiada,
livre e claramente,
como se eu desse as ordens.

Quem sou? Também me dizem
que suportei os dias de infortúnio
orgulhosa, amavelmente, sorrindo,
como quem está habituado a triunfar.

Sou, em verdade, tudo o que os demais dizem
de
mim?

Ou sou apenas o que sei de mim mesmo?
Inquieto, e ansioso, e enfermo, como uma ave
engaiolada,
lutando por respirar, como se me afogasse,
sedento de cores, flores, vozes de pássaros,
faminto de palavras bondosas, de amabilidade,
com a expectativa de grandes feitos,
tremendo impotente pela sorte de amigos

distantes,
cansado e vazio de orar, de pensar, de fazer,
exausto e disposto a dizer adeus a tudo.

Quem sou? este ou o outro?
um agora e outro depois?
ou ambos ao mesmo tempo? hipócrita ante os
demais
e ante mim mesmo um débil acabado?
ou há dentro de mim algo como um exército
derrotado
que foge em desordem da vitória já alcançada?

Quem sou? Zombam de mim estas minhas
perguntas solitárias;
seja quem for, Tu o sabes, ó Deus, sou teu!

As pretensões de haver superado esta angustiada tensão sempre conduziram a lamentáveis conseqüências para o próprio cristão e para seu testemunho. Segundo a Bíblia, o maior perigo a ameaçar o crente é, precisamente, pensar que é "própria" a justiça e santidade que só tem "em Cristo". A história da Igreja - e certamente nossa própria experiência - mostra com clareza o que ocorre quando uma pessoa ou um grupo pretende que chegou a ser, em seu próprio comportamento, homem novo, espiritual" aperfeiçoado ou santificado. "Pode ser que o fosse", comentava um excelente cristão sobre determinada pessoa, parente sua, "mas era muito difícil viver com ela." É o que se refletia na oração de uma menininha: "Senhor, faze que os maus se tornem bons, e que os bons se tornem simpáticos."

A rigidez, a falta de misericórdia, a inumanidade dos pretensos "espirituais" é um tema constante da

novela e do cinema que se ocupam do homem religioso, e uma impressão muito generalizada entre o povo acerca dos cristãos: gente talvez muito boa, mas difícil de suportar. Trata-se, precisamente, da reprodução nos cristãos do que Jesus Cristo combateu na piedade legal do judaísmo fariseu de seus dias. Com as necessárias modificações, é a mesma desumanidade que encontramos no idealista ou no revolucionário que identificaram "sua justiça" com a de "sua causa" e reclamam para si a perfeição, a infalibilidade, o respeito e a honra que em sua convicção - sua causa merece.

Sou eu esse novo homem de quem vimos falando? O Novo Testamento responde, em primeiro lugar: "Sim, em fé, em esperança." Posso identificar-me com esse novo homem na certeza de que o poder do Espírito Santo que opera em mim há de acabar a obra que começou (Filipenses 1.6-12) "até o dia de Jesus Cristo". Por conseguinte, devo dizer também, com o Novo Testamento, "sou esse novo homem em conflito, em luta, em constante agonia". É isso que Paulo descreve com respeito a si próprio no famoso capítulo sete da epistola aos Romanos: "Há uma lei em meus membros que batalha contra a lei de meu espírito" - minha humanidade deformada versus a nova ordem de vida que me é dada em Cristo - "e me faz prisioneiro da ordem do pecado e da morte." Para exclamar em seguida: "Infeliz de mim, quem me livrara deste corpo morto que levo comigo?" - uma vida que 'já terminou', a vida do escravo, da lei, de minha vontade ensimesmada, mas que me continua pesando, misturando-se em tudo quanto penso, faço e sou. A exclamação se desliza de imediato: "Graças a

Deus que nos dá a vitória por Jesus Cristo!" Estaríamos profundamente enganados se considerássemos este conflito como um breve relato que ocorre "uma vez"; o que se descreve desta maneira é o caminho diário do cristão. Isso não impede que algum momento, algum episódio da luta, tenha sido para alguns especialmente significativo, exemplar, decisivo e que voltem a ele em sua memória para adquirir confiança na luta quotidiana. Contudo, arrisca de maneira grave sua fé e sua vida cristã quem faça repousar sua segurança num episódio tal. Corre, com efeito, o perigo de crer-se definitivamente vencedor quando, em realidade, foi derrotado.

Paulo assinala o batismo como o "modelo" no qual podemos contemplar e o "selo" no qual podemos confirmar este conflito sempre renovado mas sempre vitorioso em Cristo que é o caminho do novo homem. No batismo "morremos" para a forma ensimesmada de existência (o velho homem) e somos ressuscitados para a existência do homem livre em Cristo. O batismo é especialmente significativo porque nos introduz na esfera de Cristo, nessa nova realidade concreta que foi ele mesmo (a "seu batismo"). Mas ao mesmo tempo a algo que nos ocorre, que tem um lugar definido em nossa vida. E, final mente, é significativo porque devemos voltar repetidamente a ele - toda nossa vida é isso: que nossa existência falsa seja constantemente enterrada e constantemente assumamos nossa posição na vida do novo homem. Por isso dizia Lutero que a vida do cristão é um constante arrependimento. E Paulo convida os cristãos a "fazer morrer" constantemente a velha forma de viver e "revestir-se" constantemente do "novo homem".

A própria linguagem nos mostra outra vez que esta é a índole de acontecimento ao mesmo tempo mais profundamente nosso - e portanto somos convidados, exortados, incitados, ordenados a fazê-lo - e mais profundamente divino e portanto se nos promete, se nos oferece, se nos assegura. Assim é, em definitivo, como transcorre a vida cristã. Novamente, a figura de um caminho, de andar, que retorna constantemente na Bíblia, a que de melhor forma descreve nossa situação. Um caminho da vida velha para a nova, do ensimesmamento para o amor, da escravidão para a adoção como filhos, da infância para a maturidade, do velho homem para o novo homem. Um caminho interior de constante reconversão, mas também um caminho visível, ativo no comportamento que luta por conformar-se ao sentimento de Jesus Cristo. E um caminho que conduz ao dia - o dia da manifestação final de Jesus Cristo - "em que seremos como ele porque o veremos tal qual ele é".

A pergunta, "que fazer?" nos conduz, portanto, inevitavelmente a outra, mais profunda, "quem sou?" que procuramos responder em termos da mensagem bíblica. Por sua vez, agora, temos de voltar a fazer-nos a pergunta: que classe de ação cabe a este novo homem? Como se define e se caracteriza concretamente seu comportamento? que fazer **em Cristo?**

3. Ama e faze o que quiseses

O ANÚNCIO de um novo homem, "a nova criatura em Cristo", é a primeira e fundamental resposta da fé cristã ao problema ético. Não é, porém, toda a resposta. Já o vemos pela pergunta com a qual nos defrontamos no final do capítulo anterior: onde está esse novo homem? A essa pergunta devíamos responder que, no que tange a nossa existência atual, o "novo homem" é só parcial e imperfeitamente visível. O problema não reside apenas nas incoseqüências que o mundo aponta diariamente no comportamento dos cristãos - não há crime ou falha, pequeno ou grande, que os cristãos não hajam cometido. Trata-se, sobretudo no que se refere a nosso tema, da aparente impossibilidade de coincidirem os cristãos no que de maneira concreta significa o comportamento desse novo homem nas mil decisões com as quais a vida os confronta.

Houve cristãos nazistas e antinazistas; há os socialistas e capitalistas; uns rejeitam e outros aceitam o divórcio; estes renunciam a todo uso da força, aqueles acreditam que é necessária; uns se sentem convocados por sua fé à participação ativa na sociedade, outros recusam, em nome da mesma fé, toda relação prescindível além do limite da comunidade cristã. O comportamento do "novo homem" não parece, portanto, suficientemente determinado.

Basta, porém, que o cristão olhe honestamente dentro de si mesmo para que perceba, em suas

próprias dúvidas e vacilações, marchas e contramarchas, decisões que a seguir reconhece como equivocadas e outras que não se atreve a tomar, sua necessidade de uma direção ética concreta. Não há pastor ou sacerdote que não se tenha defrontado repetidamente com a pergunta de um crente perplexo: que devo fazer? E dificilmente haja algum que não se tenha sentido ele mesmo perplexo ante muitas dessas perguntas. Na longa e árdua caminhada do cristão para a nova vida, não pode ele prescindir de uma orientação para as decisões concretas, algum tipo de "lei" que o guie.

É significativo que o próprio Paulo, que repudia vigorosamente todo legalismo, que chega a falar da "maldição da lei", faz a si mesmo a pergunta: "Então, por meio da fé anulamos a lei?", e responde de maneira enfática: "Nem pensá-lo! Pelo contrário, a confirmamos" (Romanos 3.31). Na epístola aos Coríntios (1 Cor. 9.20-21) ele o explica em termos mais pessoais. Ele não está, afirma, sujeito à lei como caminho de salvação. Significa isso que vive "fora da lei", de maneira desordenada e irresponsável? De maneira alguma, responde, pois está submisso "à lei de Cristo". A expressão pode ser curiosa. Paulo a emprega em outra ocasião, precisamente na epístola aos Gálatas, onde com maior veemência combate à salvação pela lei. O cristão é livre. Nada, nem ninguém, deve privá-lo dessa liberdade. Mas de imediato há de perguntar-se: para que a liberdade? E Paulo responde de forma inequívoca: não foram libertados simplesmente para fazer o que possa agradar ao egoísmo irresponsável e individualista de cada um ("a carne") mas para colocar-se uns ao

serviço dos outros em amor". Este, o exercício livre do amor serviçal, é o conteúdo verdadeiro da lei de Deus. E isto, realizado nas circunstâncias concretas da vida da comunidade cristã, é "a lei de Cristo".

Esta concentração de todo o significado positivo da lei no mandamento do amor percorre todo o Novo Testamento. Voltaremos a este ponto mais adiante. Mas convém, desde já, recordar a precisa formulação paulina: "o amor é o cumprimento da lei" (Romanos 13.8, 10). O resumo da lei dada a Israel, a vida e os ensinamentos de Jesus, o convite à imitação do Senhor, a lei de Cristo, a perfeita lei de liberdade ou a vida no Espírito, tudo isso coincide e converge neste foco: o amor. Esta é a lei que orienta a marcha do cristão. O novo homem é o homem que ama, que foi libertado para uma existência criadora a serviço dos demais. Não é arbitrário nem disparatado o modo pelo qual Agostinho resume o mandamento de Cristo: "Ama e faze o que quiseres."

Erich Fromm, um dos psicólogos que mais profundamente têm analisado nos últimos anos a formação da personalidade, corrobora de seu ângulo de observação esta primazia do amor - embora seu fundamento e desenvolvimento não sejam os mesmos dos cristãos. Os tipos de caracteres se distinguem para ele em "improdutivos" e "produtivos". A segunda orientação na qual, segundo o autor, o homem se realiza plenamente, "a meta do desenvolvimento humano", consiste na "capacidade do homem para empregar suas forças e realizar suas potencialidades congênitas", isto é, ser plenamente ele mesmo na totalidade de seu ser e sua experiência. O significativo

é que, ao procurar precisar a direção de uma autêntica produtividade, ele o faz empregando a noção de "amor produtivo". Este vem a ser, portanto, o modo de existência do verdadeiro homem. A ética humanista de Fromm assume, de sua perspectiva, o projeto de existência humana da ética crista.¹⁵

O mesmo autor chama simultaneamente a atenção para o uso "ambíguo e desconcertante" ao qual se submete a palavra "amor". O adjetivo "produtivo" com o qual o qualifica procura dissipar algo desta ambigüidade. Todavia, além de uma questão de termos, é necessária - e Fromm o intenta - uma análise do significado e exercício do amor para dar a este a dimensão distintiva e evitar a confusão com qualquer forma de sentimentalismo, simpatia natural ou regra filantrópica geral que se auto-intitule "amor". Para a ética cristã, precisamente porque concede ao amor uma prioridade tão absoluta, torna-se tanto mais necessário esforçar-se por precisar seu conteúdo. Que significa amar "em Cristo"?

Os paradigmas do amor

Não é exato, como às vezes se afirma, que o Antigo Testamento desconheça ou relegue o amor em sua concepção de Deus ou do homem. É certo que o mandamento de amor ao próximo se limita mormente à comunidade de Israel. Mas ressalta principalmente nela os pobres, os fracos, os órfãos, o estrangeiro que mora em Israel, isto é, os que estão mais desprotegidos, inclusive o inimigo em situação de necessidade. A obediência à lei de Deus se verifica na

disposição de amar concreta e eficazmente aqueles que nada podem oferecer em recompensa. Amor eficaz, se bem que nasce "no coração" (para o hebreu, centro da personalidade e não sede do mero sentimento), há de expressar-se em fatos concretos. O amor é, pois, já para o Antigo Testamento, uma qualidade de existência pessoal, intencional e ativa, livre - no sentido de não depender da atitude "do outro" -, destinada a criação e sustento de uma comunhão e solidariedade interpessoal e fundada no próprio amor de Deus a seu povo.¹⁶

Nem o Antigo nem o Novo Testamentos elaboram uma teoria acerca do amor. Deus e os homens atuam, e na trama dessa atuação vemos a operação do amor e do egoísmo, da soberba ou da devoção, do bem e do mal. Particularmente, quando o Novo Testamento quer indicar a nascente família cristã a qualidade da nova vida, a vida em amor, para a qual o Evangelho abre as portas, emprega uma série de indicações a que chamaremos "paradigmas". Um paradigma é um "caso exemplar" (por exemplo, da conjugação de um verbo), que nos ensina como resolver outros "casos", não por simples imitação, nem por aplicação mecânica do modelo, mas porque o paradigma nos mostra a estrutura, a forma de compor-se, em um caso específico mas exemplar, da mesma realidade com a qual nos encontramos em outros casos. Assim o Novo Testamento nos diz, tomando alguns "paradigmas": isto é amor - vai e vive-o em tua vida.

1) O primeiro é fundamental paradigma é Jesus Cristo mesmo. Nele o próprio amor - o amor criador e redentor de Deus - se fez realidade concreta e visível.

Andar em amor e seguir a Jesus Cristo é, pois, a mesma coisa. O evangelho e as epístolas de João o destacam com ênfase especial. Jesus lava os pés de seus discípulos e depois explica: "Tenho-lhes dado o exemplo, para que façam o mesmo que fiz com vocês." O Senhor se fez servidor a fim de limpar e purificar a vida dos homens. Aqui é onde compreendemos o que é o amor, a total entrega de si; "por isso nós também devemos entregar nossa vida por nossos irmãos", conclui o autor. Paulo convida repetidamente os cristãos a ser "imitadores de Cristo" (ou imitadores dele, como por sua vez o é de Cristo). Ante problemas conjugais dos crentes, diante de críticas exercidas contra o próprio Paulo, em conflitos surgidos nas congregações, para estimular uma oferenda em favor dos pobres de Jerusalém, o Apóstolo volta uma vez e outra ao convite: proceder **como** Cristo.

Que é o que cabe "imitar"? De mui diversas maneiras - segundo as circunstâncias - Paulo retorna sobre o mesmo tema: Cristo se humilhou (empobreceu-se, despojou-se do que lhe pertencia, concordou no sofrimento) para compartilhar a condição humana humilhada, a fim de abrir aos homens as portas de uma nova vida. A descida do Filho de Deus a condição humana (a encarnação) e sua voluntária entrega na cruz constituem o paradigma que se oferece à Igreja. A epístola aos Hebreus salienta igualmente a "paciência" - a saber, a insubornável e persistente fidelidade a sua missão mesmo através do sofrimento de Jesus como "arquetipo" do verdadeiro crente.¹⁷

Este primeiro paradigma nos aponta a direção do amor: o próximo. Assim o amor se define, em primeiro lugar, como a inquebrantável disposição de acudir ao serviço do "outro", sem perguntar quem é nem se tem culpa, mas apenas considerando sua necessidade. Para sermos mais precisos, não se trata simplesmente de oferecer um serviço ou uma ajuda, mas da entrega de si mesmo, de uma total solidariedade que não calcula o custo. Não obstante, essa entrega não é uma carga pesada, uma nova obrigação legal, mas uma oferenda voluntária, cheia de gozo, nascida em um movimento livre e interior da vontade que leva a tomar a condição do outro como própria, a adentrar-se nela e a buscar, com o outro, a saída da dificuldade em que o ser amado se havia metido. Amar é tomar a forma de ser e de operar que Jesus Cristo exibiu. A vida do que ama esta totalmente determinada pela necessidade do próximo.

2) "O amor", diz o Novo Testamento, "é o cumprimento da lei." A frase tem duas conseqüências. De um lado nos diz que o propósito de Deus ao dar a lei é orientar seu povo no exercício do cuidado, respeito e serviço do próximo. De outro lado, apontamos mui concretamente os aspectos da vida nos quais Deus reclama que se exercite o amor. A lei é um mapa para orientar-nos no exercício dessa entrega sem reservas ao próximo, que é o amor. Impede que nos esquivemos aos aspectos concretos e quotidianos desse exercício. Tomemos, por exemplo, os mandamentos - resumo da lei. A quem pergunte onde se deve exercitar o amor, responde-se-lhe apontando mui precisamente a família: ("Honrarás a teu pai..."), no casamento ("Não cometeras adultério"), na ordem

econômica ("Não furtaras"), na relação pessoal e jurídica com a comunidade ("Não matarás", "Não levantarás falso testemunho"). E tudo isto se acha vinculado ao próprio ordenamento da conduta em relação a Deus e seu culto (a primeira parte dos mandamentos). A abundante legislação que vem a seguir toma muito claro que não sobra nenhum aspecto da vida humana (pessoal, social, institucional, jurídico, econômico, político) que possa ser excluído da exigência da vontade de Deus. A lei nos aponta o caráter total do exercício do amor.

A lei nos diz, além do mais, que esse amplo verbo "amar" se faz visível em uma série de verbos concretos: honrar, respeitar, pagar, fazer justiça, proteger, restituir, libertar, trabalhar e descansar. Embora nenhuma destas coisas em si mesma garanta que uma ação seja verdadeiro amor, um amor que pretendesse desvincular-se destas ações não seria o que a Bíblia ensina. O amor é ativo.

Todas estas esferas em que a lei nos convida a atuar não foram determinadas arbitrariamente: são as diferentes dimensões da vida humana, tal como Deus a criou. Correspondem ao que nós, seres humanos, somos pessoal e comunitariamente. Porque o autor da lei não é um déspota arbitrário que ordena às cegas, mas o próprio Autor da vida, que conhece a estrutura mais íntima de nossa existência e quis, em seu amor, dar-nos indicações para que nós, os homens, possamos enriquecer e preservar a vida humana. Isso é a lei. Nela encontramos um conjunto de estruturas de relação: o âmbito das relações entre o homem e a mulher (o casamento e a família), o da relação econômica, o da lei e a autoridade (o âmbito político).

Em todos eles a lei procura assegurar que se respeitem os direitos dos mais fracos, que se construa a saúde moral e material da comunidade, que se honrem os pactos e as obrigações que dão estabilidade à vida humana, que se controle, modere e castigue a manifestação desenfreada do egoísmo contra o próximo, a comunidade e inclusive o inimigo.

A aguda polêmica de Jesus e Paulo contra a tergiversação da lei não desvirtua seu uso legítimo. Vimos que Paulo se opõe à pretensão de achar na lei um caminho de salvação: fazer um deus do meio dado por Deus para conduzir a uma relação mais pessoal, mais livre e direta com Ele. Jesus combate particularmente o legalismo, que tergiversa o verdadeiro propósito da lei - o serviço de amor ao próximo. Negam a lei os que se aparam nela para justificar-se diante de Deus - o fariseu que "ora consigo mesmo" felicitando-se por seu bom cumprimento das minúcias da lei. Negam a lei os que a reduzem a um sem-número de pormenores que lhes permitem fugir as demandas maiores e fundamentais (o que se apóia em uma pequena oferenda ritual para não cumprir com a responsabilidade de sustentar a seu pai, Marcos 7.11). Negam a lei, finalmente, os que antepõem demandas formais à necessidade concreta do próximo (por observar formalmente o dia de repouso se negam a curar alguém nesse dia). o que ocorre nesses casos é que se desvirtua a vontade de Deus e se faz mau uso do "itinerário do amor ao próximo" que é a lei. Por isso tudo o Novo Testamento repete a chave que Jesus deu para interpretar o uso da lei: o amor a Deus e ao próximo. Quando e onde aplicar esse amor? A lei descortina a paisagem da

vida humana e mostra os pontos em que o Criador nos convida a exercer o amor.

3) Tanto Paulo como o restante das epístolas do Novo Testamento referem-se muitas vezes a "mandamentos do Senhor" ou "palavras do Senhor". Trata-se de ensinamentos ministrados por Jesus, que a Igreja Primitiva entesourou, rememorando-os ao enfrentar determinados problemas ou decisões éticas. O evangelho de Mateus se ocupou, particularmente, em reunir esses ensinamentos em conjuntos relacionados com certos assuntos. É evidente que Jesus ensinou acerca do casamento, das riquezas, das práticas religiosas e de outros temas diversos. Trata-se, aparentemente, de ensinamentos ocasionais, em resposta a incidentes ou perguntas concretas. A Igreja não fez delas uma nova legislação, mas as entesourou como valiosas indicações do que significa a nova vida.

Não podemos deter-nos agora na apresentação destes paradigmas, para analisar em pormenor o conteúdo ético dos ensinamentos de Jesus.¹⁸ Cabe, entretanto, fazer algumas observações que nos ajudem a entender seu caráter paradigmático. Em primeiro lugar, notamos que, quando Jesus comenta as indicações da lei de Deus, ele se esforça por salientar sua relação com o mandamento do amor a Deus e ao próximo. Por isso estende e amplia as demandas da lei, reinterpretando-as para sublinhar e radicar sua intenção fundamental. Assim, a razão de ser do dia de repouso está vinculada ao bem do homem. Por isso se cumpre de melhor forma essa ordenança fazendo bem ao homem - curando-o, por exemplo - no dia de repouso. O propósito do

mandamento do amor ao compatriota é estender aos demais homens o cuidado e a proteção gratuitos e misericordiosos que Deus dá a todos os homens; por conseguinte, esse amor deve ser oferecido a todos - inclusive ao inimigo. O divórcio é um recurso de necessidade ("pela dureza do coração"), adotado para proteger a vida social da comunidade. O propósito original de Deus se cumpre mais plenamente no exercício não-quebrantado do amor conjugal. Por conseguinte, a "verdadeira lei" é essa unidade total ("uma carne") e o fato de quebrantá-la lesa a todos quantos entram na relação (o "adultério" afeta ao homem e a mulher que o cometem e a quem entra em uma relação com eles depois).

Estariamos equivocados - penso – se crêssemos que Jesus faz "mais severa" a lei, como se fosse simplesmente um rabino mais rigoroso do que o restante. O que faz é restituir à lei seu caráter de "ilustração" e mostrar como o propósito da lei se cumpre quando a proteção, a integridade, a fidelidade nos compromissos e relações, que a lei pede em suma, o amor concreto que aponta são levadas à totalidade dos atos e das intenções, quando toda a vida do homem e da comunidade são penetradas pelo amor.

Este caráter totalizante da demanda do amor é outro característico fundamental do ensino de Jesus. Ilustram-no as parábolas: o estrangeiro detestado (judeu e samaritano), o pobre sem recursos (Lazaro), o filho libertino, a mulher adúltera - os casos típicos daquele que não "merece", daquele que não conta, do excluído -, estes constituem a pedra de toque de uma

verdadeira compreensão do mandamento do amor. E o Sermão do Monte o expressa em uma frase enigmática: "Sejam, portanto, perfeitos como seu Pai que está nos céus é perfeito", que à luz dos exemplos que a precedem (Deus faz chover sobre bons e maus; o sol sai para justos e injustos) e da versão de Lucas ("Sejam, pois, misericordiosos. . .") só se pode traduzir: "Sejam, portanto, sem discriminação alguma no amor, como o é seu Pai. . ."

Um último traço provém das formulações que recordamos no parágrafo anterior. Em todos estes casos, o convite para amar enraíza-se no caráter do amor de Deus. O discípulo é convidado a entrar na forma de ser, de atuar, de relacionar-se com os homens, que Deus mesmo pratica - e quem melhor do que Aquele que a Deus sabe para que serve a lei? Ingressar nessa forma de vida já que o amor regula toda a vida e se transforma no clima da existência do discípulo - é colocar-se na esfera do propósito e da ação de Deus para com todos os homens. Este propósito e ação, que a lei ilustra e que Jesus Cristo ensina, vive e faz real entre os homens, é "o Reino de Deus". Jesus vê, pois, o amor como a qualidade de vida do Reino, cujo cumprimento teve início com sua própria vinda e cuja plenitude há de sobrevir conforme corresponda aos planos de Deus. Esta é a classe de vida verdadeira - a original, a autêntica, a definitiva. O discípulo nela ingressa ao escutar o chamado de Jesus. No próximo capítulo teremos de investigar alguns aspectos deste ensino central de Cristo; o importante, agora, é perceber que Jesus não se conforma com convidar-nos para atos individuais e isolados de amor, mas a ingressar em uma realidade

global e totalizante: o Reino de Deus.

4) Finalmente, notamos em muitas passagens do Novo Testamento listas de "deveres", "obrigações" ou "virtudes" que se ordenam ou encarecem aos crentes.¹⁹ Paulo enumera em várias ocasiões às virtudes que correspondem à vida do cristão (Clamor, alegria, paciência, amabilidade, bondade etc.). Outras passagens instruem nas relações mais comuns: pais/filhos, esposo/esposa, senhor/escravo. Os estudos do Novo Testamento têm demonstrado que estas exortações são paralelas a listas e instruções correntes na época, inspiradas na filosofia estoíca. É claro, portanto, que o Novo Testamento utiliza, para ilustrar a vida crista, os conceitos de virtude, de ordem, de subordinação, em suma, a trama de relações e regulamentações sociais aceitas como positivas na cultura do momento. O crente não é chamado para retirar-se a uma ilha onde domine outra ordem e outra cultura, mas para participar na trama de relações e exigências de seu meio.

O Novo Testamento encontra nas normas e formas da cultura uma linguagem adequada para expressar a natureza do amor que em Jesus Cristo o cristão aprendeu e recebeu - o novo homem pode viver nesse clima. Todavia, é ao mesmo tempo interessante notar como se sublinham, modificam ou motivam as virtudes e ordenanças que se adotam do meio ambiente. O primeiro é a raiz, ou a motivação, que enquadra estes ensinamentos. As virtudes são "frutos do Espírito". São o resultado de haver-se "revestido" da nova classe de vida que se oferece em Cristo. São o repúdio da existência centrada em si mesma (a

"carne") que o cristão enterrou e deixou para trás. As velhas relações devem agora ser assumidas "no Senhor" - no âmbito de existência que a relação com Jesus Cristo abre aos homens. Em suma: como o mostra Jesus com a lei, não se trata simplesmente de adotar regras e cultivar virtudes; trata-se de integrar as relações e exigências da vida ética, da cultura na qual o indivíduo se encontra, com essa nova qualidade de ser do crente a nova criatura em Cristo.

Por isso obriga de imediato a corrigir os acentos e inclusive os conteúdos das relações e exigências da sociedade. É significativo, por exemplo, que enquanto as instruções estóicas se dirigiam somente ao "superior" na relação - esposo, pai, senhor - as do Novo Testamento se dirigem também ao "subordinado". Para a sociedade pagã, o subordinado não era sujeito de decisão mas apenas objeto da ação do superior; por conseguinte, não ha apelo moral dirigido ao inferior. Mas a nova criatura em Cristo - e em sua maioria os crentes pertenciam aos "inferiores" não pode ser um mero objeto; deve decidir e assumir sua relação, coloca-la sob a soberania do Senhor e exerce-la livremente, em amor. É mais, porém: o Novo Testamento não tenta modificar a estrutura da sociedade (voltaremos a este ponto no próximo capítulo), mas o que acabamos de assinalar tem conseqüências inevitáveis para a sociedade. As instruções a subordinação e a obediência adquirem um matiz inesperado quando se diz que se trata da "mutua subordinação", de uma reciprocidade nas relações. Quebra-se a verticalidade da ordem social, a pirâmide de dignidades. Porque, embora persistam relações de mando e obediência e o cristão entre

conscientemente nelas, em Cristo, essas relações foram relativizadas, porque nele "não há homem nem mulher, cidadão ou estrangeiro, escravo ou livre, mas a nova criatura". Assim como o "inferior" é convidado a assumir consciente e livremente sua posição na sociedade em amor, o "superior" é exortado no Senhor a considerar-se não só como subordinante mas também como subordinado em uma mesma relação.

Amar não é, portanto, para o Novo Testamento, uma vaga ou piedosa exortação a uma geral bonomia ou a um sentimentalismo inoperante. Sua concreção esta indicada em uma serie de paradigmas: amar é viver na direção ao próximo pagando o preço correspondente pela identificação total e sem reticências com sua necessidade. Amar é submeter-se ao propósito criador de Deus manifesto nas diferentes ordens da vida humana - é servir ao próximo de maneira concreta na família, na ordem econômica, na ordem política. Amar é impregnar a totalidade das relações com a totalidade dos homens da disposição concreta ao serviço e entrega que Deus manifesta. Amar é ingressar nas relações e exigências éticas da cultura na qual nos encontramos com a livre determinação do novo homem em Cristo e repensar e reviver essas relações e exigências na forma nova que corresponde a esse novo homem. A constante reconsideração da vida de Jesus Cristo, de seu ensino, da lei dada por Deus a Israel, das instruções do Novo Testamento nos permite manter presente o caráter concreto do mandamento do amor que é, ao mesmo tempo, o conteúdo ético da nova vida em Cristo.

Mas como decidir em concreto?

Quem busque em toda esta análise uma resposta simples e direta à pergunta "que devo fazer?" não poderá deixar de sentir-se um tanto perplexo. Fala-se de uma nova vida, de liberdade para servir em amor. E quando buscamos direções mais precisas, apontam-nos uma serie de "ilustrações" mas sob a expressa advertência de que nenhuma delas nos "assegura" a decisão correta. A mais simples reflexão nos mostrara, não obstante, que não poderia ser de outra maneira. Quem peça outra coisa demonstrara não haver entendido o centro mesmo da mensagem bíblica. Com efeito, pedir instruções pormenorizadas para cada caso é pretender que Deus nos entregue um manual a fim de que possamos dirigir-nos sem necessidade de consultá-lo pessoalmente, nem consultar a nosso próximo, nem de por em jogo nossa liberdade e responsabilidade pessoal. E isto seria, precisamente, a negação mais direta e absoluta do que significa ser discípulo de Cristo. Tal procedimento teria propósito se o Evangelho fosse simplesmente um código ético, se Jesus fosse um legislador falecido, se a cristão fosse um caminhante solitário. Não é assim, porém. Quando se defronta com sua decisão ética e deve resolver qual o comportamento concreto do amor, o cristão está sob a direção do Senhor, presente na comunhão dos discípulos, no caminho do Reino. É nessa relação dinâmica, nesse vértice vivo, onde se conjugam as indicações do passado, o movimento da História que o Senhor dirige e a presença viva de Jesus Cristo em seu Espírito e seu povo, que se oferece a possibilidade e a liberdade de atuar. O Novo Testamento assinala de várias maneiras este caráter

dinâmico da decisão cristã.

1) Entre as diferenças que o Novo Testamento introduz nas exortações estoicas que mencionamos é de notar que, enquanto estas se formulam no singular, ao indivíduo isolado, o Novo Testamento as expressa no plural, às pessoas como parte da comunidade. "Em Cristo" significa, precisamente, também "na relação comum dos que foram incorporados à nova vida". A nova criatura, da qual temos falado, não é o indivíduo isolado, mas a comunidade reconciliada e reunida nesta "nova forma de ser homem" inaugurada em Jesus e aberta pela fé. Isto é, a vida moral do cristão se plasma na comunhão dos crentes.

A epístola aos Coríntios emprega uma imagem conhecida e significativa para ressaltar este contexto comunitário da vida ética. O cristão é uma pessoa integrada em uma unidade que o inclui, lhe dá sentido e função e o vincula indissolavelmente a uma ação e existência total: é membro de um corpo. Sua ação se acha determinada pelo lugar especial que nele ocupa. A pergunta: que devo fazer? só pode ser respondida quando ampliada: que me cabe fazer, dado o lugar que ocupo na comunidade de Cristo, para o melhor funcionamento e serviço da totalidade? Para apreciar os alcances desta afirmação devemos lembrar-nos de que a comunidade cristã primitiva não era, como muitas das nossas, uma mera "sociedade religiosa", ou uma congregação que se reúne para o culto, mas uma comunidade de vida, que abrangia aspectos econômicos, familiares, culturais, tanto como de culto e ensino religioso - e que não separavam uns de outros, como bem se depreende das exortações apostólicas.²⁰

O cristão não é "um número solto", uma espécie de franco-atirador de Deus, que tem de abrir seu próprio caminho, apoiado em sua consciência pessoal soberana. É membro de uma comunidade, comprometido com os outros em uma existência e missão comuns que lhe assinalam o caminho. Suas decisões têm como limite as decisões da comunidade. Por isso, os autores do Novo Testamento falam, amiúde, dos problemas éticos em forma descritiva: é assim que se comportam os crentes, este é o comportamento que cabe a comunidade de Cristo, este é "o Caminho". Não se trata de leis dirigidas à consciência individual isolada - é a afirmação do que a comunhão dos crentes reconhece como sua forma de viver. E o cristão individual é convidado a andar por esse caminho e moldar seu comportamento de forma conseqüente.

Esta concepção comunitária da decisão ética encontra profunda expressão em textos como Efésios 3, que colocam a vida moral no quadro da totalidade da obra e propósito de Deus. Há uma "economia" divina, uma "administração" da História pela qual Deus conduz a totalidade dos homens e das coisas a uma plena realização. Em Jesus Cristo é dado ver o sentido desse propósito - uma plena reconciliação, reunião, incorporação comum em um corpo dos que estavam separados por inimizades e divisões. Em um caso concreto - o da separação entre Judeus e pagãos - essa reconciliação se faz visível já na Igreja; a parede divisória foi derrubada, há um só corpo composto por ambos. Quem compreende o sentido desta reconciliação foi iniciado no mistério que explica todo o sentido do Universo. E este mistério é o amor de

Cristo. Ali está a verdade total e definitiva. Conhecê-la em sua manifestação concreta nesta reconciliação que se opera na comunidade da fé é entrar em seu campo de ação, é integrar-se em sua operação. Por isso existe agora uma forma de comportar-se "digna do chamado" - compatível, adequada à natureza dessa verdade. E dali brota a exortação à humildade, à amabilidade, à paciência e à consideração mútua, à unidade - as formas concretas em que a comunidade vive o mistério da reconciliação. E quando cada um assume, nesse ambiente, as tarefas que correspondem à sua localização particular (o dom que Deus lhe concedeu), caminha no caminho da "maturidade", a saber, a qualidade de amor servil que Cristo trouxe e mostrou ao mundo. Nem o conceito de virtude, nem o de maturidade, nem o de vocação constituem assunto individual; estas três dimensões da existência moral têm sua situação na comunidade, que por sua vez se arraiga no propósito total e unificador de Deus para com todos os homens.²¹

2) Já as últimas frases mostram que, ao subordinar a decisão ética à comunidade, o Novo Testamento nos está propondo um mero controle social. Não é, simplesmente, questão de "direção coletiva" versus "decisão individual". O significado da comunidade reside no fato que Jesus Cristo está presente nela, constituindo-a, guiando-a, dotando-a das capacidades e funções necessárias ao desempenho de sua tarefa. O cristão conta, para sua decisão moral, com a direção do Espírito Santo, isto é, a presença ativa e dinâmica do próprio Senhor Jesus. Essa direção não está separada dos critérios que

apontamos na primeira parte do capítulo. O Espírito guia o crente mediante o exemplo e os ensinamentos de Jesus, mediante a lei, mediante as relações e exigências da sociedade que o rodeia. Fã-lo na dinâmica das opiniões e tensões da comunidade da Igreja. Contudo, sua presença infunde dinamismo à interpretação destes paradigmas: possibilita estender, relacionar, ampliar, na direção concreta, na direção que nos apontam. O Espírito nos ensina a "conjuguar" os paradigmas do amor e chegar a uma decisão própria, adequada a situação. Em outros termos, o Espírito permite à Igreja - e ao cristão nela - "discernir" o que cabe fazer.²²

Esta possibilidade e obrigação - a do "discernimento" - é muito importante para a ética cristã. Permite a Paulo, por exemplo, oferecer orientação concreta nos problemas conjugais que surgem em Corinto, confiado em que "não lhe falta o Espírito do Senhor" nas conclusões a que chega. O Espírito permite à Igreja "sintonizar" com os propósitos de Deus e assim notar qual o curso de ação que é bom, adequado, cabal. O amor é iluminado por essa presença de Jesus Cristo, para saber distinguir entre diferentes possibilidades aquela que convém.

Esta é dada a toda a comunidade cristã, e ao cristão pessoalmente nela. Por isso não exclui que Deus haja dotado alguns com uma especial sensibilidade para perceber "à vontade de Deus", o curso de comportamento que corresponde ao Evangelho. O Novo Testamento nos mostra os "profetas" exercendo esta função. Sua palavra não é absoluta - não podem exercer uma tirania sobre a

Igreja: por isso sua direção deve ser avaliada pela comunidade inteira.²³ Mas isso não tira a importância de sua função; A história da Igreja - e certamente também nossa experiência atual - nos mostra que Deus não deixou de dar a seu povo pessoas com capacidade especial de "discernimento" ético. A oposição à escravatura, a criação de hospitais e escolas públicos, bem como outras iniciativas éticas, começaram com o discernimento de algum ou alguns cristãos. infelizmente, a comunidade tardou muito em prestar atenção a essa orientação do Espírito. E em não poucos casos lhe voltou e ainda lhe volta as costas, preferindo "permanecer na carne" (seguir a velha via do homem que é impulsionado por seu capricho egoísta) a "caminhar no Espírito".

3) A direção do Espírito, que capacita a comunidade para discernir a vontade concreta de Deus não é desconexa nem caprichosa. Responde, como o temos assinalado repetidas vezes, a um propósito total de Deus, a criação de uma nova condição de existência, de novas relações, de uma nova realidade - o que a Bíblia chama de Reino de Deus. Vimos que esta afirmação é central no ensino de Jesus. O exercício do amor se inscreve neste propósito: é bom o que corresponde ao Reino; mau, o que se opõe a ele. Amar é buscar, desejar, fazer com e para os homens o que o Reino significa para eles. Porque, no Reino, todos os homens, com todas as suas relações e condições, encontram a plena realização de si mesmos. Para abarcar toda a dimensão da mensagem ética do Novo Testamento teremos, pois, que deter-nos nesse propósito total e último de Deus. A isso dedicaremos o próximo

capítulo.

Antes de concluir este capítulo devemos fazer dois breves comentários que ajudem a clarear o que dissemos. Em primeiro lugar, poderíamos perguntar-nos como difere esta "ética do amor" de outras que, sobre bases distintas, nos são oferecidas. Podemos perguntar-nos, em especial e para tomar um exemplo, em relação com a idéia do "amor produtivo" que Fromm, como vimos, apresenta como a categoria ética fundamental. Não podemos deixar de notar, com alegria, a grande coincidência que apresentam. Quando Fromm oferece o amor como a resposta ao problema da tensão entre comunhão e "separatismo" da existência humana, quando distingue o amor produtivo do sentimentalismo e o vincula a um exercício ativo da vontade, quando assinala a relação do amor com as estruturas e modos de ser da sociedade, quando reclama a concentração, a disciplina e a paciência como indispensáveis à prática do amor, quando analisa o amor em termos de cuidado, responsabilidade, respeito e conhecimento, quando nos previne contra as receitas preparadas, o mínimo que podemos e agradecer as insubstituíveis contribuições que, a partir de um profundo conhecimento da dinâmica da existência humana, o autor faz para o entendimento desta dimensão constitutiva do homem. O cristão, cheio de gozo, aprenderá que tudo isto tem que ensiná-lo. A coincidência com a mensagem cristã não assustará a quem perceba, de um lado, o profundo conhecimento da Bíblia que Fromm evidencia e, de outro, a penetração da dinâmica da personalidade humana que a investigação psicológica tornou possível. O

desmascaramento das deformações que desintegram a existência humana atesta, negativamente, a frustração de uma existência descentrada - uma existência que não corresponde ao sentido inerente à vida humana.

Não é possível ocultar, ao mesmo tempo, uma acentuada discrepância que, se não compete aprofundar aqui, convém, pelo menos, levar em consideração. O próprio Fromm a sublinha: a interpretação cristã do amor, para ele, está viciada pelo repúdio do "amor de si mesmo" ou "amor próprio", corrente em muitos teólogos cristãos. Podemos aceitar, por certo, a distinção que Fromm estabelece entre "egoísmo" - uma desmedida e exclusiva concentração do homem sobre si mesmo e seus deuses - e um amor de si mesmo que signifique o apreço de sua própria existência, o desejo de fortalecê-la e levá-la a sua plena realização em uma vinculação sadia com os demais. Mas discrepamos quando o autor considera que este amor de si mesmo é a base do amor produtivo para com os demais: para Fromm, a pessoa humana se constitui a si própria, rejeitando toda autoridade exterior a ela, determinando as finalidades e o sentido de sua própria existência. Por isso rejeita todo "amor a Deus" que não seja, em última instância, um retorno do indivíduo a si mesmo como humano.

Esta é, diz Fromm, uma ética humanística. Qualquer outra seria uma alienação do ser humano, porque "o homem deve a si mesmo sua existência, não só material mas também emocional e intelectualmente". É isto - "o que chamo um homem

produtivo". É evidente que neste ponto nos encontramos em um terreno fundamentalmente distinto daquele da ética cristã. Com efeito, para esta o homem foi constituído em uma relação com Deus e com seu próximo que não é "acrescentada" a sua autonomia, antes a sua própria natureza como ser humano. O amor não é produto do homem; o homem é que é produto do amor. Por isso um cristão poderia perguntar se o que Fromm tão sagazmente analisa - a natureza e o exercício do amor humano - não é, realmente, muito mais profundo e total do que ele próprio admite. E, por conseguinte, caberia perguntar se para a perversão do amor que Fromm descobre e expõe de maneira tão brilhante na sociedade moderna, não há um remédio mais fundamental que o proposto por ele: o próprio amor de Deus que "produtivamente" assumiu a existência humana para abri-la, mediante a entrega de si mesmo, a uma nova forma de existência. Não é esta uma base sólida para esse chamado do autor a um novo homem e uma nova sociedade, e para o valioso assessoramento psicológico e ético que nos oferece? É evidente que estas questões nos lavam além de nosso assunto, contudo nos mostram como a ética sempre desborda nas perguntas últimas acerca do homem e de Deus.

O outro comentário relaciona-se com a maneira como encontramos na Bíblia os ensinamentos éticos. No transcorrer do capítulo respigamos do Novo Testamento uma série de afirmativas que apresentamos mais ou menos ordenadamente. Não obstante, convém que nos fique claro que o próprio Novo Testamento raramente as apresenta nesta forma sistemática. Mais ainda, a direção ética é dada ante

situações concretas. A situação do escravo Onésimo, fugindo de seu patrão e agora convertido, os problemas de discriminação local na congregação de Corinto, a irresponsabilidade de alguns de Tessalônica que escudam atrás da "esperança da vinda do Senhor" sua ociosidade, e outras mil circunstâncias concretas concentram o ensinamento. Não é só a ausência de um interesse sistemático que da origem a esta situação. Deve-se, em boa parte, a própria natureza da ética cristã. A vida é, para o cristão, um "caminho" - uma figura cara ao Antigo Testamento quanto ao Novo - sobre o qual é necessário "caminhar". O que interessa não é um mapa pormenorizado de toda possível contingência mas a luz necessária para o próximo passo - a certeza da meta da peregrinação. Para ambas as coisas temos toda a direção que recebemos de Deus por intermédio de outros - patriarcas, profetas, apóstolos, a vida terrena de Jesus - mas, acima de tudo, temos a própria presença do Espírito Santo, que hoje permite discernir concretamente à vontade de Deus e que mantém viva e atuante a promessa do Reino.

Certamente a poesia de Machado, que se tornou tão popular nos últimos anos, em forma de canção, não reflete plenamente a atitude da ética cristã. O caminho do cristão não é uma simples obra de sua criatividade, não é uma pura invenção – é o caminho da obediência, do discernimento das pisadas do senhor depois de quem caminha. Não há, porém, um mapa que possamos levar no bolso. Trata-se de uma aventura de fé, um emprego ousado da imaginação posta a serviço do Espírito - o próximo passo é sempre, aos olhos humanos, um arriscar-se em

terreno virgem e inexplorado; aos olhos da fé, o descobrimento de uma senda "traçada de antemão para que andemos nela", como diz Paulo.

"Caminante, no hay camino;
camino se hace al andar.
Al andar se hace el camino
y al volver la vista atrás
se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar.
Caminante, no hay camino
sino estelas en el mar.

Caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.
Golpe a golpe,
verso a verso..." *

* "Caminhante, não há caminho; / caminho se faz ao andar. / Ao andar se faz o caminho / e ao voltar a vista para trás / se vê a senda que nunca / se há de tornar a pisar. / Caminhante, não há caminho / senão estrelas no mar.... Caminhante, não há caminho, / faz-se caminho ao andar. / Golpe a golpe, / verso a verso..."

4. Um mundo novo

A DISCUSSÃO entre os que pensam que é necessário mudar o indivíduo para melhorar a sociedade e os que estão convencidos de que só melhorando a sociedade é possível mudar as pessoas não só é muito antiga mas um tanto estéril - e provavelmente bastante estúpida! Como amiúde ocorre, a preocupação por sustentar certas verdades chega a negar outras. E no final das contas, a própria verdade que alguém tentou defender é aquela que sofre. Em todo caso, é importante assinalar que a Bíblia é totalmente alheia a esta dicotomia. Vimos falando repetidamente do "novo homem" e do chamado para o exercício do amor. Nada é mais pessoal e imediato. Contudo, como temos repetido várias vezes (pp. 57) estaríamos cinqüenta por cento equivocados se concebêssemos estas afirmações em termos individuais. Trata-se de um propósito total e de um plano de vida comunitário desde suas próprias raízes. Tudo quanto dissemos perderia por completo o sentido e valor se o entendêssemos de forma individualista. O Evangelho não cuida de produzir indivíduos bons que persigam sua própria perfeição moral, perturbando-se uns aos outros o menos possível, mas uma totalidade, um modo de viver e de ser de toda a Humanidade. É por isso que coloca como início, não indivíduos isolados mas uma comunidade, a Igreja, na qual deve ilustrar-se, dar-se a conhecer e preparar-se esse plano total e inclusivo para todos os homens.

Nunca sublinharemos suficientemente este fato porque nós, cristãos, temos introduzido - particularmente em nosso meio e nos últimos séculos - uma grave distorção no pensamento bíblico ao fazê-lo sofrer dois trágicos estreitamentos. O primeiro é de antiga data e consiste em estabelecer uma separação ou oposição entre o "material", corporal ou físico e o "espiritual", para em seguida dizer que a fé pertence a esta segunda ordem. Graves conseqüências morais acompanham esta tergiversação: um equivocado ascetismo que tem pretendido menosprezar a vida corporal, uma pretensa "interioridade" da ética crista que se afastava dos domínios - supostamente mais materiais, mundanos e p.9caminosos - da economia e da política, e como conseqüência de ambos, freqüentemente a admissão nesses campos do material, do "terreno", de princípios simplesmente pagãos ou anticristãos, já que se tratava de uma espécie de trecho barrento do caminho que é necessário transpor de alguma maneira até chegar à estrada boa - do além ou do âmbito interior - onde andaremos aliviados do peso do corporal.

O segundo estrangulamento foi o individualista, que pretendeu confinar a ética cristã ao raio de ação do "privado", das relações pessoais diretas, onde supostamente se pode por mais facilmente em prática o Evangelho, enquanto que o âmbito "público" exige compromissos, acordos e concessões que põem em perigo a pureza do crente.

Ambos os estreitamentos tem justificado e estimulado uma dicotomia ou cisão na vida dos cristãos, de fatais conseqüências em dois sentidos. De

um lado, tem afastado o cristão da arena da vida pública, particularmente da política, em uma grave renúncia a suas responsabilidades como homem. De outro, tem produzido, nos campos que não podia evitar - o econômico, especialmente - uma acomodação não crítica aos costumes ou padrões imperantes, por mais injustos e opressivos que fossem. Em ambos os casos, tais ausências e traições se ocultavam - às vezes inclusive para os que as cometiam - sob uma hipocrisia (consciente ou não) que se blasonava de uma “inatacável conduta pessoal”.

As atitudes que surgiram deste grave equívoco têm justificado algumas das mais severas críticas à Igreja cristã. Um sociólogo examina a vida das popularíssimas igrejas pentecostais chilenas, e embora admire o fervor e a sinceridade de sua fé e reconheça a genuína transformação que o Evangelho produziu em suas vidas e a intensidade de sua solidariedade comunitária, não pode deixar de observar sua “greve social”, sua negação a ocupar um lugar no esforço por conduzir sua sociedade a estruturas políticas, econômicas e sociais mais justas e humanas para todos. Essa decisão de apartar-se de todo o âmbito público faz que, como cristãos, se dessolidarizem com o próximo, particularmente os de sua própria, classe social, que neguem sua contribuição e que, por conseguinte, na realidade sejam um apoio às forças de exploração e opressão. A religião parece satisfazer de tal maneira ao convertido, transferindo sua vida inteira para o âmbito interior e pessoal, que resulta em um conformismo com a situação existente, adormecendo-o para a luta por uma sociedade melhor nesta Terra. Esta foi,

precisamente, a grave situação denunciada nas tantas vezes repetida frase de Marx: "A religião é o ópio do povo."²⁴ Quando uma denominação evangélica latino-americana de classe média emite uma declaração sobre as condições de vida desumanas imperantes, um bom número de cristãos - dentro e fora de suas fileiras - a critica por meter-se nas coisas do mundo, por imiscuir-se em política, sem notar que seu silêncio - que de fato se dobra a situação existente e a prolonga - não é menos comprometido.

Esta é a situação que tem impulsionado numerosos jovens cristãos - de todas as confissões - a buscar uma nova maneira de pertencer à vida pública. Alguns têm achado que essa nova militância era incompatível com sua permanência na Igreja e por isso abandonaram esta. Outros se negam a aceitar o estreitamento interiorizante e individualista e querem resgatar o autêntico senti do totalizante e transformador da fé. Estes, amiúde, são acusados de "inovadores" por cristãos que não admitem que a verdadeira "inovação", a perda do original e essencialmente cristão, foi precisamente esse estreitamento, essa redução da mensagem do Reino de Deus aos limites arbitrários de uma suposta vida interior, individual e privada, que nem existe na realidade, nem possui a menor base nas Escrituras. Este é o assunto que devemos examinar a fim de situar o contexto total da ética cristã cuja motivação e direção temos procurado esboçar.

Todos, tudo

Deus teve de combater constantemente a tendência de seu povo - Israel e a Igreja - para estabelecer limites arbitrários ao raio de ação de seu poder e de seu amor. Os livros de Jonas e de Rute, no Antigo Testamento, constituem vigoroso alegado em defesa do caráter universal do amor e cuidado divinos, contra os que pretendiam reduzi-los exclusivamente a Israel. Deus se preocupa com o bem-estar da cidade pagã de Nínive e busca os meios para livrá-la da destruição (tanto homens, como mulheres, crianças, inclusive animais — como não havia de ter misericórdia deles o Deus verdadeiro!). E Ele próprio enraíza a salvação de seu povo na história de outros povos ao fazer da moabita Rute progenitora do rei por excelência, Davi, o protótipo do Messias prometido. E o Novo Testamento nos apresenta Paulo travando sua singular batalha para impedir o estreitamento do Evangelho a uma tradição religiosa particular - ao grupo daqueles que primeiro abracem o judaísmo. Como se Deus não se houvesse proposto, desde o princípio, incluir todos os homens na promessa cujo portador - até que houvesse chegado o momento - foi o povo de Israel! Contra todas estas tentativas, a Escritura testifica de mui diversas maneiras que o propósito, o poder, o amor de Deus abrangem a todos e a tudo. Veja mos alguns aspectos desta afirmativa, de particular importância para o comportamento do cristão.

1) Tanto a ética quanto a religião do Antigo Testamento²⁵ têm seu centro em Deus: a fidelidade, o amor, a reverência, o culto e a obediência a Deus que se deu a conhecer como Javé, constituem o todo da mensagem bíblica. Não se trata, porém, de

especulações sobre a natureza de Deus, das quais se derivaria depois uma escala de valores. Não, Deus é que manifestou sua vontade e seu poder no dilúvio, no chamado de Abraão, na libertação do Egito, na conquista de Canaã, no desterro e no cativeiro. Essa atividade exige uma resposta e fixa o padrão dessa resposta. Pois Javé estabelece em sua ação um pacto — uma sociedade, uma relação permanente e ordenada — com seu povo, e ao fazê-lo, determina a classe de relações e procedimentos, a índole de vida que cabe ao “povo do pacto”.

Três são as principais caracterizações de Javé nessa relação. É o legislador que estabelece os direitos de todos e cada um, das pessoas, das tribos, das famílias e também das nações. É o criador, cuja vontade e poder são “desde sempre”, que tem direito de ordenar e governar todas as coisas por que lhes deu vida e lhes imprimiu seu ritmo e significado. E em ambas as coisas, e sobre todas as coisas, Javé é rei. Seria necessário adentrar-nos na descrição do ofício real — para o qual a própria Bíblia nos oferece abundantes exemplos — a fim de medir todo o significado desta caracterização de Deus. Mas, sobre todas as coisas, o rei é quem guia e protege seu povo, quem assegura sua unidade e harmonia, quem estabelece o direito e a justiça. Tanto esta função real quanto as demais que temos mencionado nos mostram Deus governando. Assim, dizem-nos, opera Deus. Esta é a medida de sua vontade e, por conseguinte, da obediência requerida aos seus.

Devemos salientar algumas dimensões deste governo divino para tornar mais concreta a demanda que dele deriva. A qualidade essencial do governo

divino é a justiça. Não devemos, entretanto, entender este termo em um sentido puramente forense. Para falar de seu significado, o Antigo Testamento emprega expressões como vindicação, libertação, auxílio, socorro oportuno ou retidão, verdade, fidelidade, triunfo, salvação. Em outras palavras, exercer justiça é assegurar as corretas relações entre os povos e, em Israel, dentro do povo.²⁶ A Bíblia vê o homem em um contexto concreto: como governante ou súdito, como litigante ou juiz, como pai, mãe ou filhos, como membro de uma tribo, como estrangeiro, como sacerdote ou adorador. Cada uma destas situações envolve requisitos, exigências e direitos próprios. A justiça é a correta relação de todos. O rei deve, portanto, preservar a paz e a integridade da comunidade toda. Para isso é especialmente necessário ter em conta os direitos dos mais fracos: pobres, viúvas, órfãos, estrangeiros, peregrinos. É necessário impedir que o “injusto” quebre pela mentira, pelo engano, pela exploração ou pela infidelidade, a paz comunitária. Por isso, o exercício da justiça é uma função ativa que exige todas as ações marcadas pelos simbolismos do governo divino apontados acima.

Para assegurar estas relações Javé deu sua lei: esta é justa e sua observância garante a ordem adequada. Mas Deus não se conforma com a enunciação da lei: constitui-se Ele em garantia de seu cumprimento. E para tanto se estabelecem juízes e reis que têm por obrigação pôr em prática a justiça que Deus reclama para seu povo. A relação entre a justiça do rei Javé e a que requer dos governantes salta aos olhos claramente no salmo 82:

Deus está na reunião dos deuses; em meio dos deuses julga.

Até quando julgareis injustamente, e aceitareis as pessoas dos ímpios?

Defendei o fraco e o órfão;

fazei justiça ao aflito e ao pobre.

Livro o aflito e o necessitado; livrai-o da mão dos ímpios.

Levanta é Deus, julga a terra; porque tu herdaráis todas as nações.

É com base nesta demanda de justiça que os profetas lançam suas terríveis acusações - reis, juízes, sacerdotes - que fazem ouvidos surdos ao clamor dos oprimidos:

“Ai dos pastores (dirigentes, civis e religiosos)

que destroem e dispersam as ovelhas do meu rebanho...

Vós dispersastes minhas ovelhas, e as afugentastes, e não cuidastes delas...Eis que castigo a maldade de vossas obras,diz Javé.

Eu mesmo recolherei o remanescente de minhas ovelhas...e porei sobre elas pastores que as apascentem...

Eis que vêm dias em que levantarei um sucessor justo de Davi, e reinará como rei, o qual será ditoso, e fará juízo e justiça na terra.

“O efeito da justiça é a paz”, proclama Isaías. Novamente, devemos ir além da noção corrente de paz como ausência de conflito.²⁷ No hebraico a palavra paz - shalom, a mais freqüente e cordial saudação israelita - abrange o bem-estar total da pessoa e da comunidade. Perguntar a alguém por “sua paz” é perguntar-lhe como vai - de saúde, nos negócios, na família. Desejar-lhe a paz é desejar toda sorte de bênçãos tanto a ele quanto aos seus. Novamente, o conceito se relaciona com o trato entre os homens e com Deus. Esta plenitude, que abarca as pessoas e as coisas é o que Deus dá aos homens. Esta paz se perturba quando se frauda a justiça. É por isso que os profetas denunciam com violência a governantes, sacerdotes e profetas que pretendem que há “paz” enquanto se faz opressão aos pobres, se desconhecem os direitos dos fracos e se atraiçoa o pacto com Javé. A paz só é possível quando se observam as condições que Deus estabeleceu e que asseguram a justiça e o bem-estar a toda a comunidade. Toda outra pretensão de paz é falsa, e Javé mesmo perturbará essa falsa paz.

Esta múltipla relação entre Javé e seu povo, dentro deste e entre as pessoas e as coisas materiais, que constitui a justiça e a paz, está muito bem ilustrada em uma das mais interessantes leis consignadas no livro de Levítico: a do jubileu. Conquanto a definição da lei não seja precisa, trata-se de um “ano especial”, cada quarenta e nove anos, anunciado a som de trombeta, destinado a restaurar a justiça que as diversas contingências e transações pudessem haver perturbado. Três elementos se percebem clara mente. Em primeiro lugar se propõe

restituir a correta posse dos bens, e para isso toda propriedade vendida deve ser restituída a seu possuidor original (não nos esqueçamos de que a possessão familiar da terra era a base de subsistência da família e que ninguém vendia sua propriedade senão por extrema necessidade). Em segundo lugar se restitui a liberdade pessoal a qualquer que a houves se alienado (escravos). Em terceiro lugar “deixa-se descansar” a terra para que recupere sua capacidade produtiva. E tudo isto é um testemunho de que tudo pertence a Javé e que, portanto, ninguém pode reclamar coisa alguma como posse exclusiva, em detrimento dos outros. Outras medidas tais como o descanso semanal, a remissão das dívidas e o uso comum da produção espontânea da terra cada sete anos complementam o jubileu. Este é o governo de Deus; sobre ele deve basear-se toda a vida do povo.

2) É significativo que, segundo nos dizem os estudiosos, esta lei do jubileu nunca se cumpriu em Israel. As diversas formas de espoliação, de engano, de usura, de corrupção legal e comercial foram estabelecendo-se cada vez com maior vigor. Este é o tema permanente dos profetas. Apoiados no pacto com Deus, que reclama a justiça e a verdadeira paz, denunciam as condições imperantes. Deus — dizem eles — não tolerará a injustiça. O castigo se aproxima. Significa isso que Deus renunciou a estabelecer sua justiça e sua paz, que a ordem representada pela restauração do jubileu há de ficar para sempre frustrada? De maneira nenhuma! O Rei justo realizará seus propósitos de justiça por meio de crises e conflitos, mas sem ceder neles. Porque Deus cumpre sua promessa. Isaías anuncia um verdadeiro rei, que

Deus mesmo há de dar aos homens e que instaurará a justiça. Jeremias fala de “um novo pacto” no qual a boa lei de Deus impregna até o próprio coração de todo o povo. Outros profetas empregam outras figuras. Vão-se esboçando, porém, certos traços desta esperança que nutre a vida de Israel. Deus estabelecerá seu governo e inaugurará uma era de paz.

O alcance deste governo benfeitor de Deus é universal toda a terra, todos os povos o usufruirão. O centro desse governo é o restabelecimento da verdadeira justiça, o que significa a vindicação dos oprimidos, a restituição aos agravados e o castigo dos opressores. Finalmente, a visão do governo divino futuro alcança caracteres totalizadores que abrangem a própria Natureza: haverá abundância para todos, paz na Natureza. Tudo contribuirá para uma era de plenitude humana, interior e exterior, espiritual e material, em íntima relação com o próprio Deus:

A misericórdia e a verdade se encontraram; a justiça e a paz se beijaram.

A verdade brotará da terra, e a justiça contemplará desde os céus.

Javé dará também o bem, e nossa terra dará seu fruto.

A justiça irá diante dele, e seus passos nos porá por caminho. (Salmo 85.)

Para o Novo Testamento não restam dúvidas que esta promessa é a que começou a cumprir-se com o advento de Jesus. Os primeiros capítulos do

evangelho de Lucas re tomam os anúncios proféticos do rei que implantará o governo justo de Javé e os aplicam a Jesus. Maria saúda cheia de alegria o Deus que vem - no menino anunciado - tornar ativa sua misericórdia, desalojar de seu poder os soberbos e estabelecer os humildes e os famintos. Zacarias (o pai de João Batista) o vê como a aurora de um novo dia em que “libertados dos inimigos, o sirvamos em santidade e justiça, sob suas vistas, toda a vida”. O próprio Jesus, ao anunciar seu propósito, fá-lo em termos de um definitivo jubileu, o “ano agradável do Senhor”, em que não só se libertam os cativos e se anuncia a restituição aos pobres, mas também se devolve a saúde, a vista, a alegria. E isto não só para Israel, mas para todos os povos. O governo justo e benfeitor de Deus acaba de chegar: “o Reino de Deus está à mão”. Nele se restauram as condições que a injustiça inverteu. Por isso são “bem-aventurados” os pobres, os perseguidos, os que gemem, os que têm mantido intacta sua fidelidade à promessa de Deus, os que têm vivido como testemunhas da verdadeira paz. Por isso, ai dos que, nesta situação de injustiça, alcançaram satisfação, alegria, riqueza, status - acomodados ao mundo mau e, por tanto, inevitavelmente fora de lugar no Reino!²⁸

3) O Novo Testamento inteiro vê a Jesus Cristo como o rei prometido, o que traz a justiça e a paz de Deus. Sua vinda — seu nascimento, sua vida, sua morte, sua ressurreição. — é o cumprimento decisivo do juízo e da promessa de um governo justo e benfeitor. Mas a visão se estende para uma plena realização desse propósito. E para descrevê-lo, retomam-se as figuras do Antigo Testamento e se

lança mão de outras correntes. Paulo fala, na epístola aos Romanos, de uma angustiosa e inquieta expectativa da criação toda “posta nas pontas dos pés” para contemplar de longe essa libertação total. Em Filipenses, vê pela fé o momento em que toda a criação — o Universo inteiro — verá em Jesus Cristo o rei soberano que fez que o bom governo de Deus se faça visível (a glória) para todos e em todos. Outras passagens, servindo-se da idéia então corrente de que o homem está submetido a poderes sobre-humanos, anunciam que nenhum poder escapou ao triunfo de Cristo — todos agora estão subordinados a ele, submissos a seu justo governo. Efésios vê a História como um caminho mediante o qual Deus conduz as coisas à integração sob o governo de Cristo. E o Apocalipse anuncia “um novo Céu e uma nova Terra”.

Não cabe aqui dilucidar os complexos aspectos desta expectativa — que outros trabalhos dentro desta série não de abordar. Convém, todavia, que recordemos, por sua importância para nosso assunto, que se trata de uma esperança universal — abrange todos os homens -; global - inclui todas as coisas e relações, o pessoal e o coletivo, o privado e o público, o corporal e o espiritual, o secular e o religioso — e definitiva. Este é o horizonte da fé cristã. Sem ele, tudo se desmorona e nada tem sentido.

4) O Novo Testamento tem consciência, por certo, de estar situado em uma curiosa e difícil posição com referência a este fato central do advento do Reino em Jesus Cristo. De um lado, tem a profunda convicção de que a ação decisiva de Deus para instaurar seu governo justo e benfeitor ocorreu em

Jerusalém. Foi um fato irreversível e inalterável. Por isso às vezes se fala como se já estivéssemos no Reino, como se tudo já houvesse mudado. Mas ao mesmo tempo não se ignora que as coisas continuam - visivelmente - como antes, que a rebeldia contra a justiça de Deus continua operando, que este mundo, com suas relações e condições, está aparentemente “em poder do desgoverno do mal”.

Pregadores e teólogos têm lançado mão de diversas analogias para ilustrar esta difícil situação “interina” na qual o cristão vive. Assim como o relâmpago e o trovão constituem um mesmo fenômeno mas o primeiro é percebido antes porque a luz é mais rápida que o som, assim a vitória da cruz e da ressurreição, que a fé percebe no poder do Espírito, se transmite mais lentamente no âmbito denso das instituições e condições do mundo. A mais famosa das analogias é a de uma guerra, na qual a batalha decisiva - a que selou o resultado final - já ocorreu. Mas ainda restam combates a travar, operações de limpeza, e é preciso que o inimigo reconheça que foi vencido e cesse sua estéril resistência. Estas comparações são úteis, mas nenhuma delas chega a dar conta cabal desta situação que é vital para a ética cristã. Toda a vida do cristão se desenvolve entre o triunfo irreversível do governo justo de Deus em Jesus Cristo e sua instauração universal, visível e definitiva, que ocorrerá no final “quando o Senhor aparecer em glória”.²⁹

5) Que comportamento convém ao cristão nestas circunstâncias? Seguir a Jesus é comprometer-se com o seu governo. “Tomar o jugo de Jesus” é o mesmo

que “tomar o jugo do Reino”, expressão de que os rabinos se serviam para aqueles que aceitavam a lei - somente que agora não se trata de uma lei mas do governo que se tornou concreto em Jesus. Isto é, ser cristão é estar comprometido com o Reino. Embora tenhamos de voltar a este assunto no último capítulo, é necessário enumerar o que este compromisso com o Reino significa para o cristão e a comunidade de crentes neste “ínterim” em que vivemos.

Um texto de Paulo traça com insuperável nitidez esse comportamento: “Não se adaptem a este mundo; pelo contrário, transformem-se renovando sua forma de entender e ver as coisas, para discernir qual é a vontade de Deus - o que é bom, adequado ao propósito de Deus, perfeito” (Romanos 12.2). À luz de outras passagens que já vimos, o que se nos diz aqui significa, pelo menos, três coisas:

a) o cristão vive “em esperança”, sabendo que o propósito de Deus não deixará de realizar-se plenamente — sua vida tende para esse futuro certo que foi prometido;

b) o cristão vive desconforme, permanentemente inadaptado e inadaptável às condições de um mundo que não tem reconhecido seu verdadeiro governo;

c) o cristão procura antecipar em meio às condições deste tempo os característicos do governo de Deus que viu em Jesus Cristo e que aguarda em plenitude.

A relação entre a esperança cristã e a ética sempre foi um tema ao mesmo tempo importantíssimo

e delicado. Já Paulo repreende alguns que cruzam os braços, negando-se a cumprir suas obrigações, e justificando-se na esperança da vinda imediata de Jesus Cristo. A segunda epístola de Pedro trata de responder a outros que se sentem desiludidos porque a gloriosa vinda do Senhor e a restauração de todas as coisas “estão demorando”. Na história da Igreja têm-se alternado os que olvidam a esperança da restauração final, e pretendem “construir o Reino” como se fosse obra humana e os que se imobilizam numa espera passiva.³⁰ A verdadeira esperança cristã, não obstante, não é uma coisa nem outra. É como a espera da futura mãe, que aguarda anelante a hora de dar à luz, contudo sabe que a nova vida está em gestação no seu ventre e que, entretanto, se dedica às mil tarefas que preparam esse futuro. Para o cristão, a esperança do Reino, que sabe que Deus já está preparando em nossa História, impulsiona-o a viver e cuidar de criar a classe de vida que espera. E ao mesmo tempo as tarefas diárias o levam a esperar com maior intensidade ainda o advento do Reino.

Este é o quadro total em que o Novo Testamento exorta os cristãos a fazer o bem, a amar. Insistimos: não se trata de atos isola dos de virtude — são atos que já agora cor respondem ao futuro, ações que respondem ao bom governo de Deus que se estabeleceu com Jesus Cristo, ações que se integram no propósito do Criador e Senhor do Universo. Este amor que responde à justiça e à paz, este amor que se vive em meio às relações humanas, este amor que estende ao homem todo e todos os homens, este amor que entra em conflito com toda injustiça — esta é a única conduta que tem futuro.

As condições do combate

Não basta que o cristão “entenda” sua situação. A vida cristã é um combate, um labor diário, um caminho, isto é, uma série de decisões e ações concretas. E tudo isto ocorre em meio a condições dadas, pessoais e sociais, psicológicas, econômicas e sociológicas. A visão do Reino e o compromisso com ele devem relacionar-se com estas condições para ser efetivos. Para facilitar e tornar mais eficaz a ação cristã, a ética cristã tem a responsabilidade de analisar as condições particulares que regem, em nossa sociedade, os diferentes aspectos da vida humana e cuidar de lançar sobre eles a luz da mensagem do Reino. E isto o que intentarão, de maneira mais pormenorizada, outros livros desta mesma série. Aqui tratarei apenas de mostrar, muito sucintamente, alguns aspectos desse trabalho.

1) O primeiro é advertir que o compromisso com o Reino nos introduz inevitavelmente na relação do homem com o homem e dos homens com as coisas. Este triângulo de relações: pessoa-comunidade-coisas é inseparável de toda a ação humana. Não existem ações puramente individuais, nem totalmente impessoais, nem exclusivamente interiores ou espirituais. Até meus próprios pensamentos estão influenciados - como o tem demonstrado claramente a Psicologia moderna — pelas condições orgânicas, pelo estado de saúde, pelas condições ambientais. E estas por aqueles. Relacionamo-nos com outras pessoas por meio das coisas: o que damos, o que recebemos, o que compramos ou vendemos, o que fabricamos ou criamos. E cada uma dessas ações nos

vincula a uma rede de relações. Quem quisesse reservar um “núcleo” interior inviolável, que não fosse alcançado por estas relações, viveria em ilusão. Somos o que somos nesta textura total.

A Bíblia dá por sentado que isto é assim. Por esse motivo se ocupa do homem em seu trabalho, em sua família, em sua comunidade; do homem que come, dorme, trabalha, enferma; do homem sexuado, corporal; do homem pai, filho, súdito ou governante. A tal ponto é assim que, inclusive, a ressurreição e a vida eterna não se apresentam como incorpóreos ou individualistas, mas como um novo corpo e uma nova forma de relações. É por isso que nem a justiça nem a paz se definem em termos puramente espirituais, mas, como temos visto, incluindo as coisas materiais tanto quanto as mais interiores. Mais importante ainda, a Bíblia nos mostra que são precisamente estas relações que se pervertem quando reina a injustiça e a desordem. É a este fato que devemos a inquietante unanimidade dos profetas e de Jesus em condenar a riqueza e os ricos.

Tem-se debatido muito se se trata da “possessão” das riquezas ou do “amor” a elas o que se condena. A discussão parte de uma separação à qual a Bíblia mais realista do que nós outros — não dá maior importância. Nas condições concretas de nosso mundo - diz-nos - a riqueza é a manifestação de uma relação injusta dos homens entre si e com as coisas. Nela, os bens que foram dados por Deus para desfrutarem se constituem em coisas para possuir. Com elas começamos a considerar o próximo como alguém de quem podemos dispor — comprar e vender. As

“possessões” se transformam no segredo de todas as nossas relações e possibilidades e por isso depositamos nossa confiança nelas: vendemo-nos a elas. A tal ponto que as fazemos nosso deus. E não se pode servir a dois senhores: a Deus e às riquezas. Por isso, aquele que ingressa no Reino verdadeiro deve passar pela prova de desprender-se dessa falsa relação. Esse é - e não um ascetismo que proibiria gozar das coisas materiais - o motivo da exaltação da pobreza em todo o Novo Testamento.

Uma pessoa rica pode ser pessoalmente muito boa e ser possuída das melhores intenções. Não obstante, se não toma ativa mente sua parte na luta por uma melhor justiça para todos - ainda que prejudique seus interesses - a boa intenção não supre essa responsabilidade. Não basta que Zaqueu se converta: deve restituir o que furtou. Não basta que o jovem rico obedeça aos mandamentos e queira seguir a Jesus: deve vender o que tem. A ética cristã não é uma ética de boas intenções apenas, porque não se preocupa exclusivamente com a condição interior do homem mas com o bem-estar total de todos os homens. De pouco valem as intenções se não logram efeitos positivos para o bem comum. E mais, a Bíblia sabe muito bem que os homens somos hábeis em fabricar pretextos para não reagir à necessidade do próximo. A distinção entre a posse da riqueza e o amor a ela tem sido uma das mais difundidas escusas para justificar a falta de responsabilidade pela injustiça e a acumulação irresponsável de riqueza por parte de muitos cristãos.

Mesmo a análise mais superficial põe às claras que esta perversão das relações do homem com os homens e com as coisas está na raiz da crise atual. As condições de posse da terra e dos bens, de controle dos recursos e da produção, de administração dos recursos privados e públicos, de trabalho e desemprego, tanto no campo internacional como em nosso país e continente, parecem feitas sob medida para ilustrar os característicos do que Jesus condena sob o nome de “riqueza”. E seu efeito sobre a vida humana está à vista de quem tenha olhos para ver. É nesta realidade onde o cristão é chamado a viver sua fidelidade ao governo justo e benfeitor de Deus.

2) Não basta dar-nos conta de que estamos envoltos em uma trama que inclui a relação com nosso próximo, pessoal e coletivamente, e com as coisas. É necessário ver que essa trama está configurada por diversas estruturas, instituições e ordenamentos. A riqueza, o poder, a injustiça, não são apenas resultado de egoísmos, corrupção ou ambição pessoais, mas estruturas e combinações de estruturas. Por outro lado, a justiça, o bem-estar, a paz, tampouco podem ser alcançados mediante esforços pessoais ou isolados, mas mediante as estruturas e instituições que lhes dêem existência real e permanente. Quando o profeta responsabiliza os “pastores” - os governantes, a classe sacerdotal e outros grupos de funcionários - pelas condições do povo, reconhece esse caráter estruturado da existência humana. E como vimos, é muito provável que o conceito moderno de estruturas — econômicas, políticas etc. — seja a tradução mais apropriada do que Paulo chama

“potestades”, “principados”, que não de reconhecer a soberania de Cristo.

Pretender amar o próximo à parte de sua situação em meio a estas estruturas revela, se não hipocrisia, pelo menos uma ingenuidade incompatível com a seriedade que o cristão deve colocar a serviço de sua fé. Quase qualquer problema concreto de nosso próximo que olhemos com certa detença nos mostrará, de imediato, sua relação com estas estruturas. Quantos problemas pessoais e familiares se tornam insolúveis nas condições de ajuntamento em que grandes setores da classe trabalhadora e média inferior se vêem obrigados a viver? Quanta insegurança, rebeldia estéril e desperdício de potencialidades jovens têm como causa uma inadequada relação familiar nascida de uma situação em que os pais devem fazer frente a um emprego — quando não dois — cada um deles? Como resolver o problema da moradia quando os consórcios que monopolizam seu financiamento cobram duas ou três vezes seu valor, quando mais da metade do dinheiro que se investe na construção é dedicado a residências de luxo que só uma minoria pode pagar, quando os próprios bancos oficiais fixam custos maiores do que os reais e por conseguinte prestações inacessíveis ao povo, quando o único dinheiro que se pode conseguir é o dos agiotas? Que sentido tem o chamado “aumento da renda percapita” em um país quando três quartos desse aumento vão parar nas mãos de uma minoria - às vezes dois ou três por cento da população - de modo que os ricos são cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres? Como assegurar os benefícios dos maravilhosos progressos nas ciências

médicas quando a atenção médica é, para a maior parte do povo, um luxo — uma simples intervenção cirúrgica significa de três a cinco meses completos de um salário corrente? Não significam que nada valha o esforço pessoa!. Não significam, tampouco, que todos os problemas humanos se resolveriam automaticamente se estes que mencionamos desaparecessem. Significam, porém, que a regulamentação adequada da relação do homem com seu próximo e com as coisas, que é parte essencial do propósito de Deus, se vê afetada por mecanismos e instituições que não são puramente pessoais.

Tudo isto é tão mais claro hoje quando a convivência humana se tornou muito mais estreita e as relações mais complexas. Em uma grande cidade onde a luz, a água, o transporte, o trabalho, a recreação, a educação têm de estar “organizados”, os que controlam essa organização têm em suas mãos a vida dos homens. Não somente podem de terminar-lhes as condições materiais de vida mas ainda, mediante a propaganda, penetram em seus pensamentos e sentimentos. Como poderia uma pessoa interessada em uma vida humana justa e boa prescindir do uso de semelhantes poderes, ser indiferente à forma em que se “organiza” a vida do próximo? Que classe de “amor” seria o que assim procede? Não seria a forma moderna do que Tiago já ridicularizava em sua epístola: “De que adianta, se algum de vocês, ao ver um irmão ou uma irmã desnudo ou com fome, lhe diz: ‘Vá em paz, aqueça-se e coma’, e não lhe dá o de que necessita para seu corpo?” A ação do amor, entendida em termos do Reino, leva necessariamente, e hoje mais do que

nunca, a atuar no âmbito das estruturas e instituições da sociedade.

Acercando-nos da ação

Nosso problema agora é como integrar em decisões concretas a visão da totalidade, a ação do amor e as estruturas do mundo contemporâneo. Temos feito certas distinções com propósitos de estudo, mas a vida não se apresenta assim, nem a vida de meu próximo nem a minha própria. Em cada momento me acho envolto nesta problemática. E por isso devo voltar à pergunta inicial de nosso estudo: que fazer?

1) Uma atitude inteligente e responsável exige que distingamos diferentes “níveis” de ação do cristão, cada um deles importante em sua medida, que não devem, contudo, confundir-se nem excluir-se:

a) O nível de ação pessoal. Cada um de nós se relaciona com pessoas mediante o trabalho, a vizinhança, a família, a recreação, a educação. São pessoas com problemas, necessidades, anelos, angústias — e que, por conseguinte, reclamam consolo, ajuda, conselho, atenção, correção, e (junto com todas estas coisas, mas também diretamente e explicitamente) o testemunho da fé. A consciência de que esta esfera de serviço pessoal não resolve todos os problemas não pode eximir-nos de tomá-la a sério. A ajuda que se proporciona a uma pessoa não resolverá o problema de outras mil às quais a estrutura da sociedade abisma na mesma situação. Mas para o

cristão as pessoas não são substituíveis, não são cifras. E esta pessoa a quem, em alguma medida, posso servir, é a face concreta de Jesus Cristo que me sai ao encontro e ao qual não posso voltar as costas sem trair minha fé.

b) O nível da ação organizada. Cada uma dessas relações que mencionei me envolve em estruturas institucionalizadas: o sindicato, as organizações da vizinhança, o clube, a cooperativa escolar, e de forma indireta as organizações políticas, culturais etc. É muito importante não reduzir estas relações institucionais a meras “ocasiões” para dar um bom testemunho pessoal. O propósito que perseguimos nelas relaciona-se com a própria finalidade das instituições, com o âmbito da vida humana no qual devem assegurar a “justiça” e a “paz” que Deus quer: o campo trabalhista, econômico, cultural, de governo. Urna boa ação cristã será, neste sentido, a que mais eficazmente logre no campo que cabe a esta instituição, a qualidade de vida que Deus deseja para o homem. A bondade de seu ato será bondade política, econômica, cultural - não simplesmente a qualidade de honestidade ou pureza pessoal. Ou, para dizer melhor: ser honesto e puro em política ou economia é realizar uma ação política ou econômica eficaz para os homens.

Estas últimas frases não devem ser entendidas em termos de um divórcio entre o pessoal e o social. É a mesma qualidade de existência que o Evangelho reclama para o âmbito privado e o público. Todavia, é necessário fazer, pelo menos, três observações. A primeira é que a honestidade e a pureza pessoais não

são “jóias” para adornar o indivíduo, porém modos de comportar-se em relação com os demais, maneiras de criar a confiança mútua, a limpeza de relações, o clima de saúde física e mental em que a comunidade pode desenvolver-se adequada mente. Em segundo lugar, e como conseqüência, a prática dessas virtudes deve levar em conta a condição e a necessidade real do próximo. Por isso o Apóstolo exorta, por exemplo, a “dizer a verdade em amor”. Ou lembra aos esposos que não devem fazer de seu ascetismo devocional (períodos de oração com abstinência de vida sexual) ocasião de tentação ou tropeço para o cônjuge (1 Coríntios 7.1-7). O bem do próximo ou da comunidade pode exigir uma medida drástica e dolorosa. Mas pretender praticar a “honestidade” ou a “pureza”, doa a quem doer, sem considerar a conseqüência de nossas ações, está muito longe de ser um comportamento cristão. Finalmente, está a complexa questão de meios e fins que comentaremos no próximo capítulo. Não é verdade que o fim justifique os meios. Tampouco, porém, é lícito prescindir da eficácia dos meios com relação ao fim: uns e outros devem ser submetidos ao serviço do propósito de Deus para a vida humana.

c) O nível de ação da comunidade cristã. Mencionamos, neste ponto, um dos aspectos hoje mais confusos e disputados da ética cristã: o que compete ao cristão pessoalmente, ou em colaboração com pessoas de outros credos ou ideologias, e o que compete à ação da Igreja como tal. De um lado, devemos compreender que a Igreja tem um centro específico: o anúncio de Jesus Cristo, a mensagem do Reino que veio e que há de realizar-se e que convida os homens a confessarem a Cristo e se

comprometerem em seu Reino. De outro lado, também devemos compreender que esse Reino a tudo e a todos abrange — nada há que lhe seja alheio. A medida de participação na ação concreta só a Igreja pode decidi-la em momento e situação particulares. Para isso conta com o testemunho bíblico e a presença do Espírito para guiá-la. Também lhe cabe tomar em conta que a comunidade de fé pode expressar-se de diversas maneiras: por pequenos grupos vocacionais dentro dela, por entidades ou iniciativas de cooperação, e também como um todo. Talvez um critério geral útil é que a ação é tanto mais própria da Igreja como comunidade total dos crentes quanto mais explicitamente esteja vinculada à proclamação de Jesus Cristo; e que o cristão há de buscar a mais ampla cooperação com todos os seres humanos que seja possível quando se trata de ações e estruturas gerais. Mas esta formulação já deixa claro que a Igreja pode ver-se obrigada a tomar a iniciativa em coisas muito “seculares” que a comunidade maior não percebe ou não quer executar, e que são necessárias ao homem. Todo este campo merece, não obstante, um estudo mais amplo, que em outra oportunidade se oferecerá.³¹

2) Falamos de “uma atitude inteligente e responsável”. Não se trata de simples adjetivos mas de condições de toda ação cristã. É bem certo que às vezes as decisões nos surpreendem; a vida nos obriga a atuar freqüentemente sem maior reflexão. O cristão deve sentir a liberdade e a confiança de agir valentemente em tais situações. Todavia, essa ação “espontânea” será madura e digna se se enquadra em uma vida alimentada pela reflexão, pelo esforço por

compreender tão bem quanto me seja possível as condições e exigências que como cristão me cabem. Isso é amar ao Senhor com toda a vontade e energia — mas também com toda a inteligência e entendimento. Uma reflexão ética responsável requer, pelo menos, quatro momentos ou aspectos:

a) O aprofundamento do testemunho bíblico com respeito ao problema ou aspecto particular de que se trate. Já vimos que não se trata de uma legislação que se aplique mecanicamente a qualquer situação, mas de “paradigmas” que nos ajudam a descobrir a vontade de Deus. Mas o cristão não conseguirá alcançar uma atitude positiva e crítica, ao mesmo tempo, em relação à sociedade na qual vive se não aprofunda esses paradigmas bíblicos. Hoje se discute, por exemplo, veementemente, a questão da propriedade: privada? pública? estatal? cooperativa? Seria ridículo pretender resolver com um texto bíblico estes dilemas. Mas uma consideração do conceito bíblico de propriedade — a quem pertencem as coisas, como utilizá-las, quais são os critérios de alienação e posse — com forme se mostra na lei, nos profetas, nos ensinamentos de Jesus e de Paulo, na Igreja primitiva nos impediria de cair vítimas da propaganda dos que desejam simplesmente fazer-nos aceitar um sistema como se fosse de origem divina. E ao mesmo tempo nos permitiria introduzir perspectivas novas para resolver os problemas reais.³²

b) A consideração da comunidade cristã — a Igreja — passada e presente. Não somos nós os primeiros a ler a Bíblia e buscar a direção do Espírito Santo: a Igreja o vem fazendo por vinte séculos. E se

é certa a promessa de Cristo, o Espírito não tem estado ausente dessa busca. Não há problema humano sobre o qual a tradição da comunidade cristã não lance luz significativa. É certo que tal tradição não é absoluta: têm sido cometidos graves erros éticos. Todavia, a mais graves erros se expõe ainda quem pretenda - com soberba que nada justifica — constituir-se em árbitro inapelável da verdade. Ao mesmo tempo, como cristãos, formamos parte de uma comunidade presente, que vai desde a congregação e grupo local, dos quais participamos, até à totalidade das igrejas no mundo. Em concreto, a reflexão ética inclui a consulta a meus irmãos em Cristo que se acham em torno de mim, a consideração do ensino de minha Igreja, os significativos pronunciamentos éticos das demais Igrejas cristãs e do movimento ecumênico. Minha consciência é livre perante Deus. Mas a consciência se forma, por sua vez, pelas influências e vozes que a rodeiam. Expor minha consciência à voz da Igreja do passado e do presente é uma das formas de obedecer ao mandato e usufruir a promessa daquele que disse que “onde dois ou três se reunirem em meu nome” ali estaria ele.

c) A análise da problemática atual no assunto correspondente. Quais são as verdadeiras condições? Em que se assemelham a outras nas quais a Igreja elaborou determinadas normas de comportamento, e em que diferem delas? Quais são as causas? Que mecanismos operam? A Igreja sempre sentiu, por exemplo, que tudo quanto se relaciona com o casamento e a família é de fundamental importância e que o Evangelho tem muito que dizer a respeito. Muitas das leis que imperam em nossas legislações

têm sido influenciadas, neste aspecto, pela fé cristã. Hoje todos percebemos os grandes problemas que se enfrentam. Bastará repetir mecanicamente as normas elaboradas no século primeiro, no quarto, no décimo ou no décimo sexto? Um simples estudo nos mostrará que essas normas estavam relacionadas com as condições sociais, econômicas, trabalhistas, habitacionais, educacionais dessas épocas. Pretender que a família funcione hoje como quando a mulher não podia receber instrução, quando toda a família trabalhava em casa, ou quando o jovem se encontrava só com as pessoas de seu bairro, seria não somente absurdo mas desumano, completamente alheio a um verdadeiro amor. Mas o cristão tampouco aceitará simplesmente “o que se faz hoje”. Quando uma avalanche de problemas - verdadeiros e falsos — se desencadeia em torno do casamento e da família: relações pré e extra-matrimoniais, matrimônio de prova, divórcio, controle de natalidade, o cristão tem a dupla obrigação de revisar cuidadosamente a mensagem bíblica e de examinar por dentro a verdadeira natureza dos problemas atuais.

d) A escolha entre as opções possíveis. O estudo não é fim do caminho: o cristão é chamado para a ação. Sua busca é a de um curso de ação eficaz. Que alternativas existem? Quais as conseqüências de cada uma delas? Que grau de cooperação posso obter para a realização das melhores dessas alternativas? Quais as possibilidades de êxito? Uma solução pode parecer ideal, mas a sua concretização é tão inverossímil que seria falta de responsabilidade pretender alcançá-la - seria como cruzar-me os braços. De outro Fado, uma solução

pode ser de longo alcance e custosa, mas tão importante para a vida humana que é necessário empreender o longo caminho, ainda sabendo que talvez não vejamos o fim. De quando em quando é preciso colocar remendos sabendo que não vão durar muito; outras vezes é preciso deixar que a velha casa seja derrubada, reunidos os materiais e se preparem projetos para uma nova - sem olvidar jamais os que ficarão sob a intempérie no caminho.

Tudo isto pode parecer muito complicada. Mas o discipulado de Jesus Cristo tem precisamente esta condição: porque oferece tudo — uma nova vida, livre, cheia de gozo, eterna — reclama tudo, O mais simples dos seres humanos nada fica devendo, por maiores erros e tolices que cometa. E o mais capaz dos homens não pode omitir esforço algum. O que temos tratado de ilustrar é um caminho, o caminho do discípulo do Reino em meio a condições deste mundo. Todos caminhamos por ele, na medida de nossas forças, mas na confiança e no poder do Espírito, Santo.

5. Bem-aventurado os que fazem

UM VISITANTE perspicaz assinalava, há vários anos, a situação paradoxal da Argentina, país dotado de abundantes recursos naturais e humanos e que parecia, não obstante, presa de uma estranha paralisia que o impedia de projetar-se para um futuro mais pleno. Suas palavras ainda soam com total atualidade: "O argentino é um homem admiravelmente dotado que não se rende a nada, que não submergiu irrevogavelmente sua existência em uma coisa distinta dele." Está fazendo falta à Argentina "uma minoria enérgica que suscite uma nova moral na sociedade, que chame o argentino a si mesmo. . . e o force a viver verdadeiramente, a brotar de sua riqueza interior em vez de manter-se em perpetua deserção de si mesmo". Outros têm observado, também, o cepticismo que campeia em muitas manifestações populares e do qual se tornam eco canções populares: "O mundo foi e será uma porcaria", "Se sou assim, que vou fazer?", ou em frases cínicas: "O que se mete a redentor sempre sai crucificado." "Neste país não se pode fazer nada!", e muitas outras.

Embora este fenômeno pareça muito acentuado na Argentina, a disposição de ânimo que manifesta é um fato universal: é a fadiga e o cinismo que resultam do caráter aparentemente refratário da realidade humana, que parece não responder ao esforço ético. A Europa de pós-guerra o qualificou de niilismo. Alguém reuniu alguns de seus lemas: "Não há sentido em

ocupar-se de grandes causas. Não dão resultado algum e no final alguém paga os pratos quebrados." "Talvez algum dia as coisas melhorem, mas quando?" "A única coisa que importa é manter-se flutuando." Certas formas de filosofia parecem desembocar na mesma posição. E a própria Bíblia não desconhece esse aspecto da experiência humana: o livro de Eclesiastes está todo impregnado do sentimento de inutilidade de todo esforço humano. "Vaidade de vaidades: tudo a vaidade." E mais gravemente ainda, toda a literatura apocalíptica, do Antigo e do Novo Testamentos, prognostica um incremento do mal que, longe de ir-se desvanecendo, vai reunindo suas forças até à batalha final. Do outro lado dessa batalha está a vitória definitiva do Reino, mas do lado de cá não há progresso senão crescente injustiça, opressão, destruição e engano.

Em face de tudo isto, não é insensato perguntar-se: tem sentido a ação moral? Não estarão mais certos os que vêem este mundo e sua história como um lamentável episódio que é necessário vencer o melhor possível para ingressar noutra melhor - se se tem fé - ou como a última refeição do condenado à morte, que há de ser desfrutada da melhor forma que possa, mas que carece de sentido e futuro? É significativo que nem o Eclesiastes nem o Apocalipse, com sua visão céptica ou trágica do mundo, concluem em futilidade ou cinismo. O primeiro conclui com uma exortação a viver sabiamente. O segundo, a perseverar porfiadamente no bem e na fidelidade. Como é isso possível? Que significado tem a ação ética? Que espera alcançar? Que pode alcançar?

Nem cinismo nem otimismo ingênuo

As perguntas que formulamos no parágrafo anterior nos obrigam a recordar o panorama da história humana que esboçamos no capítulo precedente. O ponto de vista cristão acerca da história humana é dramático. Não se trata de um progresso automático que conduza harmonicamente a um estado ideal. O homem não é um ser inocente ou simplesmente racional a quem basta ensinar e colocar na senda do bem para que se dirija, naturalmente, a seu bom destino. Nem sequer o cristão está livre do poder destruidor e sedutor do mal. A História, pelo contrário, é o campo de combate do propósito bom e saudável de Deus e das forças de destruição, do caos, da opressão, da antijustiça, da antipaz. E o cristão conhece essas forças porque experimenta cada dia, em si mesmo, esse combate, do qual nunca sai, nesta vida, definitiva e totalmente vencedor.

O resultado final desse combate não está em dúvida. O que o mal já não pôde fazer - derrotar o propósito de Deus retendo na morte a Jesus Cristo - não mais o poderá fazer. Sua sorte está lançada. O mal não tem futuro. Neste sentido a fé crista é total e irrevogavelmente otimista. Mas essa vitória não é visível de imediato nem experimentável: é objeto de fé, de confiança e da ação que se atreve a basear-se nessa confiança, a viver em termos do Reino vindouro. Esta situação, que exemplificávamos no capítulo anterior com algumas figuras; constitui o marco de referência do cristão. Nem cinismo nem otimismo iluso, mas realismo e esperança: consciência da luta, sobriedade na apreciação das próprias possibilidades

e segurança inquebrantável na promessa.

Assinalávamos no capítulo anterior três conseqüências desta situação. A atitude do cristão caracteriza-se pela esperança, pela inadaptação ao estado atual de coisas e pela antecipação do futuro. É necessário sublinhar dois aspectos destas indicações.

1) Mais de uma vez tem-se dito que a esperança cristã na vida eterna ou em um reino vindouro mina os esforços por mudar as condições deste mundo. Por um lado, o cristão se concentra nas coisas por vir, olvidando ou menosprezando as presentes. Ausenta-se do mundo, afetiva e psicologicamente, e lhe diminui o esforço. Sua "cidadania" está em outra parte e considera este mundo como um simples lugar de passagem ao qual há de dispensar a mínima atenção possível. Por outro lado, convencido de que a única coisa perdurável é a alma, desinteressa-se dos problemas de ordem social: a figura do crente que fala de religião a um homem faminto é quase um clichê na denúncia dessa ultramundanalidade. Finalmente, a Igreja tem mantido o povo em submissão, exortando-o a obedecer e continuar submisso as condições mais intoleráveis, com a promessa de que "em outra vida" seria recompensado por suas desventuras. A esperança do Reino e a vida vindoura seriam, pois, os inimigos da presente ação ética.

Devemos admitir com toda honestidade, e com pesar, quanto há de verdade nas acusações aos cristãos. As críticas que foram mencionadas têm veracidade suficiente para levar-nos à reflexão e ao arrependimento. A consciência de que assim é, cala

cada vez com maior profundidade no povo cristão. Muitas igrejas têm reconhecido publicamente sua cegueira e inércia, sua debilidade na luta por uma vida melhor para o homem, seu injustificado menosprezo pela vida corporal e terrenal. Ao mesmo tempo, o pensamento teológico tem estado redescobrimdo a importância do corporal e terrenal no pensamento bíblico. Percebemos que aquilo a que chamamos de estreitamento individual e estreitamento espiritualista, no capítulo anterior, são deformações do pensamento bíblico. Além do mais, os estudos bíblicos nos mostram que a idéia de imortalidade da alma - com seu conseqüente desprezo pela vida corporal já no presente - é alheia ao testemunho da Escritura. A visão cristã do futuro contempla "um novo Céu e uma nova Terra", uma ressurreição corporal (se bem que com uma corporalidade distinta da presente), em síntese, uma vida futura concreta e comunitária - alguns diriam inclusive temporal - e não o descarnado mundo de almas que tantos estragos tem feito na consciência moral crista.

A consciência desta falha tem levado alguns cristãos a menosprezar a importância da esperança cristã, ou simplesmente declara-la irrelevante. Diz-se que não interessam a vida futura nem o mundo por vir; o que o cristão deve fazer é simplesmente ocupar-se em melhorar o presente, viver em amor sua vida terrenal. O demais é especulação, ou não interessa. Parece-nos que esta atitude é igualmente equivocada, tanto do ponto de vista da interpretação da fé cristã quanto do ponto de vista da ética. Pelo contrário, parece-nos que só uma adequada consideração da esperança cristã provê a visão, o estímulo e a

fundamentação de uma ética verdadeiramente ativa e transformadora. Sem entrar em profundidade neste tema, gostaríamos de fazer duas breves observações.

a) Foi um marxista, Ernst Bloch, quem assinalou nos últimos anos, com brilho singular, a importância ética do "princípio da esperança" que tem suas raízes na herança hebreu-cristã.³³ Não nega que, transformando em especulação metafísica ou em magia sacramental - não nos esqueçamos de que sua visão não é a de um crente - teve conseqüências negativas. Mas insiste em afirmar que nessa visão esperançosa do futuro reside a força motivadora de uma verdadeira vocação revolucionária. A esperança do Reino, parece-nos, é uma dinâmica geradora de transformações na sociedade enquanto mantém ante os olhos do crente a visão de um mundo novo onde hão de reinar a verdadeira justiça e a verdadeira paz, visão essa de plenitude total da qual falamos anteriormente. Quem haja tornado consciência profunda dessa visão não pode conformar-se com nenhuma situação existente. Como o expressou belamente um teólogo contemporâneo: "O agulhão do futuro punge a carne de todo presente não cumprido." O cidadão do Reino por vir é, portanto, um "rebelde" em qualquer situação estática. Sua atitude é permanentemente "revolucionária" enquanto olha criticamente toda ordem social, medindo-a à luz do Reino que aguarda. Esta desconformidade não é, não obstante, anárquica - uma simples rebeldia destruidora - porque a visão do Reino proporciona normas da classe de sociedade que buscamos. O metro para medir toda sociedade, e portanto a visão para transformá-la, é dado na índole de vida, de relações,

de condições do Reino que esperamos.

Esta realidade aguardada não é, para o crente, apenas futuro. Experimentou-a como vida nova, como liberdade e gozo, em sua própria vida. Embora essa experiência seja agora limitada e imperfeita, é, não obstante, real. O "novo" não é, para ele, uma simples utopia: o novo lhe aconteceu. O crente conhece a Deus como quem é capaz de criar coisas novas, de abrir portas aparentemente fechadas, de superar as barreiras da própria morte. Esse poder, do qual vive, sabe-o universal e soberano. E, por conseguinte, pode atrever-se a "jogar a vida" por coisas que ainda não são, realidades que parecem impossíveis mas que o cristão sabe que correspondem ao Reino cuja poderosa presença em Jesus Cristo ele pré-gostou já em sua própria vida na comunidade de fé. A experiência da salvação, longe de ser um narcótico, é um estimulante: o cristão não pode conformar-se com menos que a plenitude da vida "da qual sentiu o gosto". E essa plenitude significa a transformação de todas as coisas segundo o governo justo e benfeitor de Deus.

b) Que dizer acerca da vida eterna, a confiança repetidamente expressa no Novo Testamento de que quem morre em Cristo não fica separado de sua comunhão? Dissemos que a idéia de imortalidade da alma não é especificamente cristã. É cristã, sim, a afirmativa da continuação da vida pessoal além da morte. Não é esta uma espécie de compensação que debilita para a luta nesta vida? Embora tenhamos de reconhecer que o tem sido para muitos, especialmente por causa de uma falsa interpretação de seu

significado, parece-nos que pode ser o mais poderoso estímulo para a ação.

Por fé, o cristão deixou sua morte para trás; nessa medida, não tem por que esforçar-se em assegurar a vida; há, portanto, uma disponibilidade que não se deixa limitar pela ameaça que em outras circunstâncias parece insuperável - a morte. O cristão pode arriscar a vida. Muitos o têm feito (nem sempre pelas melhores causas!). Também o têm feito não-cristãos, movidos às vezes por um amor que os crentes não podemos deixar de admirar e de louvar a Deus por ele. Trata-se aqui, não obstante, de tomar consciência da liberdade de entrega dos que sabem que "nem a morte... pode separar-nos do amor de Deus que está em Cristo". A força deste argumento não há de ser provada em discussões mas nas vidas cristãs que realmente se exponham - o nome de Martin Luther King vem de imediato à memória - para alcançar uma vida melhor para os demais.

Todo processo de transformação social, inclusive os chamados "não violentos", é custoso: há pessoas que se sacrificam para alcançar os níveis de desenvolvimento e industrialização que permitam uma vida melhor a gerações futuras. É elementar que tais sacrifícios só podem ser exigidos quando se exige com justiça - para todos. Os cristãos deveriam demonstrar sua "disponibilidade" sendo os primeiros a superar inclusive o exigido, a pagar de si mesmos - de sua comodidade, de suas posições, de seu trabalho, de sua própria vida - o preço da transformação. Há mais, porém: o sacrifício exigido dos que não podem compreendê-lo, dos que não conheceram outra vida

senão a dor, a pobreza e, finalmente, a morte. É difícil ver como um simples apelo em favor do bem-estar de gerações futuras, da solidariedade com a raça ou a classe ou a nação possa responder adequadamente a esta pergunta, a menos que se dissolva a existência pessoal em um mero coletivismo, ao qual apenas resta sentido humano. Quando Dostoiewsky - sem dúvida um homem a quem não se pode tachar de reacionário - diz que todas as conquistas sociais do mundo não podem compensar uma lágrima de uma criança, dá expressão a uma realidade moral profundamente humana e cristã. Não há compensação por uma existência pessoal; não é simplesmente um "custo" que se possa compensar com outros "lucros". Só uma fé que transcende a morte pode assumir responsabilmente a terrível decisão de transformações indispensáveis, porém custosas. Compreendemos que este é um argumento perigoso, facilmente tergiversável. Mas ao mesmo tempo nos parece um elemento ético decisivo em toda consideração da realidade em que vivemos.

2) As últimas observações já introduziram o tema do sofrimento inerente à ação ética. Para o cristão este é um fato inevitável e significativo. Suas raízes se aprofundam na própria natureza da vida cristã e sua relação com Jesus Cristo. Ser crente significa, com efeito, participar no movimento do amor que trouxe Jesus Cristo a compartilhar a vida humana, esvaziando-se de seu poder e glória, assimilando-se à fragilidade, à tentação e inclusive à culpa dos homens, e, finalmente, rendendo sua vida na cruz. Não é uma simples "imitação", mas a participação na sorte do amor solidário, o único que realmente pode criar a

possibilidade de nova vida para o homem. Por isso Paulo não vacila em mencionar seus próprios sofrimentos, tanto interiores e espirituais quanto materiais, como sua participação no "que ainda resta por preencher nos sofrimentos de Cristo". Não que falte algo ao que Cristo fez, e, sim, que ele abriu uma forma de servir aos homens na qual o Apostolo entra, pagando o preço, ou como diz o próprio Jesus, "tomando sua cruz".

Não é qualquer sofrimento que tem este caráter: trata-se daquele que surge de assumir a responsabilidade pelos outros em amor, do ato de dar-se: "Ninguém tem maior amor do que este, que alguém de sua vida por seus amigos" - ou como bem o comenta Paulo, - por aqueles aos quais ama, contudo ainda se consideram seus inimigos. É o sofrimento imerecido que vem emparelhado com o serviço. Por que há de ser assim? A resposta é muito simples: vivemos em um mundo que voltou as costas ao amor, o mundo da injustiça, o mundo que aceita as pautas e normas do anti-Reino. Quem pretenda (cristão ou não!) introduzir em sua vida e ação a forma de vida que corresponde à verdadeira Humanidade, a justiça e a paz do Reino, andarás inevitavelmente "na contramão", contra a corrente, "intoleravelmente". O mundo velho ressentido-se da presença deste corpo estranho e luta por eliminá-lo. Às vezes o consegue - e então o cristão alcança a consumação de sua solidariedade com Cristo: ser "testemunha até o sangue".

Devemos cuidar de entender bem o que está em jogo aqui. Não se trata da autoflagelação que encontra

no sofrimento um fim em si mesmo, com supostos resultados meritórios ou de purificação. É que ser discípulo e alistar-se em um conflito que se avoluma, por mais que seu resultado já seja evidente a fé. Compartilhar a sorte do Capitão, "ser achados dignos de sofrer com Cristo" e "por ele", de colocar corpo e alma, a vida inteira, a seu lado no combate, é o maior gozo que possa ter o soldado. Compartilhar a vitória, participar no cortejo triunfal não é um fato isolado, que se "compra" com o sofrimento anterior; é parte daquela mesma participação, de haver-se feito um — não de haver sido feito um — com o Senhor. E a vitória e o cortejo triunfal constituem o triunfo último do propósito de amor, a consumação do Reino do qual depende a esperança de todos — vencedores e vencidos. O triunfo final de Deus não é outra coisa senão o bem dos homens. Por Ele, com Cristo, o crente estará cheio de gozo por pagar o preço.

A relatividade e a promessa da ação

Devemos voltar brevemente às perguntas com as quais iniciamos o capítulo. Vale a pena esforçar-se? Já vimos que o cristão evita tanto um cinismo paralisante quanto um otimismo ingênuo. A visão do Reino, a segurança da vida eterna impedem-no de criar ilusões acerca do que sua ação pode obter ao mesmo tempo que o impulsionam a lograr o que efetivamente seja possível em direção ao Reino. Isto significa, necessariamente, ações incompletas e imperfeitas. Pode-se, em consciência, praticar tais ações? Que relação têm com o Reino?

Toda ação que praticamos tem um duplo efeito: de um lado mostra aos demais, revela-lhes o que somos; de outro, obtém certos resultados. Um pedaço de pão dado a um faminto manifesta meu interesse por ele e lhe sacia a fome. Tanto o caráter demonstrativo quanto o eficaz de um ato têm importância: um ato puramente demonstrativo, que não se preocupasse com o resultado efetivo da ação, seria, finalmente, uma mentira; do contrário, seria impessoal e inumana. A medida de efetividade e demonstratividade de uma ação varia segundo os casos. Mas ambas as coisas estão limitadas por vários fatores. O primeiro se constitui de meios disponíveis: tempo, dinheiro, influência, estruturas e outros. Posso utilizar alguns, criar outros. Mas em qualquer caso, dependendo desses meios. Seria bom, talvez, que todo jovem tivesse educação secundária e universitária. Mas os países latino-americanos não podem fazê-lo — ainda quando concentrem nisso todos os seus recursos. Seria desejável que as classes escolares fossem de grupos de 10 a 15, atendidos por professores que pudessem consagrar-lhes tempo integral. Tal coisa, porém, está fora de alcance de nossa sociedade. Empregar os recursos em uma atividade significa diminuí-los em outra quando não podem ser aumentados. Há medidas de emergência que devem ser tomadas até que se possam realizar transformações mais fundamentais. Este tipo de limitações nós as experimentamos na vida pessoal tanto como na vida em sociedade. Só posso executar e demonstrar o que permitem os meios a meu alcance.

Minha ação está igualmente limitada por meu conhecimento. O que será melhor a longo prazo:

permitir que meu filho falte amanhã à escola para evitar a compulsão e rigidez que tanto mal têm causado a alguns, ou exigir dele que compareça para ajudá-lo a compreender a disciplina inerente a uma vida verdadeiramente humana? Aqui devo pôr em jogo o que sei acerca de meu próprio filho, de seus característicos e motivações, o que conheço de psicologia da pessoa, o que posso antecipar da classe de vida e contribuição humana que lhe caberá. É tão imperfeito meu conhecimento destas coisas todas! Se devesse adiar minhas decisões até que tivesse um conhecimento cabal de todos os fatores, condenar-me-ia à esterilidade. Sempre atuamos um pouco às cegas.

Finalmente, estão minhas próprias motivações: estou ajudando esta pessoa a resolver seu problema matrimonial porque tenho verdadeiro interesse nele ou porque me agrada a sensação de poder e domínio de ter em algum sentido sua vida em minhas mãos? Castigo meu filho por amor ou por despeito? Integro-me na luta em prol de reivindicações ou transformações sociais por amor do Reino ou por algum ressentimento? Muitas vezes percebemos a ambigüidade de nossas motivações, inclusive sua hipocrisia em certos casos. Outras vezes não estamos conscientes desse fato. Mas essa duplicidade ou complexidade de motivações quase sempre existe.

Havemos de admiti-lo: nossa ação é imperfeita em sua concepção, em seus meios, em sua motivação. Dificilmente podemos fazer um bem sem deixar outro maior por fazer ou sem provocar algum mal: raramente beneficiamos alguém sem prejudicar outrem. Todos pensamos em seguida nos casos

extremos da guerra e da violência. Mas as mil violências que praticamos diariamente ao escolher a quem ajudaremos (e portanto a quem não ajudaremos), em que coisas nos ocuparemos (e portanto das quais nos despreocuparemos) e outras mil, são igualmente reais e inevitáveis. Aguardar os meios, o conhecimento, a ação e a motivação ideais é condenar-nos à inação — e as conseqüências da inação (que se medem nas possibilidades que teriam podido, efetivamente, realizar-se) são ainda mais graves. Foi ante essa tímida escrupulosidade que Lutero escreveu a Melanchton as palavras que, amiúde, têm sido mal interpretadas: **Pecca fortiter** — mas sem temor — e acrescentou: **sed fortius crede** — mas tem confiança ainda com maior vigor. Crer é atrever-se a entrar no reino ambíguo da ação, conscientes dos erros e das falhas que havemos de cometer, mas confiados no amor de Deus. O cristão não entra na luta ética a fim de garantir, com sua ação, a boa vontade divina; fá-lo seguro dessa boa vontade a fim de servir a seu próximo como melhor possa. Suas falhas se acham de antemão cobertas pelo perdão de Deus — a única coisa que Deus não tolera é o egoísmo que recusa o serviço por medo de manchar-se, porque isso é falta de fé. A ambigüidade da ação moral não é óbice para quem confia no amor de Deus. Essa é a fonte da liberdade do crente.

2) Essa ação, entretanto, envolta em ambigüidade, tem sentido em vista do Reino futuro? Ante o branco absoluto do Reino não são grises todos os nossos brancos? e tem sentido distinguir tonalidades de gris? Para que preocupar-nos em melhorar a vida neste mundo se não podemos

aperfeiçoá-la e de qualquer maneira há de ser finalmente eliminada?

A primeira resposta do Novo Testamento é que a vida neste mundo, tem sentido porque é aqui onde o homem pode escutar o anúncio do evangelho, e se abrir à nova humanidade que sé Ihe oferece em Jesus Cristo. Por isso, diz a carta a Timóteo, devemos pe dir e desejar uma vida justa, ordenada, de paz, entre os homens. Deus quer que os homens vivam uma vida humana, que este mundo seja um mundo habitável — a fim de que recebam o anúncio da promessa. Tornar habitável o mundo é participar na ação da providência e cuidado de Deus. E estas são parte da mesma ação redentora que alcança sua plenitude no Reino.

O Reino é, assim, a destruição e eliminação “deste mundo” enquanto mundo in justo, em guerra, em rebeldia, enquanto é um mundo anti-humano, enquanto é o anti-Reino. Porém é também a perfeição e a transformação, a plena realização de tudo o que é justiça, paz e verdadeira vida; é a plena iluminação dos sinais que cristãos e não cristãos têm conseguido, pelo poder de Deus, instituir já aqui, a verdadeira vida. Tudo o que aqui tem significado, por mais imperfeito que seja, é redimido no Reino. Por isso, Paulo afirma que, quando a fé e a esperança já não tenham mais lugar, por que chegou a realidade evidente, **o amor não deixará de ser** porque constitui a qualidade de existência mesma do Reino. Tudo o que o amor constrói, portanto, tem permanência. E isso que Jesus ensina na parábola do juízo final: não é uma recompensa artificial por atos de misericórdia. O pão ao faminto e a água ao sedento, o auxílio ao

necessitado, ao encarcerado, ao enfermo, representam a qualidade de vida que tem seu futuro e realização no Reino — os que a realizam se comprometem na ação do próprio Jesus Cristo, já pertencem ao Reino. Quando este se manifesta, também ficará manifesta sua participação nele. A luta contra a enfermidade e a misericórdia, a provisão de um espaço físico e moral em que os homens possam viver como tais, não carecem de significado, são prolongados, aperfeiçoados, manifestos nele. Muitas perguntas a esse respeito ficam no aguardo de solução. Mas esta afirmativa central concede significado à ação moral, ainda imperfeita, que já está a nosso alcance.

Não podemos concluir estas reflexões sem uma referência ao que a ética teológica tradicional chamava “os deveres para com Deus”. No Antigo Testamento os mandamentos iniciam com o de adorar exclusivamente a Deus, não fazer para si imagens nem adorá-las, e guardar o dia de descanso. E ao resumi-los, Jesus não omite a intimação do Levítico: “Amarás a Deus sobre todas as coisas. . .” Aqui a ética costumava falar da oração, do culto, inclusive — especialmente a ética católica romana — a freqüentação dos sacramentos. Faz, tudo isto, parte da ética cristã?

É possível que tanto os que a incluíram como os que hoje a excluem errem da mesma maneira. Não se pode negar que mais de uma vez se têm explicado estes “deveres” como ações independentes, significativas em isolamento, separáveis do restante, a “primeira tábu” da lei, que depois é complementada pela segunda. Daí derivava a discussão acerca da

prioridade destes deveres, os possíveis conflitos entre as duas “tábuas” e a preeminência dos deveres religiosos. O protesto legítimo contra tal preeminência — baseado em muitas passagens proféticas e de Jesus mesmo — amiúde aceitou sem exa me a separação que os primeiros haviam estabelecido. Com base nele formulou sua posição: o único serviço legítimo é o do próximo. A Deus não interessa o culto mas a justiça; o amor ao próximo é a melhor oração; o serviço aos pobres é uma comunhão, pois estes são sacramentos da presença de Cristo.

O que se deveria pôr em dúvida é a separação em ambas as alternativas. E a primeira parte dos Mandamentos uma série de “deveres religiosos” ou é a descrição do pacto com Deus no qual o povo de Israel entra e que se manifesta na classe de relações que a segunda parte prescreve? Separá-los é como separar as promessas matrimoniais da vida diária do casal. O amor a Deus não é “outro preceito” além do amor ao próximo: é a relação de pacto com Deus na qual o próximo e tudo o que ele representa ficam envolvidos indissolúvelmente. Se isto é assim, então é absurdo pensar no cumprimento de deveres religiosos prévios, separados ou independentes. Esta corrupção é que os profetas e Jesus condenam acerbamente. Mas é igualmente absurdo desprender do pacto com Deus a qualidade de ação que corresponde ao pacto. Carente de fundamento e sentido, tal ação se murchará ou buscará algum outro fundamento ideológico ou filosófico (com a conseqüente modificação de seu sentido!). Não existe amor ao próximo sem que eu saiba quem sou e quem é meu próximo; não há luta pela justiça sem motivação e meta. E para o cristão,

só no pacto com Deus, na livre e comprometida relação com Ele, sei quem sou e quem é meu próximo, o que é a justiça e para onde caminha a Humanidade.

Esta relação com Deus é concreta, total e comunitária. E necessita, portanto, e se serve de meios de expressão e realização que correspondem a nossa natureza corporal, histórica, comunitária. Deus nos concedeu esses meios e os dotou de significado: a Bíblia, a oração, a água do batismo, o pão e o vinho, a comunhão fraternal — estes constituem os sinais visíveis do pacto. Por eles recordo e aprendo de novo, cada dia, quem sou, quem é meu próximo, o que é o Reino, quem é Deus. Rejeitar os sinais é como pretender amar a meu próximo sem vê-lo, sem conhecê-lo, sem servi-lo em seu estado corpóreo, amá-lo em algum recanto de meu se interior. O amor a Deus sem culto é como o amor ao próximo sem serviço — quando menos um engano próprio, freqüentemente uma farsa.

É necessário dizer uma coisa mais, e decisiva para a ética cristã. Talvez será melhor fazê-lo nas palavras da epístola aos Colossenses. O capítulo três inicia com um chamado à nova vida que Deus tornou possível na morte e ressurreição de Jesus Cristo. Daí surge a exortação ética à classe de existência diária que cabe a essa vida, a nova Humanidade em que as distinções de cultura, classe ou raça desapareceram. Mais adiante se analisam as relações (marido/mulher; pai filho; senhor/escravo) e o comportamento que cabe ao cristão. E no meio irrompe esta estranha exortação “religiosa”:

Que a palavra de Cristo resida em vocês com toda sua riqueza. Instruam-se na verdadeira sabedoria, corrigindo-se uns aos outros. Cantem a Deus com gratidão e de todo coração, hinos e cânticos inspirados. Tudo quanto possam dizer ou realizar, que o façam sempre em nome do Senhor Jesus, dando graças a Deus Pai por ele. (Vs.16-17).

Aqui não há separação de esferas — tudo está sob o sinal da nova criatura: tudo no âmbito da gratidão cheia de gozo a Deus, tudo na esfera da soberania de Jesus Cristo. A vida da congregação se prolonga nas relações sociais diárias. E estas se nutrem daquela, onde a Palavra de Cristo, o louvor de Deus, a mútua exortação e repreensão fazem presente a direção e o poder do Espírito Santo, sem o qual não há ética cristã. Porque sabemos que “a esperança não ficará de fraudada, porque o amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado”.

(As notas que se seguem não constituem tanto documentação do texto quanto indicações bibliográficas introdutórias para quem deseje ampliar alguns dos assuntos simplesmente aludidos ou ligeiramente considerados nesta pequena obra.)

¹ A história das idéias morais está estreitamente ligada à dos sistemas filosóficos, embora devamos admitir que umas e outros não são independentes do desenvolvimento social, econômico e cultural geral, assim como da consciência religiosa. Na Antigüidade, as éticas relacionadas com o platonismo, o estoicismo e o epicurismo são as mais conhecidas. Na Era Moderna, o sistema filosófico de Kant deu um grande lugar à ética do dever e da intencionalidade, enquanto vários filósofos ingleses e norte-americanos elaboraram éticas utilitaristas e pragmáticas. Mais recentemente o marxismo e o existencialismo introduziram uma concepção nova do homem com o conseqüente significado ético. Qualquer história da Filosofia permitirá traçar as linhas principais desse desenvolvimento. Em forma muito amena e acessível o faz o livro de Will Durant: **La historia de la Filosofia** (Santiago de Chile, Letras Imp., 1937). Quem deseje aprofundar-se mais na história da Ética pode orientar-se a partir das seguintes obras: **Las grandes líneas de la filosofía moral**, de Jacques Leciercq (Madrid, Gregos); **La ética moderna**, de Teodor Litt (Madrid, Revista de Occidente, 1932); **La conciencia moral**, de H. Zbinden e outros (Madrid, Revista de Occidente, 1961). Vários

pensadores cristãos têm elaborado éticas em diálogo com estes diversos sistemas. Em castelhano há alguns tratados de ética cristã, mais amplos e sistemáticos que mostram breve introdução. **Ética cristiana**, de Alberto Knudson (Buenos Aires, La Aurora, 1954) discute várias posições (Barth, Brunner) de um ponto de vista liberal. Paul Lehman, em sua obra **Ética en el contexto cristiano** (Montevideu, Alfa, 1968) desenvolve sua ética a partir das idéias bíblicas de comunhão e comunidade cristã, maturidade e natureza da ação de Deus na História como o testemunho bíblico a apresenta. Sua apresentação e discussão dos sistemas filosóficos são particularmente significativas. O teólogo alemão Dietrich Bonhoeffer deixou, ao morrer, em mãos do nazismo manuscritos incompletos que foram editados em sua *Ética* (Barcelona, Estela, 1968) na qual trata com profundidade o assunto da “conformação a Jesus Cristo” bem como os usos da lei e a distinção entre o último e o penúltimo. A ética católica romana mais importante dos últimos anos é a de Bernhard Haring, *La Ley de Cristo* (Barcelona, Herder, 1958). Recentemente se discutiu muito a chamada ética situacional, que insiste em decisões éticas particulares, vinculadas às circunstâncias imediatas. Neste sentido a obra clássica é o livro de John Fletcher, **Ética de situación** (Barcelona, Ediciones Anel, 1970).

² Uma nova ciência, a prospectiva ou futurologia, oferece os meios para estudar

racionalmente as conseqüências das condições e fatores presentes e previsíveis, projetando-os sobre o futuro. Sobre esta base é possível, também, planejar as modificações necessárias, introduzindo mudanças, novos fatores etc., necessários para lograr os efeitos desejados. Embora esta nova ciência possa ser posta — e de fato o está — a serviço de uma política reacionária, também pode ser considerada útil para alcançar as transformações que possibilitem uma vida humana melhor. A obra clássica da futurologia é o livro de H. Kahn e A. Wiener, **El año 2000** (Buenos Aires, Emecé, 1969). O Conselho Mundial de igrejas iniciou um estudo sobre o significado ético desta ciência do ponto de vista cristão. Infelizmente, os trabalhos produzidos ainda não estão em castelhano. Em inglês se pode ler com muito proveito **From Here to Where — Technoigy, Faith and the Future of Man** (Genebra, 1970).

³ Traduzido para o castelhano, **El hombre morai y la sociedad inmoral** (Buenos Aires, Ediciones Siglo Veinte, 1966).

⁴ A citação é de um livrete de Ross, **Sin and Society** (Houston, H. Mifflin Co., 1907), que pertence à corrente chamada “o evangelho social”, que nos Esta dos Unidos, especialmente, teve seu auge nas primeiras décadas deste século. Sua grande contribuição foi advertir que na sociedade moderna tanto o pecado

quanto a libertação dele tinha conotações sociais e não meramente individuais, já que o homem se encontra imerso em estruturas. Seu ponto fraco foi uma compreensão unilateralmente ética (muito influenciada pela ética liberal e pelo pensamento de Kant) e um tanto superficial. Em castelhano pode ver-se o interessante livrete de W. Rauschenbush, talvez o melhor expoente do movimento, **Los principios sociales de Jesús** (Buenos Aires, La Aurora, 1947). Foi Marx, sem dúvida, o primeiro que observou claramente como a divisão do trabalho, inevitável com o progresso técnico, criava novas condições de vida e formulava uma problemática ética diferente.

⁵ Tem-se discutido muito sobre a relação entre o protestantismo e o surgimento do capitalismo. O sociólogo Max Weber sustentou a tese de que o conceito calvinista de predestinação, tal como posteriormente se desenvolveu, especialmente no puritanismo inglês, ao estimular a atividade e o êxito como sinais da aceitação divina, e dirigir essa atividade para o mundo, estimulou as virtudes da industriiosidade, do esforço e da poupança, que foram essenciais ao avanço do capitalismo em suas primeiras fases. A posição deste autor, desenvolvida em seu livro **La ética protestante y el espíritu del capitalismo** (Madrid, Revista de Derecho Privado, 1956), foi corrigida, mostrando-se que o fenômeno do capitalismo tem outras causas, que já havia começado antes da Reforma,

particularmente em cidades da Itália, e que em qualquer caso a influência foi mútua. Veja-se a respeito A. Fanfani, **Catolicismo y Protestantismo en la génesis del capitalismo** (Medrid, Ediciones Rialp, 1953), e sobretudo, R. H. Tawney, **La religión en el origen del capitalismo** (Buenos Aires, Ed. Siglo Veinte, 1967). Sobre a relação entre as condições da produção e da personalidade, veja-se o interessante estudo de Erich Fromm, **Psicoanálisis de la sociedad contemporânea** (México, Fondo de Cultura Económica, 1960), especialmente os capítulos quinto e sexto.

⁶ Em repetidas ocasiões faremos referência às manifestações, demandas e atitudes da juventude contemporânea, porque parecem formular de maneira mui to aguda a problemática ética de nosso tempo. Há, nesta problemática, um duplo aspecto, estreitamente inter-relacionado. De um lado, os jovens têm uma aguda consciência de ser manipulados, utilizados pelas estruturas da sociedade e constrangidos por ela a uma adaptação ou conformação que reduz o homem de sujeito responsável a coisa, que o suprime como homem. Nesse sentido se explica a enorme repercussão, entre a juventude universitária do mundo todo, das obras do filósofo Herbert Marcuse, que soube perceber e desmascarar o profundo condicionamento, controle, conformação, que a moderna sociedade tecnológica e supostamente “racional” exerce mediante suas inumeráveis formas de coerção (repressão) direta e

indireta. Veja-se especialmente a obra clássica de Marcuse, **El hombre unidimensional** (México, Editorial J. Moritz, 1968). O tema reaparece constantemente nas canções e na poesia de protesto (comparem-se, por exemplo, entre nós, algumas das poesias de Maria Elena Walsh, e num plano diferente, a canção “Bronca” que se tornou tão popular há algum tempo, no Rio da Prata). Na revolução estudantil de maio de 1968, em França, os lemas que apareciam nos muros da Universidade refletiam este motivo principal: recusamo-nos a ser classificados, matriculados, organizados, ordenados, uniformizados, enquadrados. Por outro lado, há em algumas manifestações da juventude um chamado à espontaneidade e à comunicação e se fazem tentativas para encontrar formas de espontaneidade, comunicação, criatividade que destruam esses condicionamentos. Um autor católico analisa com muita sagacidade a “busca de sinceridade” no livrete **Nuestra avidez de sinceridad** (de Fons Jansen e Lund Stallvert, Editorial Carlos Lohlé, Buenos Aires, 1962). Sem dúvida o movimento chamado “hippie” tem sido o mais chamativo e, deixando de lado algumas de suas facetas extravagantes, merece a maior consideração. A respeito recomendo a obra de M. Randali, **Los hippies, expresión de una crisis** (Editor Siglo Veintiuno, 1970), onde se citam também outras fontes e obras. No livro **El cristiano, la Iglesia y la revolución** (Buenos Aires, La Aurora, 1970, pp. 177-187) Lambert Schuurmann relacionou de forma muito interessante os

temas da “revolução juvenil” e os da “revolução cultural” de Mao Tse Tung.

⁷ A formulação inicial deste capítulo descansa principalmente sobre a epístola aos Gálatas, cujo significado ético foi central à Reforma, particularmente a Lutero, por sua ênfase na liberdade cristã, ao mesmo tempo que sobre o serviço em amor. Recordamos o paradoxo no qual Lutero expressa a essência mesma da ética cristã: o cristão é senhor de todas as coisas porque foi libertado por Jesus Cristo e ao mesmo tempo é servo de todos em amor. Quem deseje aprofundar-se na mensagem da epístola encontrará uma valiosa orientação no comentário de Karl Lenkendorf, **Comentario sobre la epístola a los Gálatas** (México, Ediciones “El Escudo”, 1960).

⁸ O termo “mundo” é um dos mais flagelados na Teologia e sobretudo na pregação e na exortação das igrejas. Parte do problema reside no fato que nossas versões traduzem às vezes por essa palavra o grego “kosmos” (o universo), “aion” (idade ou era), “oikoumene” (a terra habitada). Por outro lado, nem todos os autores bíblicos empregam sempre a mesma palavra no mesmo sentido. No evangelho e nas epístolas de João, por exemplo, fala-se do “mundo” ao qual Deus ama e não quer condenar, referindo-se, sem dúvida alguma, à Humanidade, para salvar a qual Deus enviou seu Filho (João 3.16-17), mas também do

“mundo” como a estrutura da maldade que rejeita a Deus e que não recebe ao Filho (1.10 etc.). Dado que a idéia de “fugir do mundo”, de repudiar o “mundano” — indubitavelmente tem um lugar no pensamento bíblico — desempenhou um papel tão importante na ética cristã, ignorando muitas vezes estas distinções tão importantes para a Bíblia, e levando a um repúdio ou menos prezo do que Deus criou e a um ascetismo que não tem fundamento bíblico, é muito importante o esclarecimento deste conceito. Por outro lado, também presenciamos hoje, como reação, uma espécie de exaltação otimista do “mundo” como criação e como objeto do amor de Deus, olvidando as severas advertências bíblicas sobre o poder do mal. Recomendamos ao leitor interessado começar pelos artigos sobre “mundo” nos seguintes dicionários bíblicos: J.-J. von Allmen, **Vocabulário Bíblico**, ASTE, São Paulo, 1963, art. “Mundo”); Haag, Dorn, Ausejo, **Diccionario de la Biblia** (Barcelona, Herder, 1963, católico, art. “Cosmología”); S. Leon Dufour, **Vocabulario de Teología Bíblica** (Barcelona, Herder, 1966, católico, art. “Mundo”). Um estudo bem profundo do assunto se encontrará na obra do teólogo católico, J.-B. Metz, **Para una teología del mundo** (Santander, Sígueme, 1970).

⁹ A famosa frase, muitas vezes mal interpretada, aparece nas “Exposições da Epístola de S. João aos Partos”, de Agostinho (Exp. VII, 8). O autor mostra

como uma mesma ação pode proceder de diferentes propósitos, e portanto, só pode ser julgada “em relação com sua raiz”. A caridade (o amor) é a raiz que produz uma boa ação: “Não se distinguem os feitos dos homens a não ser pela raiz da caridade. Muitas coisas podem ser feitas que na aparência são boas, mas não procedem da raiz da caridade... Ouve, pois, de uma vez, um breve preceito: Ama e faze o que quiseres; se te calas, clamas, corriges, perdoas, cala-te, clama, corrige e perdoa pela caridade. Dentro está a raiz da caridade; não pode brotar dela mal algum.” É preciso recordar que Agostinho chama de “caridade” o amor a Deus possibilitado, por sua vez, pelo amor de Deus a nós, isto é, o amor que brota da fé. Este amor constitui, ao mesmo tempo, a motivação de nossas ações e possibilita o discernimento para realizá-las concretamente. O amor a Deus e ao próximo constituem uma só realidade. Esta doutrina agostiniana do amor tem um pano de fundo complexo tanto na Escritura como no pensamento filosófico, que não podemos agora expor, mas a famosa frase *capta* muito bem o espírito do texto da 1ª epístola de João (4.4-12) que expõe. Quanto à citação de Lutero, reza textualmente como se indica mais abaixo, e aparece nas “Teses acerca da fé e da lei”, de 1535 (WA 39/1, pp. 44-62). “52. Porque, se temos Cristo, podemos facilmente estabelecer leis e julgaremos retamente de todas as coisas.” “53. Em verdade, poderíamos fazer novos decálogos, como o faz Paulo, em todas as suas epístolas e, sobretudo, Jesus no evangelho.” “56. ... o

cristão, cheio do Espírito, [é] capaz de ordenar um decálogo e julgar com toda correção acerca das coisas.” Certamente, Lutero reconhece que, de fato, os cristãos somos “inconstantes no Espírito” e, por conseguinte, não podemos, no terreno prático, passar sem certas ordenanças.

¹⁰ Estudos recentes têm corrigido a visão unilateral que nós, cristãos, tínhamos dos fariseus, e em geral do judaísmo contemporâneo de Jesus. De um lado, não faltava consciência dos perigos de formas extremas de legalismo. Um rabino do segundo século comenta: “Jerusalém foi destruída por observar a lei.” E à pergunta: “como é isso possível?” responde: “Por observar a letra em lugar do espírito.” Os estudos indicados nos mostram, por outro lado, a pureza moral e religiosa e a devoção e consagração até o sacrifício dos fariseus, bem como os muitos pontos de coincidência entre Jesus e eles. É isto, precisamente, que nos permite ressaltar com maior evidência o contraste entre a profunda piedade do fariseu em relação à lei e a nova qualidade de existência que Jesus proclama. Este contraste aparece de forma muito vívida na interpretação — em outros sentidos muito discutível — da mensagem de Jesus de Rudolf Bultmann, **Jesús. La desmitologización del Nuevo Testamento** (Buenos Aires, Editorial Sur, 1968). Os primeiros capítulos apresentam um quadro bem adequado do judaísmo da época. Os capítulos três e quatro destacam o contraste

entre o ensino rabínico e Jesus. Um quadro do judaísmo da época, por um autor judeu que merece o maior respeito, encontramos na obra de José Klausner, **Jesús de Nazaret** (Buenos Aires, Editorial Paidós, 1963).

¹¹ Há uma crítica penetrante e muito adequada de uma religiosidade que pretende servir-se de Deus e da religião para não correr o risco de exercer uma decisão moral própria na obra do autor católico Juan L. Segundo, **Nuestra idea de Dios** (Buenos Aires, Editorial Lohlé, 1970, pp. 142-150).

¹² O conceito de fé é sumamente rico na Bíblia, desde a idéia hebraica de firmeza e, por conseguinte, fidelidade, até à concepção paulina, e a da epístola aos Hebreus etc. No que tange ao material bíblico, recomendamos os artigos sobre “fé” nos dicionários bíblicos mencionados na nota 8. Há uma excelente e esclarecedora exposição teológica da fé como conhecimento, confiança e confissão na pequena obra de Karl Barth, **Bosquejo de dogmática** (Buenos Aires, La Aurora, 1951, capítulos 1-3).

¹³ Sobre a obra do Espírito Santo na restauração da criação de Deus, consulte-se a obra de Hendrikus Berkhof, **La doctrina del Espíritu Santo** (La Aurora, Buenos Aires, 1969, cap. 5).

¹⁴ A idéia de “novo homem” veio a ser um tema de apaixonante atualidade em nosso Continente. É sabido que Karl Marx havia falado de um “homem total” em contraposição ao “homem truncado” produzido pelas condições de existência de nosso sistema sócio-econômico. Este aspecto humanista do pensamento marxista tem sido muito influente em alguns movimentos latino-americanos. Ernesto (Ché) Guevara se referiu freqüentemente à criação de um “homem novo” na revolução cubana, chegando a afirmar: “a formação do homem novo” (e o desenvolvimento da técnica) são “os dois pilares” do programa revolucionário. O tema é freqüentemente tratado também no Chile nos últimos tempos. Por certo, uma simples coincidência verbal não basta para estabelecer uma relação. Mas nos obriga, pelo menos, a estudar o assunto com seriedade. Como primeira tentativa de fazê-lo (em minha opinião, com várias falhas, mas estimulante), leia-se a obra do autor católico J. González Ruiz, **Marxismo y cristianismo frente al hombre nuevo** (Madrid, Guadarrama, 1962). Também os livros do jesuíta (ex-marxista) Ignacio Lepp (publicados por Editorial Lohlé) se referem ao assunto. Infelizmente, não há em nosso idioma nenhuma obra adequada sobre o conceito de “novo homem” no Novo Testamento.

¹⁵ Fromm desenvolveu seu conceito do amor em um livrete intitulado **El arte de amar** (Buenos Aires,

Paidós, 1961). Para compreender adequadamente o rico pensamento do autor é preciso fazer referência, não obstante, pelo menos à sua obra **Ética y psicoanálisis** (México, Fondo de Cultura Económica, 1953), onde fundamenta sua ética em seu conceito da personalidade humana, e as análises da sociedade contemporânea (**Miedo a la Libertad**, Buenos Aires, Paidós, 1963 e **Psicoanálisis de la sociedad contemporânea**, citado na nota 5). Mais adiante chamamos a atenção sobre a discrepância que vemos entre este ponto de vista e o ponto de vista cristão (pp. 79 ss.).

¹⁶ Sobre conceito bíblico de “amor” vejam-se os dicionários bíblicos mencionados na nota 8.

¹⁷ A idéia da imitação de Cristo tem sofrido muitas deformações na história da piedade cristã. Dada a falta de um estudo atualizado em castelhano, permitimo-nos uma nota mais extensa de introdução, em que resumimos diversos materiais. Quanto à história deste conceito, alguns têm pretendido uma imitação literal da vida de Jesus, ou uma adaptação superficial a nossas perguntas, como a do tão conhecido livro *Em Seus Passos, Que Faria Jesus?* Outros tentaram derivar da vida de Jesus as regras para uma vida monástica: pobreza, celibato. Alberto Schweitzer mostrou quão amiúde os autores simplesmente pintavam Jesus de acordo com suas próprias idéias; viam refletido nele o que eles mesmos eram e criam. Contudo, estas de

formações não nos eximem de tomar a sério todo o testemunho bíblico que fala de forma unânime de “seguir a Jesus”, “imitar a Jesus”, “conformar-se à sua imagem”, como a natureza mesma do discipulado. Permitimo-nos incluir nesta nota um breve esboço que ajude o leitor a estudar um tema de tanta importância.

I - O discípulo como imitador do amor de Deus (1 João 1.5-7; 1 Pedro 1.15 s.; Efésios 4.24), de seu perdão (Mateus 6.12 e paralelos; Lucas 11.4), do amor sem distinção ou discriminação (Lucas 6.32-36; Mateus 5.43-48).

II - O discípulo como imitador do amor de Cristo. Amar e dar-se como Cristo (João 13.34, 15.12; 1 João 3.11-16). Servir como ele (João 13.1-17; Romanos 15.1-7; Efésios 5.25-28).

III. O discípulo e a morte de Cristo. Morrer com ele (Romanos 6.5-12; Gálatas 2.20); sofrer como definição da existência cristã (Fil. 3.10 ss., 2 Coríntios 4.10 ss.; Colossenses 1.24); sofrer como Paulo, que por sua vez imita a Cristo (1 Coríntios 10.33 s.; 1 Tessalonicenses 1.6).

— compartilhar a condescendência ou humilhação divina (Filipenses 2.3-14);

— dar a da como ele (Efésios 5.1 s.; 1 João 3.16);

— serviço em lugar de domínio (Mateus 20.25-28; Marcos 10.42-45);

— aceitar sofrimento imerecido como ele (1 Pedro 2.20 s.; 3.14-18; 4.12-16);

— sofrer como ele a inimizade do mundo pelo Reino (Lucas 14.27 ss. e paralelos; João 15. 20; Filipenses 1.29; 2 Timóteo 3.12; 1 Pedro 4.13).

A morte é a vitória (Colossenses 2.15; 1 Coríntios 1.22-24; Apocalipse 5.9 s.; 12.12; 17.14).

¹⁸ Faltem castelhano, uma obra atualizada sobre os ensinamentos de Jesus em geral e seu significado ético em particular. Embora talvez demasiado influenciada por uma teologia liberal, continua sendo muito útil a obra do Bispo Sante U. Barbieri, **Las enseñanzas de Jesús** (Buenos Aires, La Aurora, 1949). Unem a um tempo profundidade e atualização teológica, com uma admirável singeleza os opúsculos de Joaquim Jeremias sobre o Sermão do Monte (**Palabras de Jesús; el Sermón de la Montaña**; Madrid, Fax, 1968) e de Bultmann, mencionada na nota 10.

¹⁹ As listas referidas podem classificar-se de várias maneiras. Encontramos conjuntos de instruções com respeito à vida no lar (a família com todos os seus membros, incluídos os empregados, escravos etc.) e na congregação. São as chamadas “tábuas familiares”: Efésios 5.21-6.9; Colossenses 3.18-4.1; 1 Timóteo 2.1-15; 5.1-21; 1 Pedro 2.13-3.7, onde vemos muitas adaptações às condições de família e comunidade

cristãs. Por outro lado há simples listas de vícios (por exemplo, Romanos 1.29-31; 1 Pedro 4.3; 1 Coríntios 6.9-10; Gálatas 5.19-21; 1 Timóteo 1.9-10) e de virtudes (por exemplo, Gálatas 5.22-23; 2 Coríntios 6.6-7; Efésios 6. 14-17; Filipenses 4.8; Colossenses 3.12-14; 1 Timóteo 3.2-3; Tito 1.7-8; 1 Pedro 1.5-8). As listas de vícios são bastante formais e reproduzem quase inteiramente as que encontramos no ambiente; dá-se por definitivo que o cristão deixou para trás todas estas coisas, ou melhor dito, a forma de viver em que esses atos ocorriam. As listas de virtudes foram mais profundamente afetadas pela nova vida em Cristo, centrando-se, por conseguinte, na fé, na esperança e no amor. Embora não haja estudo algum adequado do tema em castelhano, encontrar-se-á nas próprias passagens material muito significativo. Além dos respectivos comentários, veja-se o artigo “Virtude” no Dicionário de Haag mencionado na nota 8.

²⁰ Como descrição da vida da Igreja primitiva podemos consultar, em castelhano, as obras de Daniel Rops, **La iglesia de los apóstoles y de los mártires** (Barcelona, Luis de Caralt, 1955) e de Lebreton e Zeiler, **La iglesia primitiva** (Buenos Aires, Dedebec, 1952). Muito mais breve e simples é o livrete de M. Simon, **Los primeros cristianos** (Buenos Aires, Eudeba, 1961).

²¹ Há, não obstante, uma acentuada distância entre este conceito de “disciplina” e a rigidez legalista que muitas vezes se tem conhecido com esse nome em muitas igrejas evangélicas. Esta última representa, antes, um retorno ao legalismo com sua seqüela de hipocrisia, falso sentido de superioridade, crítica desapiedada e murmuração, que o N.T. condena. É interessante notar que o N.T. não emprega para esta conduta cristã normativa o termo disciplina (**paideia**) ou outros semelhantes, mas prefere falar de “caminhar” ou “conversar”, ou “conduzir-se” “como é digno” (**axios**) da vocação cristã. Inclusive em casos graves, como o de Corinto (1 Coríntios 5), Paulo não atua impondo uma disciplina, mas chamando os cristãos para o sentido do “digno” de Cristo e pedindo o exercício responsável, inclusive para o bem do transgressor, da responsabilidade da congregação. A “disciplina” não é, pois, uma regra forçada sobre uma comunidade, mas o compromisso **comum** e **solidário** desta na obediência à vontade de seu Senhor.

²² A idéia de “discernir” o que é genuíno, ou “certificar” a autenticidade de um ato, uma pessoa, uma direção recebida, aplica-se no N.T. à ética cristã, particularmente pelo apóstolo Paulo. O cristão é chamado para fazer a “vontade de Deus”. O judeu podia simplesmente “certificar” essa vontade na lei (Romanos 2.18 “instruído pela lei, aprovas o melhor”). O cristão tem de exercer esse mesmo discernimento,

não, porém, por uma simples leitura da lei, mas mediante a “renovação do entendimento” que o Espírito concede (Ro manos 12.1-2). É um dom e, portanto, só Deus mesmo o concede (cf. Filipenses 1.9 onde Paulo o pede para os filipenses); é obra do Espírito (5.5ss.). Por ele é possível escolher aquilo que corresponde à vontade do Senhor entre as muitas alternativas que se apresentam (1 Tessalonicenses 5.21). Jesus convida seus discípulos a discernir o propósito de Deus nos acontecimentos: “discernir os sinais dos tempos” (Lucas 12.56) para adequar seu comportamento.

²³ Merece estudo a função do profeta no N.T., pois parece particularmente relacionada com a busca da “vontade de Deus” para a vida da igreja em um determinado momento. Há uma série de passagens no livro dos Atos onde se destaca o aspecto da “pregação” destes profetas. Nos escritos paulinos, ao contrário, aprecia-se muito este dom (segundo só ao apostólico), porém ele se vincula mais à “edificação” e direção da comunidade, O capítulo central a esse respeito é 1 Coríntios 14. Vejam-se a respeito os comentários ao texto mencionado e o artigo “profetas” (seção dedicada ao N.T. e à Igreja primitiva nos dicionários mencionados na nota 8).

²⁴ A frase aparece na crítica de Marx à filosofia idealista, e não se deve interpretar, portanto, como uma simples repetição da acusação deísta e positivista de

que as religiões organizadas são uma forma de exploração das classes sacerdotais. A citação mais completa é a seguinte: “A miséria religiosa é ao mesmo tempo a expressão de uma verdadeira miséria e o protesto contra a verdadeira miséria. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração e o espírito de uma situação sem espírito. É o ópio do povo.” Assim situa o fenômeno religioso

²⁵ Está fora de toda possibilidade entrar aqui no campo amplo da ética do Antigo Testamento, tão importante e tão rica, ao mesmo tempo que tão atual diante da problemática contemporânea. Como compêndios breves das idéias centrais do A.T. que têm importância para a ética, recomendo R. A. E. MacKenzie, **La fe y la historia en el Antigo Testamento** (Buenos Aires, Ediciones Paulinas, 1965) e G.E. Wright, **Inclina tu oído** (Buenos Aires, La Aurora, 1959). Deste último autor há uma obra excelente e de fácil acesso em português, **Doutrina Bíblica do Homem na Sociedade** (ASTE, São Paulo, 1966). Também é valioso o pequeno livro de G. Pidoux, **El hombre en el Antigo Testamento** (Buenos Aires, Lohlé, 1969). Com referência especial aos temas de ordem social é preciso destacar uma obra do jesuíta mexicano José P. Miranda, **Marx y la Biblia** (México, edição do autor, 1971).

²⁶ Seria de grande valor comparar esta noção de justiça com a desenvolvida no pensamento grego (principalmente em Platão e Aristóteles) e no Direito Roma no. Talvez a raiz última da diferença reside em que, enquanto estas fazem repousar a justiça em uma ordem racional ou natural abstrata, imutável e absoluta (a idéia do bem, ou a ordem natural, conforme o caso) a Bíblia arraiga a justiça na vontade ativa de um Deus que opera na História para estabelecer seu Reino. Embora houvesse vários reparos a fazer-lhe pelo excessivo peso que dá à idéia de ordem natural, pode ler-se com proveito a obra de E. Brunner, **La justicia** (México, Centro de Estudios Filosóficos, 1961).

²⁷ Também aqui temos de notar o contraste entre os conceitos de paz baseados na tradição greco-romana, que concebe a paz como ausência de conflito, como uma calma quase “natural” e a concepção dinâmica da Bíblia como uma ordem que Deus quer e . convida o homem a buscar para estabelecer a justiça em meio às tensões da História. A Conferência Episcopal Latino-Americana da Igreja Católica Romana em Medellín parece captar muito bem esta distinção quando caracteriza a visão cristã da paz por três notas: (a) a paz é obra da justiça — supõe e exige a instauração de uma ordem justa; (b) a paz é que fazer permanente — não é um “estado” que se alcança mas algo que deve ser constantemente construído na História; (e) a paz é fruto do amor — supõe uma real fraternidade com todas as

suas conseqüências materiais e espirituais. As conseqüências éticas destas notas da paz para a solução dos conflitos humanos são sumamente importantes. Ao mesmo tempo, seria necessário assinalar que, no conceito bíblico, a paz que construímos nunca é a definitiva, a paz do Reino, que Deus há de introduzir no fim da História. Como conseqüência, vemos Deus perturbando as “falsas pazes” nas quais nos instalamos como se fossem definitivas. Nesse sentido, podemos também entender positivamente as tensões e conflitos mediante os quais somos impulsionados a buscar “pazes” que respondam de melhor maneira às condições de justiça, responsabilidade ativa e fraternidade que temos mencionado. Por outro lado, o cristão faz repousar em Jesus Cristo seu esforço por alcançar uma paz mais autêntica neste mundo e sua esperança de uma paz plena no Reino. Por isso afirma o Apóstolo: “Ele (Jesus Cristo) é nossa paz.” Vejam-se, a respeito, os artigos correspondentes dos dicionários bíblicos mencionados na nota 8.

²⁸ Lucas 6.20-26, onde se completam as bem-aventuranças com uma série de aís, que mostram ao mesmo tempo o caráter concreto das primeiras e o contraste entre a aceitação do Reino e a acomodação ao mundo presente com suas estruturas de injustiça e opressão. Veja-se a obra de Jeremias sobre o Sermão do Monte mencionada na nota 18.

²⁹ O Professor O. Gullmann desenvolveu com especial atenção esta situação do cristão “entre os tempos”, ou como diz ele, entre o “já” da vinda de Cristo e o “ainda não” de sua manifestação final. Ao mesmo tempo assinalou a importância deste conceito para a ética cristã. Vejam-se, especialmente, **Cristo y el tiempo** (Barcelona, Península, 1967, esp. quinta parte, cap. V).

³⁰ Um capítulo muito interessante da história do Cristianismo constituem-no os grupos “apocalípticos” que têm tentado traduzir sua esperança de uma radical e imediata transformação do mundo por um ato de Deus em um programa de reforma social, O tema escapa à nossa consideração, e só podemos chamar a atenção para o interessantíssimo (embora certamente polêmico) livro de Rosemary A. Ruether, **El reino de los extremistas** (Buenos Aires, La Aurora, 1971).

³¹ Sobre este assunto aparecerá nesta mesma coleção, em breve, uma obra do Prof. Lambert Schuurmann, cujo título possivelmente será “O Cristão e a Política”.

³² A dificuldade de defender uma teoria da propriedade privada tal como a que a maior parte de nossa legislação sustenta, à base da Bíblia, torna-se cada vez mais evidente. Este é um assunto que, como ilustração da necessidade de confrontar com a Escritura

algumas das idéias que damos por definitivas, merece consideração. Veja-se a respeito, à parte da obra de Eggers Lan mencionada na nota 24 e de José P. Miranda mencionada na nota 25, o artigo de W. Eichrodt, renomado especialista de Antigo Testamento, “La cuestión de la propiedad a la luz del Antiguo Testamento”, em **La autoridad de la Biblia para el día actual** (editado por A. Richardson, Buenos Aires, La Aurora, 1954; pp. 165 ss.).

³³ A obra principal de Bloch, “El Principio esperanza”, não está acessível em castelhano. Contudo, é interessante notar que se tem desenvolvido, começando na Alemanha, nos últimos anos, toda uma Teologia que faz da esperança a categoria fundamental. O livro mais importante e inicial é o de Jürgen Moltmann, **Teología de la Esperanza** (Salamanca, Sígueme, 1969). O católico Johannes Metz (ver nota 8, final) segue uma linha semelhante. Em nosso meio convém destacar a obra de Ruben Alves, **Religión, ópio o instrumento de liberación** (Montevidéo, Tierra Nueva, 1970) que entabula um diálogo muito frutífero com esta Teologia e a do católico Hugo Assman, **Opressão-Liberación: desafío a los cristianos** (Montevidéo, Tierra Nueva, 1971) que ele mesmo faz de um ponto de vista um tanto diferente. Não se trata, em todas estas obras, de leitura simples, mas os problemas que tratam são centrais à ética cristã na hora atual.
